

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GEYSA FERNANDES RIBEIRO

“EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER?”: um estudo
sobre violência de gênero em jornais do Maranhão (2015-2017)

São Luís
2019

GEYSA FERNANDES RIBEIRO

“EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER?”: um estudo
sobre violência de gênero em jornais do Maranhão (2015-2017)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria Nascimento Sousa

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria Nascimento Sousa (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Carolina Vasconcelos Pitanga

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Jackson Ronie Sá da Silva

Universidade Estadual do Maranhão

Mulher, construção social com direito desigual.

Sua emancipação necessária no contexto atual
Na sua trajetória Maria, Joana e Glória sofrem
o preço dessa história.

Violência, abuso e desumanização

E cadê os vizinhos para remediar nessa
questão?

É crime passionai e a culpa não é do homem

O jornal retrata tudo com sensacionalismo,
nome e sobrenome

Sempre o da mulher, quase nunca o do
homem.

Quase toda mulher já passou por isso, não
esqueça nunca disso, você foi vítima do
machismo.

E como podemos mudar isso?

Questionando as representações do que é
homem e mulher.

Podemos avançar no debate sem medo do que
vier.

Construindo novas narrativas e não aceitando a
naturalização

Vamos em frente seguindo, freando os que não
querem a nossa libertação!

Emancipação (**Iarinma de Moraes Paula**)

A todas as pessoas que sofrem diariamente diferentes formas violências por questões de gênero.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação têm sido nos últimos dois anos a maior realização da minha vida profissional e a fase de maior aprendizado que vivenciei. Desde que me vi numa encruzilhada entre esperar um dos vários seletivos de emprego dar certo e tentar a seleção de algo que para mim simbolizava uma realidade muito distante, tudo isso se tornou um sonho. Encontrar força e disposição para estudar logo após concluir uma graduação, não foi fácil. Mas mais difícil ainda foi acreditar que eu seria capaz e isso só foi possível por ter em minha vida pessoas que me acolhem, me amam, me confortam, me ajudam e que acima de tudo, acreditam no meu potencial. Dito isto, gostaria de agradecer imensamente a cada um/a que terão seus nomes registrados neste estudo que como já mencionei, é a concretização de mais um sonho.

Agradeço à minha melhor amiga, meu porto seguro, meu alicerce e minha mãe Jusceline Fernandes por acreditar fielmente no meu sucesso pessoal e profissional. Por me transmitir as melhores energias desse mundo e por vibrar por cada vitória alcançada (por menor que seja). Sem você essa caminhada não faria sentido algum!

Ao meu pai Napoleão Ribeiro e à minha irmã Jéssica Fernandes, por se fazerem presentes mesmo sem perceberem e por se realizarem também com minhas realizações.

A Hely Baima, meus agradecimentos pelo apoio e torcida.

Às amigas que a UEMA me proporcionou. Em especial à Thereza Letícia, Iarinma Morais, Filipe Cunha, Wanessa Rodrigues e José Antônio, por continuarem tão presentes em minha vida. Thereza, obrigada por me acompanhar durante toda essa seleção louca de mestrado, por me incentivar quando mais precisava e por fazer eu acreditar mais em mim. Iarinma, você é luz na vida das pessoas. Obrigada por cada palavra, cada ensinamento, cada gesto de carinho e pelo lindo poema que escreveu especialmente para meu trabalho. Zé Antônio, sou muito feliz em ter sua amizade em minha vida. Obrigada por todo incentivo e apoio e por me proporcionar o prazer de ser orientanda de uma professora tão humilde, humana e sensível.

Às genis, especialmente em nome de Rarielle Rodrigues, Luama Talita, Marília Milhomem, Carolina Pitanga e Juciana Sampaio. Meninas, obrigada por me receberem tão bem no grupo de pesquisa, por todo incentivo nessa jornada rápida, mas árdua que é o mestrado e pelas excelentes sugestões de leituras.

À minha coorientadora Rarielle Rodrigues, toda minha gratidão por conseguir arrumar um tempo (quem te conhece sabe que tu usas 25 horas do teu dia) para acompanhar meu trabalho e me dá sempre sugestões de melhora.

Aos professores que tive a oportunidade e o prazer de ter aula durante essa jornada: Martina Ahlert, Antônio Paulino, Horácio Antunes, Igor Grill e Carlos Benedito. Obrigada! Agradeço também à minha turma de mestrado pelo prazer de uma convivência saudável e pelos ensinamentos constantes.

À minha amiga, professora e orientadora Sandra Nascimento meus mais sinceros e carinhosos agradecimentos. Lhe agradeço primeiro por ter aceitado me orientar sem ao menos me conhecer. Em seguida, lhe agradeço por ser essa pessoa tão acolhedora, carinhosa, humana, humilde, sensível e gentil. São poucas as pessoas que tem a sorte de encontrar uma orientadora tão presente. Gostaria de deixar registrado que ser sua aluna e orientanda será a melhor lembrança que terei dessa etapa da minha vida e que nenhuma palavra que eu dissesse seria capaz de expressar fielmente a gratidão que sinto por tê-la em minha vida. Não tenho dúvidas de que já não somos mais só aluna e professora, nossa amizade já ultrapassa (há tempos) os muros da universidade. Obrigada pela oportunidade de fazer parte do GENI. Obrigada por me desafiar a sempre fazer o melhor e pela autonomia na realização desta pesquisa.

Agradeço ainda à banca examinadora deste trabalho pela disposição e por aceitar o convite.

Por fim, gostaria de ressaltar que este é um trabalho coletivo pensado, reformulado e discutido por mim, pela minha orientadora Sandra Nascimento e pela minha coorientadora Rarielle Rodrigues. Vocês são tão autoras quanto eu. Gratidão!

RESUMO

Percebendo que os jornais impressos se configuram como tecnologias que constroem o gênero, analiso as notícias apresentadas no Jornal Pequeno e em O Estado do Maranhão nos anos de 2015 a 2017 sobre casos de violência entre casais heterossexuais que mantêm e/ou mantiveram relações afetivas/amorosas, como discursos que associados a outras configurações de saber, classificam os/as sujeitos/as, distribuem suas posições sociais, regulam os gestos e limitam as relações, (re)produzindo as diferenças binárias que naturalizam a violência. Deste modo, apoiando-me na analítica foucaultiana que se centra na questão da produção social de discursos, objetivo com esta dissertação, compreender as representações de gênero constituídas nas notícias sobre violência destacadas nos jornais impressos maranhenses, a fim de perceber quais discursos se tornam constantes em sua construção e como essa concepção é apresentada em cada periódico. Apoio minhas análises em autores/as que trabalham com a perspectiva pós-estruturalista como Jacques Derrida (1971), Judith Butler (2017) e Michel Foucault (2013) para problematizar formas generalizadas e essencialistas que impossibilitam entender a complexidade das relações sociais de gênero.

Palavras-chave: Jornais. Gênero. Discurso.

ABSTRACT

Realizing that printed newspapers are configured as technologies that build the gender, I analyze the news presented in the *Jornal Pequeno* and the State of Maranhão in the years 2015 to 2017 on cases of violence between heterosexual couples who maintain and / or maintained affective / love relationships , as discourses associated with other configurations of knowledge, classify subjects, distribute their social positions, regulate gestures and limit relationships, (re) producing binary differences that naturalize violence. Thus, based on the Foucauldian analysis that focuses on the question of the social production of discourses, the purpose of this dissertation is to understand the representations of gender constituted in the news about violence highlighted in the newspapers printed in Maranhão, in order to perceive which discourses become constant in its construction and how this conception is presented in each periodical. I support my analyzes in authors who work with the poststructuralist perspective, such as Jacques Derrida (1971), Judith Butler (2017), and Michel Foucault (2013) to problematize generalized and essentialist forms that make it impossible to understand the complexity of social relations of gender.

Keywords: Newspapers. Gender. Speech.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Morte de Tassiane dos Santos e Edmilson da Costa.....	40
Foto 2: Reportagem sobre morte de Tassiane pelo marido.....	41
Foto 3: Morte de Tassiane dos Santos.....	42
Foto 4: Reportagem sobre a lei do Feminicídio.....	47
Foto 5: Lei do Feminicídio é tema em rádio.....	48
Foto 6: Homem é preso acusado de matar a mulher.....	49
Foto 7: Homem corta cabeça da namorada.....	51
Foto 8: Responsável pela morte de Maria Cecília Costa.....	53
Foto 9: Morte de Anete Santos.....	54
Foto 10: Morte de Ana Lúcia Monteiro.....	56
Foto 11: Mortes em São Luís.....	59
Foto 12: Morte de Antônio Varão.....	61
Foto 13: Morte do médico Antônio Varão.....	64
Foto 14: Suspeita por morte do marido.....	66
Foto 15: Acusada de matar o marido.....	66
Foto 16: Acusada de mandar assassinar o marido.....	67
Foto 17: Preso por matar ex-mulher.....	70
Foto 18: Preso por matar a ex-mulher é preso com droga.....	71
Foto 19: Assassinato de mulheres.....	75
Foto 20: Condenação de homem que matou ex-companheira.....	76
Foto 21: Condenação por morte da ex-mulher.....	77
Foto 22: Agressão contra uma mulher.....	80
Foto 23: Notícia sobre violência contra mulheres.....	85
Foto 24: 08 de março.....	89
Foto 25: O dia delas.....	90
Foto 26: Elas podem?.....	91
Foto 27: Elas podem ser o que quiserem.....	93
Foto 28: Dizeres bíblicos.....	94
Foto 29: Página gospel.....	95
Foto 30: Esposa x sumbmissão.....	97

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: Frequência de casos de violência de gênero nos jornais.....	38
Gráfico 2: Percentual de notícias sobre violência de gênero.....	51
Gráfico 3: Percentual de notícias com casos de violência de gênero.....	55
Tabela 1: Reportagens sobre violência de gênero com autoria de mulheres.....	61
Gráfico 4: Quantitativo de notícias com situações de violência de gênero.....	78
Tabela 2: Notícias que apresentam prosseguimento dos casos de violência em 2017.....	79
Tabela 3: Notícias sobre violências praticadas por mulheres.....	82
Tabela 4: Notícias sobre leis e/ou políticas públicas de combate à violência de gênero em 2016.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Contextualizando minhas fontes de pesquisa.....	16
1.2 Procedimentos metodológicos.....	18
2. GÊNERO, DISCURSO E VIOLÊNCIA: reflexões teóricas.....	21
2.1 O uso da categoria gênero.....	21
2.2 Violência de gênero: limites e desdobramentos.....	27
2.2.1 Leis e políticas públicas.....	29
2.3 Discurso midiático como instrumento de poder.....	31
3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PRODUÇÕES DISCURSIVAS: demarcações possíveis no <i>Jornal Pequeno</i> e <i>O Estado do Maranhão</i> em 2015	37
3.1 Conhecendo as estruturas e o modo de apresentação da violência nos impressos maranhenses.....	37
3.2 Lei do Feminicídio: notícias e informações.....	46
3.3 "Se ela não for minha, não será de mais ninguém": a violência de gênero contra mulheres no <i>Jornal Pequeno</i>	51
3.4 "Até que a morte nos separe": casos de mulheres em situação de violência em <i>O Estado do Maranhão</i>	55
3.5 "Mulher de bigode nem o diabo pode": a representação da violência de gênero nos impressos maranhenses quando a mulher é autora dos crimes.....	60
4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PRODUÇÕES DISCURSIVAS: demarcações possíveis no <i>Jornal Pequeno</i> e <i>O Estado do Maranhão</i> (2016-2017).....	69
4.1 "As aparências enganam": as experiências (in)visibilizadas nos jornais.....	69
4.2 "Um olho no peixe, outro no gato": as variações na representação da violência de gênero.....	78
4.3 Informação pra que(m)?: notícias sobre leis e políticas públicas nos jornais.....	83
5. PRODUÇÕES DISCURSIVAS DO GÊNERO: permanências e discontinuidades.....	88
5.1 Dia Internacional da Mulher: representações discursivas nos jornais <i>O Estado do Maranhão</i> e <i>Jornal Pequeno</i>	88
5.2 A violência simbólica no discurso religioso do <i>Jornal Pequeno</i>	94
5.3 Comparativo das notícias no <i>Jornal Pequeno</i> e <i>O Estado do Maranhão</i>	98
5.4 "Mimimi?": as discriminações de gênero reproduzidas em diferentes espaços de saber.....	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
APÊNDICES.....	113

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o desdobramento de um estudo iniciado ainda na graduação do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Maranhão que resultou no trabalho monográfico intitulado “Mulher na mídia: uma análise crítica das abordagens sobre casos de violência contra mulher em jornais do Maranhão” (RIBEIRO, 2016). Nesse trabalho, foquei minhas análises na forma como os jornais impressos maranhenses *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* retratavam os diversos tipos de violência contra as mulheres, tendo como recorte temporal o período de 2013 a 2015.

Durante a escrita da monografia, acreditava que o fio condutor para a escolha dessa temática tinha sido o incômodo causado ao assistir a transmissão televisiva sobre uma cabelereira que havia sido morta pelo ex-marido e ouvir o jornalista tentar justificar a morte dessa mulher afirmando que antes de tudo, ela tinha retirado a queixa que havia feito contra o ex-companheiro (colocando-a como culpada pelo seu próprio assassinato). Por que diante da morte de um ser humano a preocupação do jornalista parecia pairar somente sobre a retirada da queixa pela mulher? Se fosse a mulher quem tivesse matado o companheiro será que a preocupação dele não seria outra? Embora tenha desenvolvido esses questionamentos sobre a condução da informação que culpabilizava a mulher em situação de violência, algumas vivências também contribuíram para a escolha da temática ainda na graduação.

Bem, de fato a maneira como o caso foi narrado reforçou meu desejo de estudar e problematizar os discursos utilizados para abordar essas violências, mas depois fui me dando conta de outras circunstâncias que hoje percebo como razão maior por eu ter escolhido estudar as violências nas relações afetivas/amorosas entre homens e mulheres. Quase todos os dias (principalmente aos finais de semana) acordava com gritos e pedidos de socorro da minha vizinha, ouvia muita discussão e levantava assustada. De início, corria para o quarto da minha mãe que ficava mais distante do quintal da casa, tentando não escutar os barulhos que me tiravam o sono. Mas com o tempo, aquilo foi virando rotina e eu já não me espantava mais com os xingamentos, com o barulho de vidro sendo quebrado e as batidas na porta da nossa casa, dadas pela filha do casal que saía pedindo ajuda, mas dificilmente alguém tinha coragem de acolhê-la.

Percebi que como aquilo era rotineiro, os/as outros/as vizinhos/as já não se importavam mais com a violência que aquela senhora sofria, desde que a filha não batesse em suas portas ou que o barulho não acordasse a vizinhança inteira. Era comum escutar “ela gosta de apanhar, já que quando a polícia chega ela diz que foi engano e que não aconteceu nada”, “eu não ajudo mais porque

apanha e no outro dia está servindo o café pra ele”, “merece mesmo apanhar e parar de ser sem vergonha”. Eu ainda criança, cresci reproduzindo frases como estas e acreditando de fato que a culpada era a minha vizinha por aceitar os maus tratos que sofria.

A inserção no curso de Ciências Sociais e as leituras exigidas pela grade curricular da Universidade Estadual do Maranhão, me ajudaram a perceber a realidade de outra forma, embora isso não tenha acontecido de uma hora para outra. Romper com as naturalizações e ir contra ao que boa parte da minha família pensa, acredita e reproduz, foi e ainda é muito difícil. Apesar de ter convicção que estudaria no trabalho de conclusão de curso algo relacionado à violência de gênero, ainda não tinha pensado sobre qual perspectiva eu abordaria essa temática. Foi somente após iniciar a disciplina “Mídia e Poder” e o estágio de bacharelado na Secretaria de Estado da Mulher, que pensei em analisar essa violência nos jornais.

Inicialmente, pensei em utilizar como fonte de pesquisa alguns jornais televisionados, mas percebi que nesse tipo de mídia as notícias sobre violência contra mulheres eram mais difíceis de serem noticiadas e quando isso ocorria, eram casos que por algum motivo, tiveram grande repercussão nos meios de comunicação. Foi aí que em uma conversa informal com o professor que ministrou a disciplina “Mídia e Poder” surgiu a ideia de fazer essa pesquisa utilizando como base os jornais impressos.

Logo me direcionei para a sede dos respectivos jornais para fazer uma primeira investigação e notei que esse tipo de jornal apresentava algumas naturalizações¹ na forma de noticiar os casos de violência contra as mulheres que precisavam ser problematizadas. No *O Estado do Maranhão* fui informada que os acervos estavam disponíveis somente na Biblioteca Pública Benedito Leite, desde 2010. Já os acervos do *Jornal Pequeno* estavam e continuam disponibilizados tanto na sede do jornal quanto na biblioteca. Assim, decidi realizar minha pesquisa (ainda na graduação) em um só lugar onde teria acesso a esses documentos.

Embora o trabalho de conclusão de curso da graduação tenha rendido bons resultados, ao ingressar no Mestrado de Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão e fazer leituras mais específicas sobre minha temática no grupo de estudos sobre Gênero, Memória e Identidade (GENI-UFMA) coordenado pela minha orientadora Sandra Nascimento, senti a necessidade de ampliar meu foco de análise para a violência de gênero² em relacionamentos heterossexuais, a fim

¹ Discursos que responsabilizavam a mulher em situação de violência, relação direta da violência de gênero com classe social, justificação das práticas cometidas pelos homens, entre outras.

² A utilização desse termo permite compreender o gênero como categoria analítica e como tal, me possibilita fazer uma interpretação crítica sobre a complexidade das relações sociais.

de perceber os discursos acionados e a forma de apresentar os casos de violência quando as mulheres³ são vítimas e quando são agressoras. Pensando que as relações de gênero estão constantemente imbricadas com outros elementos da vida social (constituintes das relações sociais) e que, portanto, práticas e discursos muitas vezes naturalizam essas relações e reproduzem violências também de caráter simbólico e cultural, decidi desenvolver um trabalho em que eu pudesse fazer uma análise crítica da maneira como a violência de gênero é abordada em um tipo específico de mídia: os jornais impressos.

Escolhi o *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* pela facilidade de acesso a esses documentos e por estarem entre os três impressos mais antigos⁴ que se concentram no estado do Maranhão. Além do longo tempo desde a fundação desses jornais, o slogan relacionado a cada um deles foi um grande atrativo para minha escolha. “O órgão das multidões” e “o órgão a serviço da verdade” tem marcado a história do *Jornal Pequeno* e de *O Estado*, respectivamente, desde o início. Fazer uma análise comparativa das abordagens dos casos de violência de gênero entre um jornal que desde o seu lançamento se declara desvinculado de qualquer grupo ou partido político (O JORNAL, 2018)⁵ e de outro que pertence a um influente grupo de comunicação no Estado (HISTÓRICO, 2009)⁶ como é colocado no próprio histórico do site desses jornais, pode ser um instrumento de análise para pensar a maneira como seus conteúdos são noticiados.

A Biblioteca Pública Benedito Leite onde realizei minha pesquisa de campo, está localizada no centro da cidade de São Luís do Maranhão. Fundada em 1826. Nela, estão disponíveis acervos desde os jornais mais antigos até os mais recentes, recebendo diariamente o exemplar dos documentos que utilizei como fonte de pesquisa. Embora os anos dos jornais que pesquisei ainda não estejam digitalizados pela biblioteca por serem anos relativamente recentes, tanto *Jornal Pequeno* como *O Estado do Maranhão* disponibilizam em seus sites a versão online, mas sendo necessário um pagamento mensal para se tornar assinante e ter acesso a esses documentos. Dessa forma, percebi que levaria menos tempo manuseando os jornais na biblioteca pública Benedito Leite.

Os anos de 2015, 2016 e 2017 analisados nesta dissertação, foram escolhidos por alguns marcadores que considerei importante: tive como ponto de partida o ano em que a Lei do

³ Utilizarei essa categoria por não conseguir pensar em outra que possa denotar o mesmo sentido que pretendo alcançar. Contudo, reconheço os limites desse termo e em alguns momentos trarei discussões teóricas para problematizá-lo. Assim, discutirei essas e outras categorias com o cuidado de não tomá-las como naturais e/ou estáveis.

⁴ O Imparcial (1926), *Jornal Pequeno* (1951) e *O Estado do Maranhão* (1959).

⁵ Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br>

⁶ Disponível em: <http://imirante.com/oestadoma>

Feminicídio lei nº 13.104/2015 entrou em vigor (2015); já no segundo período de análise (2016), destaquei o ano em que a principal lei de combate à violência contra as mulheres lei nº 11.340/2006- conhecida como lei Maria da Penha, completou 10 anos de funcionamento; e 2017 foi escolhido por ter sido o ano em que a Casa da Mulher Brasileira⁷ foi inaugurada em São Luís. Uma das minhas preocupações é perceber se houveram mudanças nas reportagens e na forma de noticiar esses casos de um ano para outro tomando como base esses elementos.

Por já ter feito um primeiro exercício de trabalhar com as notícias do *Jornal Pequeno* e de *O Estado do Maranhão* no trabalho de conclusão de curso da graduação, isso facilitou o manuseio com esses documentos. Analisei todas as produções dos jornais nos casos de violência de gênero entre o período de 2015 a 2017, por perceber que há dias em que esses casos são noticiados de forma mais extensa e outros, de forma mais restrita. Além disso, há notícias em que casos dessas violências são publicados em partes diferente da página policial desse meio de comunicação.

Os jornais assim como outros tipos de mídia produzem e reproduzem o que denominam como “verdades” sobre aquilo que apresentam, manifestando-se como forte instrumento de poder. Seus enunciados, previamente elaborados, são legitimados por constituírem-se como produtos de uma formação especializada, a do/a jornalista. E, socialmente são aceitos, em geral, como órgãos de denúncia, vigilância e cobrança das instituições governamentais, a partir das representações constantemente emitidas em seus discursos. Segundo Michel Foucault em *A ordem do discurso* (2013), além de utilizarem da força, do poder e da significação que representam na vida social, as instituições (sejam elas políticas, econômicas, religiosas ou midiáticas) apoderam-se de um recurso coercitivo e controlador, mas que na maioria das vezes é percebido como um elemento neutro e transparente: o discurso. Contudo, o discurso utilizado para representar ou expressar alguma concepção, é geralmente restrito e limitado.

Assim, nesta dissertação busco compreender as produções discursivas nos casos de violência de gênero dos impressos *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* entre os anos de 2015 a 2017. Lendo materiais sobre o tema, destaco a frequência com que os jornais reservam espaços para registrar casos de violência de gênero, atenta à construção da violência de gênero em seus enunciados. Considero que aqui, o que se coloca como mais importante é a problematização das representações de gênero constituídas nessas produções discursivas, visando compreender assim, algumas questões: Quais enunciados os jornais utilizam para registrar a violência de gênero? Como esses enunciados são apresentados? Quais constituições de gênero expressam e configuram atos de

⁷ A Casa da Mulher Brasileira é um programa do governo federal que reúne em um único espaço órgãos responsáveis pelo acolhimento, atendimento e encaminhamento de mulheres em situação de violência.

violência? Quais outros marcadores sociais vinculados às configurações de gênero são ressaltados nesses enunciados?

Utilizando o gênero como categoria de análise, trabalho com a concepção do discurso jornalístico como *tecnologias de gênero* que constroem e marcam sujeitos/as dentro de contextos e interesses específicos. “A construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero e discursos institucionais com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e implantar representações de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 228). Por entender que discutir a construção social do gênero significa dentre outros posicionamentos, problematizar o binarismo estrutural homem/mulher, optei por fazer o recorte da minha pesquisa em casos de violências em relacionamentos heterossexuais, afastando possibilidades de investigação em outras áreas diversas de relacionamentos, por exemplo entre gays, lésbicas, transexuais, etc.

A escolha do uso de ditados populares, no título e nas subseções desta dissertação, foi com a intenção de chamar a atenção dos/as leitores/as para as reproduções de frases que direta ou indiretamente justificam as violências praticadas em uma relação por serem consideradas exclusivamente um problema de casal⁸. Assim, tenho a intenção de lembrar constantemente às pessoas que lerem “Em briga de marido e mulher não se mete a colher?: um estudo sobre violência de gênero em jornais do Maranhão” sobre a importância da desnaturalização de todo tipo de violência.

Nesse sentido, considero importante desenvolver um trabalho que possa produzir conhecimento sobre o modo como o *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* apresentam os casos de violência, tomando-os como discursos que se constituem como tecnologias de gênero que me permitem visualizar as permanências e/ou discontinuidades das diferenças socialmente construídas sobre “ser homem” e/ou “ser mulher”, podendo posteriormente contribuir para investigações e análises de outros/as pesquisadores/as neste campo de estudos.

1.1 Contextualizando minhas fontes de pesquisa

O *Jornal Pequeno* foi fundado em maio de 1951 pelo jornalista José de Ribamar Bogéa (O JORNAL, 2018). Com o slogan “o órgão das multidões”, este impresso é apresentado como

⁸ Por muito tempo a violência de gênero ou violência conjugal era considerada um aspecto da experiência privada e individual, cabendo às pessoas envolvidas resolverem seus conflitos no espaço considerado da intimidade. Com mudanças na forma de perceber a violência e com as modificações da própria legislação brasileira, o que antes era visto como um “problema de casal” passa a ser interesse social, “uma vez que se realizam em nome da igualdade de direitos e do combate à discriminação” (MUSUMECI, 1999, p. 12).

pretensamente desvinculado de qualquer grupo ou partido político. Contudo, logo que tive acesso a esse periódico, percebi que se trata de um meio de comunicação situado politicamente, com posicionamento a favor de certos grupos partidários do estado assim como o jornal *O Estado do Maranhão*. Embora esse não seja o principal aspecto no contexto das minhas análises, considero importante pensa-lo como elemento que pode estar diretamente relacionado à maneira como as notícias são selecionadas, contextualizadas e apresentadas por esses veículos de comunicação.

Mesmo já estando disponível online (sendo necessário o pagamento do valor mensal de R\$10,00 para se tornar assinante e ter acesso ao periódico), os impressos do *Jornal Pequeno* estão disponíveis tanto na sede do jornal (localizada no centro da cidade de São Luís)⁹ quanto na biblioteca pública Benedito Leite. Em contrapartida, o local para acesso ao periódico na sede do jornal é um espaço pequeno, com pouca iluminação e lá os jornais são encadernados, o que torna seu manuseio mais difícil e demorado. Já na biblioteca, os exemplares continuam soltos como são vendidos, facilitando a realização da pesquisa com este tipo de documento. Dos anos pesquisados, somente no mês de março de 2016 não foi localizado o jornal do dia 08 na biblioteca, o que fez com que eu me direcionasse até a sede administrativa do jornal e constatasse essas dificuldades.

O Estado do Maranhão foi fundado em maio de 1959 (inicialmente conhecido como Jornal do Dia), mas foi somente em 1973 que recebeu esse nome sob o comando do então governador José Sarney e do poeta Bandeira Tribuzi, considerados fundadores desse jornal (HISTÓRICO, 2009). *O Estado* é um impresso que circula tanto na capital (São Luís) e nos interiores do Maranhão quanto em outros estados, tendo os preços por exemplar que variam de R\$ 2,00 a R\$ 4,00 respectivamente. Para ter acesso ao jornal online, é necessário se tornar assinante ao custo de R\$15,90 ao mês (HISTÓRICO, 2009). Atualmente, os exemplares impressos dos jornais se encontram disponíveis para acesso somente na Biblioteca Pública Benedito Leite que em termos de realização de pesquisa com esse tipo de documento, apresenta melhores condições de espaço para o manuseio dos exemplares.

Desse modo, pela dinâmica de conteúdo, linguagem e interação com os/as leitores/as, por não se limitarem ao papel impresso e pelos históricos de fundação, o *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* são instrumentos importantes para pensar, perceber e analisar as representações que são atribuídas à violência de gênero.

⁹ Rua Afonso Pena, nº 171 - Centro, São Luís -MA.

1.2 Procedimentos metodológicos

Para alcançar os objetivos deste estudo, substancio minhas análises em obras e autores/as que trabalham com a perspectiva pós-estruturalista¹⁰, pois esta me permite visualizar outras possibilidades de entender a complexidade das relações sociais, me distanciando de um olhar essencialista e acrítico. Autores/as como Judith Butler, Jacques Derrida e Michel Foucault me inspiraram nesse sentido.

Judith Butler tem sido uma autora fundamental para a reflexão sobre o uso de categorias que comumente são postas como naturais e estáveis, chamando atenção para o fato de que se tratam de construções sociais carregadas de sentidos. As críticas feitas por esta autora na obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2017) a termos como “mulher”, “identidade” e “sujeito”, me mobilizam a perceber as relações de gênero de forma mais complexa, levando em conta que estas relações se apoiam em representações e produções discursivas historicamente constituídas e não podem ser dissociadas de outros eixos de relações de poder como as questões raciais, étnicas, regionais e de classe. Quando a categoria gênero é naturalizada e isolada de outras modalidades, recai sobre binarismos isolados histórica e politicamente, que além de não darem conta das diversidades identitárias, reproduzem desigualdades nas representações de gênero.

Desta forma, é necessário pensar que a busca por uma linearidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais que produz e reproduz gêneros inteligíveis¹¹ é uma construção social, política e histórica que marca corpos e sujeitos/as como “normais”, “passíveis de compreensão” e “naturais”, rejeitando aqueles/as que não se enquadram nessa coerência discursiva. Assim, as contribuições teóricas de Judith Butler me possibilitam localizar relações de poder e assimetrias constituídas, de modo que possa problematizar a constituição de sujeitos/as identitários/as dentro de um sistema heteronormativo de gênero, considerado fixo e universal.

Para além dos pares binários que se colocam muitas vezes como dados e naturais pelos próprios fundamentos do estruturalismo, Jacques Derrida sugere a utilização e principalmente o desmantelamento dos “operadores textuais” que os/as sujeitos/as utilizam. Nesse sentido, Derrida oferece importantes reflexões para pensar além dos limites impostos pelos paradigmas científicos clássicos, tentando enquadrar sujeitos/as em categorias já preestabelecidas socialmente. Dessa forma, percebendo que tudo é texto e buscando desmantelar as estruturas normativas dos discursos

¹⁰ Movimento filosófico, histórico, político e social que põe em questão certas formas de conhecimento, problematizando a proposta científica do método estruturalista.

¹¹ Segundo Judith Butler (2017), os gêneros passíveis de compreensão são aqueles que mantêm coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais.

que tendem a restringir as possibilidades de compreensão de uma narrativa, tomo emprestado a *desconstrução*, como estratégia proposta pelo autor, a fim de perceber a dinamicidade de sentidos constituintes nas diversas configurações de relações sociais, que, por vezes, são reduzidas e simplificadas.

Michel Foucault é uma inspiração no que diz respeito aos estudos que ele faz sobre o discurso, no sentido de mostrar que são produzidos em relações de poder e que são politicamente sistematizados e, portanto, dependem de determinados agentes para circular na sociedade. Sendo assim, me mantenho atenta aos enunciados utilizados nos jornais para perceber a maneira como as violências de gênero são construídas discursivamente.

Além do aporte teórico de Butler, Derrida e Foucault, a leitura de alguns trabalhos que têm como objeto de estudo tipos de mídia, também contribuíram significativamente para a construção desta dissertação. Dentre eles, destaco: *Atos de justiça coletiva: representações da violência na mídia* de Yuri Costa (2005), *Do riso fez-se o pranto: técnicas de produção do gênero em relações afetivas e sexuais no jornal Pequeno* de Mayana Nunes (2014), *Violência e gênero em notícias no oeste Paranaense* (1960-1990) de Tânia Zimmermann (2010) e *Produções discursivas em campanhas publicitárias: gênero e interseccionalidades* de Carolina Pitanga (2017).

No manuseio dos jornais, elaborei previamente uma tabela para facilitar a organização e sistematização dos dados onde identifiquei: o dia em que a reportagem foi publicada, o número do jornal, o título da notícia, a seção do jornal em que a notícia estava localizada e quem redigiu o enunciado (apêndice A). Vale ressaltar que era necessário ler toda a reportagem antes de caracterizá-la como violência de gênero¹² e de fotografá-la, pois em muitos casos, a manchete direcionava para uma outra expressão de violência. Além disso, essa leitura prévia das reportagens me ajudou na seleção das notícias que são discutidas mais detalhadamente neste trabalho.

É importante ressaltar também que as notícias discutidas neste estudo, foram organizadas de modo a perceber o que se apresenta como enunciados constantes nos dois jornais e o que é focalizado em apenas um dos impressos. Todas as notícias foram registradas com fotos e colocadas na tabela que utilizei para análise dos dados. Estive atenta às notícias que traziam informações sobre leis e políticas públicas que pretendem reduzir as situações de violência de gênero. Além disso, optei por destacar¹³ os títulos, subtítulos e informações das notícias ao longo desse texto, para

¹² Práticas caracterizadas como violentas entre casais que mantêm e/ou mantiveram relações amorosas/afetivas.

¹³ Todas as expressões e/ou frases retiradas dos jornais e utilizadas no corpo do texto, estão destacadas em negrito e itálico.

deixar claro para os/as leitores/as do meu trabalho que se tratam de fragmentos dos enunciados jornalísticos que pesquisei.

Nesse sentido, este texto dissertativo está constituído numa sequência de quatro seções: **na primeira**, trago reflexões teóricas de diferentes autores/as que me auxiliam na discussão de categorias que considero fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho como “gênero”, “violência” e “discurso”, além de situar meus/minhas leitores/as dos jornais que escolhi como fonte de pesquisa, destacando seus históricos, formatos e linguagens. **Nas seções dois e três** discuto o recorte dos materiais dos jornais nos anos de 2015, 2016 e 2017, a fim de perceber e problematizar a maneira como os casos de violência de gênero são apresentados nesses periódicos. Escolhi analisar as notícias dos anos de 2016 e 2017 em uma mesma seção, por perceber que o quantitativo de notícias apresentada é maior que o ano anterior e por algumas mudanças constantes na forma de representar a violência de gênero nesses dois períodos. Já **na última seção**, faço uma análise crítica da forma como a representação de gênero é constituída e/ou reproduzida em diferentes espaços de saber como o midiático, religioso e jurídico, problematizando desde discursos que estão presentes em notícias sobre datas comemorativas nos jornais impressos até fragmentos do código penal brasileiro e ditados populares.

2. GÊNERO, DISCURSO E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES TEÓRICAS

2.1 O uso da categoria gênero

O gênero não deve nunca ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos* (BUTLER, 2017, p. 242).

Os debates sobre as questões de gênero têm ocorrido com muita frequência nos últimos anos, em decorrência da necessidade de problematizar cada vez mais pensamentos e atitudes ainda enraizados em paradigmas funcionalistas e estruturalistas que produzem modelos normativos e excludentes de percepção das relações sociais. Falar de gênero levando em consideração somente o binômio homem/mulher não é mais suficiente para explicar as diversidades socioculturais que existem, assim como as distinções políticas que historicamente vem se constituindo como marcadores sociais tais como gênero, raça, classe social, geração etc. “Ser homem” ou “ser mulher” longe de ser algo natural, é uma construção social carregada de significados e com possibilidades diversas de compreensão.

As reflexões teóricas de Joan Scott no texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (1989) sobre “gênero” enquanto categoria analítica, foram fundamentais para que as diferenças entre o que é posto como masculino e feminino fossem pensadas de forma relacional e interdependente e não mais como instâncias dissociadas. Scott é uma autora que se destacou por trazer à discussão o conceito de gênero substituindo termos frequentemente usados nos movimentos feministas dos anos 1970 como “Estudo das Mulheres”, “Núcleo de Mulheres”, “Cultura da Mulher” e alargando a concepção dessa categoria que poderia dar conta de uma gama maior de representações identitárias.

Teresa de Lauretis em *A tecnologia do gênero* (1994) também faz críticas importantes a alguns escritos e movimentos feministas dos anos 1960 e 1970 quanto ao entendimento do termo “gênero” relacionado intrinsecamente às diferenças sexuais. Para essa autora, a concepção de gênero ultrapassa as distinções que se apresentam entre “corpos masculinos e femininos”. Embora Lauretis não tenha se apropriado das problematizações nas quais os termos “masculino” e “feminino” podem ser implicados (assim como Joan Scott), sua contribuição teórica é significativa nos estudos de gênero: a autora já estava atenta ao caráter superficialmente homogêneo que o conceito de diferença sexual implicava nas relações sociais. Para ela, essa diferença não levava em consideração as dinâmicas entre mulheres, fantasiando uma segregação completa e coerente entre as

sujeitas do feminismo (como se as mulheres só se diferenciavam quando comparadas aos homens). Em outras palavras, Teresa de Lauretis empenhou-se em estudar o gênero enquanto campo social heterogêneo, destacando a importância de desconstruir a imbricação entre gênero e diferenças sexuais.

Assim, os anos 1980 destacaram-se pela resignificação da categoria gênero, permitindo compreender a “diferença entre os sexos” como efeito da linguagem e possibilitando a aparição de outros/as sujeitos/as, engendrados/as por relações e representações múltiplas. Com isso, Teresa de Lauretis (1994) compreende o gênero como produto de diferentes tecnologias sociais como a mídia e os discursos, entendendo-o a partir de outras dimensões como raça, classe e idade, acentuando essa categoria analítica como “conjuntos inter-relacionados de relações sociais” (LAURETIS, 1994, p. 215).

Para poder começar a especificar este outro tipo de sujeito e articular suas relações com um campo social heterogêneo, precisamos de um conceito de gênero que não esteja tão preso à diferença sexual a ponto de virtualmente se confundir com ela, fazendo com que, por um lado, o gênero seja considerado uma derivação direta da diferença sexual e, por outro, o gênero possa ser incluído na diferença sexual como efeito de linguagem, ou como puro imaginário não relacionado ao real. Tal dificuldade, ou seja, a imbricação de gênero e diferença(s) sexual(ais), precisa ser desfeita e desconstruída (LAURETIS, 1994, p. 208).

Nos anos 1980 como aponta Guacira Louro em *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação* (2001), multiplicaram-se os movimentos que estavam preocupados em desafiar fronteiras tradicionais de gênero, colocando em questão as dicotomias masculino/feminino; homem/mulher. Para a referida autora, a nova dinâmica desses movimentos provocou mudanças nas teorias, havendo um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade que agora se direcionava menos às identidades e se concentrava mais nas práticas sociais. No entanto, “o grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram, mas admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas” e que “o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (LOURO, 2001, p. 541). Assim, tendo em vista que as relações de gênero são variáveis e suscetíveis a novas interpretações ou reinterpretações, a utilização dessa categoria não pode ser naturalizada.

De acordo com Carla Pinsky no texto *A era dos modelos flexíveis* (2012), a ampliação dos movimentos feministas a partir do século XX no Brasil, ajudou a dissolver as hierarquias entre masculino e feminino possibilitando abalar as tradicionais representações de mulher. Para a autora, o desabrochar do feminismo “completava o quadro das influências que contribuíram para minar as imagens tradicionais de mulher, ampliando perspectivas e multiplicando os destinos individuais” (PINSKY, 2012, p. 515). Assim, Pinsky (2012) afirma que as lutas políticas, os movimentos sociais

e o feminismo colaboraram para a redefinição das representações da mulher nos espaços públicos e em outros setores da vida social. Contudo, ressalta que as hierarquias não desapareceram.

É certo que as imposições estéticas por conta do exagerado culto do corpo e a exploração da vulgaridade que associavam mulheres bonitas e sexualmente disponíveis com mercadorias à venda não contribuem para a valorização social das mulheres ou para libertá-las do massacre dos padrões estéticos (PINSKY, 2012, p. 538).

A ampliação dos estudos sobre a singularidade do corpo e da construção do gênero na sociedade brasileira ocorreu do final do século XX para o início do século XXI, como afirma Mirian Goldenberg na obra *Gênero e corpo na cultura brasileira* (2005). É sobretudo a partir desse período que o corpo do homem e principalmente da mulher passa a ser estritamente relacionado a um padrão de prestígio e beleza que “reafirmam as representações associadas a uma suposta natureza masculina e feminina em nossa cultura” (GOLDENBERG, 2005, p. 71). Para a autora, o culto ao corpo se tornou uma espécie de estilo de vida ao estar associado à centralidade de diversos segmentos sociais e toda essa padronização acabou transformando os corpos ditos “naturais” em corpos aprisionados por modelos inalcançáveis de masculinidade e feminilidade, violentando quem se encontra fora desses padrões estabelecidos.

Os discursos utilizados para legitimar violências que são muitas vezes invisibilizadas, ainda são feitos por quem detêm o poder (seja político, econômico, cultural ou simbólico). E por mais assustador e contraditório que pareça, essas violências são produzidas e reproduzidas nas diversas áreas de conhecimento, reforçando as desigualdades sociais e as discriminações de raça, etnia e de gênero. Mas, movimentos sociais como os feministas que ganharam força a partir dos anos 1970 no Brasil, ajudaram e continuam ajudando significativamente a desconstruir discursos e práticas que tendem a subalternizar grupos que se encontram fora dos padrões normativos.

Desse modo, mesmo reconhecendo todos os avanços, é notório que romper com as desigualdades nas relações de gênero ainda é um desafio. Para que sejam minimizadas, é necessário problematizar os universalismos que tendem a simplificar categorias e dificultar a forma de perceber as questões de gênero de modo mais complexo. A tentativa de universalização dos termos não leva em consideração as diferenças raciais, étnicas, sexuais e de classe na qual os debates sobre as questões de gênero devem estar inseridos, já que falar de gênero é ultrapassar as barreiras do binarismo homem/mulher e perceber a pluralidade identitária que um grupo pode acionar em determinadas relações sociais.

Nesse contexto, as discussões levantadas por Judith Butler (2017) ajudam a repensar categorias postas como naturais. Ao questionar a universalização do termo “mulher” com que muitos movimentos feministas dos anos de 1960 e 1970 se baseavam para reivindicar direitos,

Butler chama atenção para o fato de que “ser mulher” não denota uma identidade comum, assim como não se trata de uma categoria estável ou permanente. Desse modo, a autora ressalta que não é possível pensar as questões de gênero sem refletir as relações de poder em que esta categoria é discursivamente constituída. “Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2017, p.21).

Mas afinal, o que define “ser mulher”? Que características podemos identificar como femininas? É possível pensar em um “ser” feminino? Esses questionamentos só podem ser pensados se forem levados em consideração os discursos previamente elaborados pelas diversas instituições de poder que legitimam e regulam modelos inalcançáveis de masculinidade e feminilidade, excluindo quem não se enquadra nos padrões heteronormativos¹⁴ aceitos socialmente.

Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2017, p. 43).

A busca por uma coerência fantasiosa entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais reproduz violências diversas, legitimando a reprodução de estereótipos que recaem sobre corpos vistos como anormais, estranhos e que desestabilizam a ordem. “A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional” (BUTLER, 2017, p. 52). Para Butler, essa instituição de uma heterossexualidade naturaliza e regula o gênero como uma relação binária, impedindo de perceber a gama de possibilidades identitárias que um grupo pode acionar.

Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória funciona como um regime de poder/discurso; como uma norma imperativa, tornando obrigatório o desejo pelo “sexo” oposto e excluindo violentamente quem fica de fora dessa “normalidade”. Os seres abjetos, não são passíveis de compreensão e aceitação justamente por não manterem a linearidade esperada entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Assim, a distinção binária consolida (mesmo que artificialmente) um “sujeito coerente” ao mesmo tempo em que produz seres desviantes: em um só processo discursivo são produzidos sujeitos *normais* e sujeitos *abjetos*.

¹⁴ Em *Problemas de Gênero*, Judith Butler (2017) afirma que os gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm em certo sentido, uma coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo direcionando para uma hegemonia heterossexual produzida e reproduzida socialmente. Assim, quem se encontra fora desse padrão da heterossexualidade, é visto como desviante e anormal.

Ao criticar a ideia de uma “identidade de gênero”, Butler (2017) pensa-a como uma característica descritiva de experiência e não como um ideal normativo, rompendo com um pensamento fechado, estável e unitário sobre a identidade. Assim, a autora ressalta a necessidade de refletir radicalmente as categorias “mulher”, “identidade” e “sujeito”. Segundo as reflexões teóricas de Butler, as noções de sexo e gênero (pensadas não mais como categorias separadas e contrárias) dependem dos discursos que são utilizados. Com isso, pensar em um “ser feminino” ou “ser mulher” só é possível quando se compreende os contextos e as dinâmicas sociais em que esses termos são aplicados.

Para Butler (2017, p. 42), as identidades não são idênticas a si mesmas, não necessariamente persistem ao longo do tempo, não são unificadas e tão pouco são internamente coerentes. Segundo Sara Salih (2017), Judith Butler está mais interessada em analisar o processo pelo qual o indivíduo vem a assumir sua posição como sujeito/a do que pensar no “indivíduo” e na “experiência individual”, visto que sua preocupação está na consequente desestabilização e desconstrução da categoria sujeito, pois “o sujeito de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação. A subjetividade não é um dado, e, uma vez que o sujeito está sempre envolvido num processo de devir sem fim, é possível reassumir ou repetir a subjetividade de diferentes maneiras” (SALIH, 2017, p. 11).

Sendo assim, a distinção que existe e persiste entre sexo e gênero, também é uma construção social, política, histórica e discursiva que naturaliza o sexo (reduzindo-o a um constructo biológico) e em algum momento justifica as desigualdades por essa estrutura que relaciona o sexo à natureza. Do mesmo modo, essa diferença leva a uma descontinuidade entre sexo e gênero onde o referencial continua sendo a biologia (só se diz que o que muda é uma variação cultural, mas o sexo continua implicado no determinismo biológico). Então, sexo/gênero assim como as categorias “mulher”, “sujeito” e “identidade”, devem ser pensados enquanto artifícios flutuantes e não mais como elementos contraditórios e fixos.

Derrida em *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas* (1971) está preocupado em contestar as “verdades” impostas por áreas de conhecimento como a filosofia, mas sem abrir mão dela: desconstruir não é sinônimo de destruir. “O que pretendo acentuar é apenas que a passagem para além da Filosofia não consiste em virar a página da Filosofia, mas em continuar a ler de uma certa maneira os filósofos” (DERRIDA, 1971, p. 243). Por essa lógica, o autor acredita que os sentidos não são somente os previstos convencionalmente, havendo, portanto, grandes

possibilidades de alternâncias e sentidos para um mesmo termo, variedades que são não levadas em consideração quando há uma tentativa de totalização do que se pretende dizer.

Se então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo a saber a linguagem e uma linguagem finita exclui a totalização: este campo é com efeito o de um jogo, isto é, de substituições infinitas de um conjunto finito (DERRIDA, 1971, p. 244).

De acordo com Evando Nascimento no texto *Derrida* (2004), para Jacques Derrida os conceitos são relacionais e para que funcionem, tem que opor-se ao seu contrário. Por outro lado, as possibilidades dessas oposições não se restringem a dois extremos. Embora filósofo, Derrida critica o modelo limitador da filosofia, chamando atenção direta ou indiretamente, para a necessidade de problematização do nosso próprio lugar de fala enquanto sujeitos/as que agem e pensam dentro de contextos e realidades específicas.

Contudo, Derrida não cria um novo método de estudo, mas se propõe pensar o já pensado, levando sempre em consideração os contextos em que determinado pensamento é formulado. Segundo José Vasconcelos no artigo *O que é a desconstrução?* (2003), o que Derrida busca realizar em todos os seus escritos é uma crítica rigorosa dos limites de uma filosofia da representação, tentando romper com as hierarquias presentes nas oposições binárias do estruturalismo. “Num primeiro momento, a desconstrução visa a inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário” (VASCONCELOS, 2003, p. 75). Para desconstruir as categorias que muitas vezes são postas como estáveis, é necessário apoiar estudos e análises em movimentos que possam desestabilizar as “verdades” que algumas formas de conhecimento se fundamentam.

Segundo James Williams o *Pós-estruturalismo* (2013), é um movimento que rompe com o senso seguro e estável da linguagem do estruturalismo (não no sentido de descartar esse método que o precede, mas de repensá-lo), possibilitando novos entendimentos e buscando propiciar interações mais amplas. “O pós-estruturalismo não rejeita simplesmente as coisas. Ele trabalha dentro delas para desfazer seus postulados exclusivistas de verdade e pureza” (WILLIAMS, 2013, p. 23). Apesar do pós-estruturalismo se voltar a críticas sobre verdades e essências, se trata de um movimento filosófico, social, histórico e político que recria as formas de conhecimento deslocando-as de um sistema estável para contextos flexíveis e heterogêneos.

Sendo assim, a necessidade constante de remeter categorias analíticas como “gênero”, “mulher” e “identidade” às expressões aparentemente universais e estáveis é proveniente dos discursos que são utilizados para atingir objetivos específicos. Nesse sentido, problematizar essas

categorias me permite perceber como as desigualdades de gênero são apresentadas e se isso se prende a uma representação naturalizada, assim como me ajuda a compreender a complexidade daquilo que se reitera e do que aparentemente se atualiza mas que volta a reproduzir formas estruturantes de pensar as relações sociais. Analisar a produção e reprodução desses termos é antes de tudo, refletir sobre as relações desiguais de poder nos debates sobre as questões de gênero que geram violências com efeitos diversos na vida social.

2.2 Violência de gênero: limites e desdobramentos

Hoje, com a criminalização da violência que acontece no espaço doméstico, redefinem-se os sentidos da individualidade, dos direitos, das responsabilidades e, como já vimos, as fronteiras entre o mundo público e o mundo privado. Se estas fronteiras nunca foram estáveis e definitivas na história do Ocidente, é certo, também, que o espaço público nunca esteve tão confundido com a intimidade e com a vida em família, como nesse fim de século, em nome de expectativas igualitárias e do amplo acesso aos direitos civis (MUSUMECI, 1999, p. 32).

A violência, enquanto categoria que está nas mídias, nos aparatos jurídicos, nas instâncias educacionais, políticas, econômicas e/ou culturais, pode ser expressa por diferentes grupos sociais e em contextos distintos, apresentando características que são relacionadas a diversas classificações. Além de não ser uma categoria autoexplicativa, a violência nunca é resultado de um aspecto meramente individual/particular. Ao contrário, ela está inscrita em processos de ordenamentos e/ou desordenamentos que dizem respeito à coletividade. Para Michel Wieviorka (2006), a violência é o momento em que se fecham os espaços da discussão e do debate para dar lugar a uma relação de força, sendo “marca de um sujeito contrariado, interditado, impossível ou infeliz” (WIEVIORKA, 2006, p. 203).

Para o referido autor, pelos inúmeros processos que fazem da violência um fenômeno multiforme, a reflexão sobre esta categoria deve ser inscrita em uma espécie de triângulo, em que todos os lados são constituídos concomitantemente por três elementos: o/a protagonista da violência, a vítima e a coletividade. Ao sugerir essa forma de análise, Wieviorka na obra *Em que mundo viveremos?* (2006) afasta a possibilidade de pensar a violência enquanto prática dissociada da vida e das relações sociais, afirmando que as condutas humanas se desenvolvem no seio de sistemas sociais, políticos, culturais, econômicos. Dessa forma, a violência em suas diferentes modalidades de representação (violência institucional, urbana, de classe, violência de gênero) não deve ser pensada com referência apenas ao sujeito/a.

“Violência de gênero”, “violência conjugal”, “violência familiar” e “violência doméstica”, são alguns termos utilizados para se referir a práticas abusivas entre casais heterossexuais. Há

autoras como Heleieth Saffioti em *Gênero, patriarcado e violência* (2015, p. 73), que tenta delimitar bem a distinção entre cada uma dessas nomenclaturas, afirmando que “há, no Brasil, uma enorme confusão sobre os tipos de violência”. Mas há também quem pense nessas classificações como modalidades da violência que são intercambiáveis, apesar de cada uma delas apresentar desdobramentos peculiares. Nesse sentido, Bárbara Musumeci no texto *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança* (1999) avança nas discussões por pensar nessas categorias da violência como elementos que direta ou indiretamente estão inter-relacionados, sugerindo que uma categoria não pode estar completamente dissociada de outra.

Dentre as distintas nomenclaturas e significados de compreensão das categorias, utilizo “violência de gênero” porque me possibilita entender as práticas violentas entre homens e mulheres que mantêm e/ou mantiveram relações afetivas/amorosas, como ações que se (re)produzem em espaços e contextos relacionais, podendo apresentar-se sob diversas circunstâncias e em diferentes formas, desde agressões verbais até assassinatos. Além disso, essa categoria me ajuda a identificar e problematizar as permanências e/ou descontinuidades das desigualdades de gênero, podendo romper ou reforçar paradigmas que limitam, regulam, restringem e violentam sujeitos/as.

Embora as violências não se restrinjam às relações heterossexuais e as mulheres também possam ocupar a posição de agressoras, notícias veiculadas nas mídias impressas e televisivas apresentam dados em que as vítimas em sua grande maioria são as mulheres. Segundo Heleieth Saffioti (2015), o argumento de quem justifica a conduta de agressores reside no fato de que a “sexualidade masculina” é diferente da “feminina”.

A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador. À medida, no entanto que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa, seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas, quer para tomar a dianteira no início do namoro, quer para provocar o homem na cama, visando a com ele manter uma relação sexual, salvo no seio de tribos da juventude, pelo menos das grandes cidades, em que isto é uma prática recorrente. Os condicionantes sociais induzem muitos a acreditar na incontabilidade da sexualidade masculina (SAFFIOTI, 2015, p. 28).

Apesar da concepção naturalizada de uma superioridade masculina justificada pela “diferença sexual” não dar mais conta de explicar as desigualdades entre os gêneros, ela é útil para pensar as diferenciações que são (re)produzidas nos discursos das diversas instâncias de poder como da mídia, política, religião, ciência etc.

“Num contexto de generalização heteronormativa, a diferença entre mulheres e homens é vista como algo natural e, por sua vez, é (re)produzida como uma verdade inabalável, sustentada e pautada por discursos oriundos não só da mídia, mas também do discurso médico, jurídico, religioso, pedagógico etc.” (PITANGA, 2017, p. 6).

A forma como a violência de gênero é retratada nas diferentes instâncias sociais, diz muito sobre a importância que é dada a este problema. Noticiar casos dessa expressão de violência várias vezes ao ano em um meio de comunicação como os jornais impressos, por exemplo, não é sinônimo de visibilizar essa violência. Desse modo, estar atenta aos discursos sobre as violências de gênero me ajuda a ter um olhar crítico sobre explicações que se apresentam como verdades, possibilitando a recusa de informações aparentemente fáceis de interpretar e compreender.

Me permite ainda, analisar os enunciados dos jornais em casos de violência de gênero como construções estabelecidas nas e por relações de poder, que tem a ver com as escolhas na maneira que a notícia é apresentada: desde o tipo de público que se pretende atingir até quem tem autorização para escrever, pois como afirma Mayana Silva em *Do riso fez-se o pranto: técnicas de produção do gênero nas notícias de violência em relações afetivas e sexuais do Jornal Pequeno* “o jornal recorre às falas autorizadas (policiais, delegados, médicos, entre outros) para atestar a veracidade das informações” (SILVA, 2014, p. 42).

As reportagens do *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* sobre leis e políticas públicas de combate a violência de gênero, também são elementos que me ajudam a analisar as representações que são atribuídas a essa violência, por isso a necessidade de contextualizar a criação e o funcionamento das políticas que focalizo a seguir e tomo como marcadores temporais para a realização deste estudo.

2.2.1 Leis e políticas públicas

Em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, sendo apresentada como garantia de que as mulheres tenham nesta política, um respaldo para não mais vivenciar maus tratos e agressões. Essa lei foi decorrente de um processo de enfrentamento e desafios vivenciado por Maria da Penha Maia Fernandes que, após ter sofrido duas tentativas de homicídio praticadas pelo marido, decidiu publicizar sua experiência (DIAS, 2015).

De acordo com a cartilha sobre a Lei Maria da Penha desenvolvida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (MARANHÃO, 2014), a lei pune toda forma de violência doméstica e familiar contra as mulheres, seja a agressão advinda de uma pessoa com quem a mulher em situação de violência tenha uma relação afetiva ou não. Além disso, a lei também deve ser aplicada em casos de relações homoafetivas, ou seja, a punição não acontece somente quando um homem agride uma mulher.

Segundo o texto *Aprendendo com a lei Maria da Penha no cotidiano: o que você precisa saber* (MARANHÃO, 2014), as principais expressões de violência doméstica e familiar são as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Ou seja, qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, que cause dano emocional e diminuição de autoestima, que obriga a mulher a ter ou manter uma relação sexual, que configure destruição ou subtração de objetos e difamação ou injúria, são violências que precisam ser denunciadas, pois em qualquer uma dessas situações, a mulher tem vários dos seus direitos negados. Dessa forma, a lei 11.340/06 foi criada com a pretensão de punir as mais diversas formas de violação de direitos das mulheres e expressões de violência, o que contradiz com a concepção ainda enraizada na sociedade brasileira de que só é violência contra a mulher quando se trata de agressões físicas e/ou sexuais.

Outros textos que se referem ao combate à violência contra as mulheres estão produzidos na lei 13.104 em março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que estabelece um agravante ao assassinato de mulheres unicamente por se tratar de uma questão de gênero, possibilitando penas mais severas para quem pratica esse crime. O enunciado do texto que constitui a Lei do Feminicídio é outro instrumento que se propõe à restauração da ordem social nas relações de gênero.

Além dos ordenamentos jurídicos, foi criado em 2015 um centro de apoio e atendimento as mulheres em situação de violência, bem como aos filhos/as das vítimas. A Casa da Mulher Brasileira, como é conhecida, é uma iniciativa do governo federal frente à necessidade de um atendimento mais completo para as mulheres que sofrem diferentes formas de violência. Nela, estão reunidos atendimentos que vão desde acompanhamentos psicológicos até auxílios financeiros, concentrando em um mesmo lugar representantes dos poderes executivos, legislativo e judiciário para enfrentamento da violência como um problema social grave.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2015) a primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em Campo Grande/Mato Grosso do Sul, seguida de Brasília, Curitiba e São Luís (inaugurada em novembro de 2017). Esse centro de apoio assim como as leis e demais políticas públicas, são propostos como instrumentos de visibilização da violência de gênero como problema social e transversal no reconhecimento dessas violações enquanto situações que externalizam as distinções artificialmente construídas entre vida pública e privada.

Admite-se cada vez mais, hoje em dia, que as vítimas não são apenas feridos ou mortos, cuja contabilidade é feita de maneira administrativa; elas são sujeitos mais ou menos atingidos em sua integridade física ou moral, privados parcial ou inteiramente, pela violência, de uma capacidade de construir sua existência. O problema não é o mesmo no caso de vítimas de atos de dimensões políticas, como o terrorismo, por exemplo, ou quando se trata de crimes, delinquência ou mesmo incivilidades: a responsabilidade dos poderes

públicos não é a mesma e a experiência vivida difere necessariamente. Porém, em todos os casos, o ponto de vista das vítimas só é reconhecido porque o que lhes ocorreu é considerado um problema concernindo à coletividade e pedindo uma resposta, um tratamento de sua parte. Por isso é tão importante que as violências até então desconhecidas, porque eram consideradas como dependendo apenas da esfera da vida privada, sejam reconhecidas no espaço público: a violência contra as mulheres ou as crianças só tornou-se um problema real, em muitos países, no dia que foi, de alguma maneira, extraída do espaço privado. O que conduz a situar também os problemas da violência, e de nossas percepções do fenômeno, no contexto da separação do privado e do público, bem como das transformações dessa separação em sociedades como a nossa (WIEVIORKA, 2006, p. 219).

Em contrapartida, essas políticas públicas (lei Maria da Penha, lei do Feminicídio e Casa da Mulher Brasileira) ao serem apresentadas como propostas para punir agressores/as dentro do que é categorizado como violência pelos aparatos jurídicos, acabam centrando mais em uma aparente restauração da “ordem” por meio da repressão do sujeito/a que pratica a violência. Assim, o discurso jurídico é pautado na busca de uma coesão social que pune quem desestabiliza a lei, sendo evidenciado o discurso de permanência da ordem.

De uma certa maneira, tudo se passa, o mais das vezes, na dissociação dos três polos do triângulo evocado acima: a comunidade trata de punir o delinquente e fazer executar assim o discurso da lei e da ordem; a vítima é deixada por sua conta, a menos que alguma indenização lhe seja outorgada; e o lado “sujeito” do delinquente é abandonado aos trabalhadores sociais ou similares, a que só resta opor sua lógica de prevenção ou proteção à repressão (WIEVIORKA, 2006, p. 221).

Com isso, as políticas públicas que são propostas como forma de combater a violência de gênero, ao exaltarem o discurso da manutenção da ordem, direcionar suas práticas ao indivíduo e serem planejadas e executadas visando apenas uma das partes envolvidas, só resolvem o problema temporariamente: as punições aos agressores/as dissociadas de medidas sociais e educativas, tendem somente a mudar os/as sujeitos/as envolvidos/as. Assim como a “proteção” oferecida às vítimas pelas instâncias jurídicas não extingue a possibilidade delas vivenciarem novas ações hostis, já que também não há elementos que as façam compreender e identificar as diferentes expressões de violência que podem sofrer.

Diante dessas problematizações, a maneira como os meios de comunicação representa aquilo que é lido como violência, pode reproduzir e/ou desconstruir as naturalizações sobre esta categoria e sobre as relações sociais entre homens e mulheres. Desse modo, abordar em conjunto a violência de gênero e os discursos midiáticos se torna uma proposta oportuna e necessária.

2.3 Discurso midiático como instrumento de poder

Relatar o acontecimento tem como consequência construí-lo midiaticamente: no instante mesmo que ele é relatado, constrói-se uma notícia, no espaço temático de uma rubrica. A notícia é objeto de um tratamento discursivo desenvolvido sob diferentes formas textuais:

de anúncios (os títulos), de notificação (as notas), de relatório (artigo), etc. (CHARAUDEAU, 2015, p. 152).

A mídia, formada pelas diferentes tecnologias de comunicação como o rádio, a televisão e os jornais, é uma instância dinâmica e complexa. Embora seja apresentada como instrumento de denúncia do poder e ferramenta útil para disseminação da prática democrática por meio da informação, os discursos midiáticos longe de serem elementos neutros, exercem forte influência sobre a recepção dos conteúdos noticiados. Apesar do público de cada meio de comunicação (ouvinte, telespectadores e leitores) interpretar as informações que recebem de acordo com suas condições de análise, a linguagem utilizada por esses tipos de mídia não é transparente, assim como as palavras não são autoexplicativas. Por não descreverem a totalidade, os discursos precisam ser contextualizados.

Nesse sentido, os discursos acionados para atingir objetivos específicos pelas diversas instituições sociais como as midiáticas, não devem ser interpretados fora dos contextos sociais em que estão inseridos. Ao estudar um tipo de mídia como os jornais impressos, tenho o cuidado para não reificar esse veículo de comunicação, pois se achasse que os jornais em si definem suas reportagens, passaria a acreditar equivocadamente que os/as jornalistas agem independentemente das relações sociais das quais fazem parte. Portanto, é preciso ter em mente que o ambiente jornalístico é composto por rede de relações que englobam desde quem faz a reportagem até quem adquire o material final, sendo este um espaço de interdependência constante.

Mas, o mais importante a destacar é que, se cada discurso é remetido por ele mesmo a tantos outros, os discursos incorporados pela mídia, a partir de outros campos mormente os da medicina, da pedagogia, da psicologia, da psicanálise, também eles, ao entrarem na cena midiática, ao tomarem forma dentro desse campo específico da comunicação social, sofrem um tratamento que os retira de seu *habitat* e que, ao mesmo tempo, reforça a autoridade própria de cada um, pela importância que têm numa determinada formação social (FISCHER, 2001, p. 214).

Dessa forma, os/as profissionais que trabalham na elaboração de um jornal são influenciados/as tanto por fatores internos (grau de interação entre os especialistas, tipo de jornal que se pretende elaborar, perfil do público a ser atingido, categoria das notícias publicadas) quanto por fatores externos (exigências do mercado, interesses políticos, disputas para atingir o maior número possível de leitores/as). Com isso, não há como analisar as reportagens de um jornal sem pensar as relações que englobam esse tipo de mídia e os discursos utilizados para legitimar determinada ação.

Ora, a mídia, ao mesmo tempo que é um lugar de onde várias instituições e sujeitos falam como veículo de divulgação e circulação dos discursos considerados verdadeiros em nossa sociedade, também se impõe como criadora de um discurso próprio. Porém, pode-se dizer que, nela, talvez mais do que em outros campos, a marca da heterogeneidade, além de ser

bastante acentuada, é quase definidora da formação discursiva em que se insere. Poderíamos dizer que hoje praticamente todos os discursos sofrem uma mediação ou reprocessamento através dos meios de comunicação (FISCHER, 2001, p. 212).

Tendo em vista que o discurso pode ser tanto pronunciado quanto escrito, Michel Foucault (2013) supõe que em diversas sociedades a produção do discurso passa por processos de seleção e organização de procedimentos que tendem a reforçar o poder de quem os detêm e/ou dominam, tornando-os cada vez mais legítimos. Nessa perspectiva, o discurso ao invés de ser homogêneo e natural, é previamente pensado e estabelecido por dispositivos e instituições (em relações de poder) que têm a pretensão de alcançar “verdades”. Com isso, a maneira como as instituições sociais produzem os discursos é pelo menos parcialmente, violenta. O que um/a jornalista escreve, por exemplo, não são só suas convicções sobre um acontecimento, mas um conjunto de histórias, interesses e poder que interditam a maneira que o discurso vai ser apresentado.

Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. [...] deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade (FOUCAULT, 2013, p. 50)

Foucault (2013) afirma que até mesmo na *ordem do discurso*¹⁵ “verdadeiro” e do discurso publicado, formas de apropriação de segredo e propriedades singulares são exercidas, havendo diferentes elementos que controlam e delimitam os discursos. Além disso, o autor ressalta que a dominação do discurso não se restringe somente ao do discurso pronunciado, mas também ao ato de escrever, ao sistema de edição e ao próprio personagem do escritor, embora nesses casos os discursos tomem formas diferentes. Com isso, o discurso acaba fazendo parte de um sistema que age de maneira política, dominante, limitada e violenta estando dentro de relações de poder, desejos e interesses.

O tratamento segundo o qual os discursos são transformados e incorporados não deve ser visto de modo compacto, como se estivéssemos em busca de uma totalidade bem-acabada, definidora de uma dada discursividade; pelo contrário, é preciso considerar os diferentes momentos de enunciação e analisa-los criticamente como objetos vivos (FISCHER, 2001, p. 214).

De acordo com Rosa Fischer em *Foucault e a análise do discurso em educação* (2001), o discurso para Foucault é mais que um conjunto de significados e para analisa-los, é preciso romper com visões unidimensionais e explicações simplistas da realidade social. Se a linguagem é constituída nas práticas sociais, não se pode conceber as pessoas fora das relações sociais das quais elas fazem parte. Contudo, assim como as categorias que acionamos para designar determinada

¹⁵ Título do livro de Michel Foucault sobre a aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

noção são heterogêneas, os discursos também são. Segundo Fischer, a cada fala nos posicionamos de forma diferente.

A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: falo e, ao mesmo tempo, sou falado; enuncio individualmente, de forma concreta, constituindo-me provisoriamente um, ambicionando jamais cindir-me, porém a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade. Aliás, sem essa afirmação, meu texto se perderia na desordem e na ausência de fronteiras (FISCHER, 2001, p. 208).

Desse modo, levo em consideração que a seleção dos conteúdos noticiados, a escolha das imagens colocadas em evidência e a forma de noticiar os assuntos publicados nos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*, não são decisões neutras e independentes. Ao contrário, são resultados de interesses diversos e disputa por espaços de destaque no mercado, que torna a concorrência entre os/as jornalistas e seus respectivos jornais um elemento cada vez mais distante daquilo que é considerado novo e diferente, em decorrência da mídia ser um organismo que também se define por uma lógica comercial.

Os acontecimentos que surgem no espaço público não podem ser reportados de maneira exclusivamente factual: é necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos, o que não garante que se possam controlar seus efeitos. Sendo assim, as mídias recorrem a vários tipos de discursos para atingir seus objetivos (CHARAUDEAU, 2015, p. 60).

Se tratando de um público heterogêneo e instável, para Patrick Charaudeau na obra *Discurso das mídias* (2015), os/as profissionais envolvidos na elaboração dos jornais levam em consideração dois elementos para garantir o interesse de seus/suas leitores/as: credibilidade sobre as notícias que são publicadas (fazer com que o público-alvo confie no que é colocado por esses meios de comunicação) e veracidade (utilizar métodos que comprovem o que é noticiado). Para o referido autor, em contrapartida, muitas vezes o interesse pela captação de uma notícia (fazer a notícia ser lida) é superior ao interesse pela credibilidade do que é publicado, o que faz com que os casos noticiados sejam mais descritivos do que propriamente explicativos. Assim a informação midiática é composta por essas contradições: ter mais credibilidade com o maior número possível de receptores (CHARAUDEAU, 2015).

As mídias situam-se num campo de poder complexo que entrecruza vários outros campos cujo ponto comum é o famoso alvo da maioria: o campo do político diante do qual as mídias se legitimam por uma dupla ação, de contrapoder, ao opor-se a esse campo, e de interface com a sociedade civil, o que as leva a denunciar; o campo econômico, no qual as mídias se legitimam por sua capacidade de alcançar um grande público, o que as leva a dramatizar; o campo da cidadania, no qual as mídias se legitimam por uma aptidão em realizar um projeto de construção de opinião pública, o que as leva a serem credíveis (CHARAUDEAU, 2015, p. 93).

Charaudeau (2015) destaca ainda que ao utilizar os meios disponíveis para alcançar credibilidade com aquilo que noticiam, o que as instâncias midiáticas capturam não é a realidade em si (já que não existe uma realidade estável e coerente), mas a construção do espaço social de acordo com os discursos que são acionados, pois “sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 131). Assim, o autor se refere ao universo da informação midiática como algo construído e que, portanto, não poder ser transmitido em seu estado “original”.

Para Lourival Sant’Anna (2008), elementos como credibilidade, influência, veracidade e prestígio, são valores intangíveis que formam as comunicações jornalísticas para garantir seus espaços nesse ambiente competitivo. Embora o autor romantize os jornais ao colocá-los como veículo de comunicação que se diferem dos outros por buscar uma “verdade”, não estando atento aos discursos elaborados e apresentados em relações de poder nessa instância de informação, é interessante a análise que ele faz sobre *O Destino do jornal*¹⁶ ao pensar no surgimento e desenvolvimento de outros meios de informação.

Sant’Anna (2008), não vê com pessimismo o destino dos jornais frente ao desenvolvimento de novas formas de comunicação como a internet. Ao contrário, enxerga nessas diferentes tecnologias um meio para as instâncias jornalísticas também aprimorarem seus recursos. “As tecnologias digitais de difusão de informação abrem novas possibilidades para os jornais, seja no sentido de sua convergência com outros meios, seja na incorporação dessas ferramentas para a confecção e comercialização do produto jornal, isoladamente” (SANT’ANNA, 2008, p. 21).

“Na lida com uma infinidade de notícias entendo que estas devam ser tratadas não apenas pelo que dizem, mas como dizem, como organizam os jornais, tamanho de letras e disposições, da localização das páginas policiais, da linguagem jornalística sobre a violência, a variedade de formatos, disposição das notícias, fotografias, organização de colunas, pelos conceitos/termos que utilizam, pelas zonas de silêncio/superfície ali estabelecidas (ZIMMERMANN, 2010, p. 19).

Com isso, é notório a importância de analisar os eventos de forma processual e interdependente, pois é na tentativa de romper com modelos que reificam, isto é, modelos que tendem a dar sentido próprio aos elementos e aos conceitos, que se pode perceber e analisar como os discursos produzem e legitimam padrões que regulam as relações sociais. Nesse sentido, é necessário tomar as categorias como construções sociais que se modificam e que estão sempre relacionadas a outras categorias em contextos específicos, já que não é possível analisar os grupos sociais de forma isolada. Dessa forma, utilizo o termo mídia para me referir a um conjunto diverso

¹⁶ Título da dissertação de Lourival Sant’Anna publicada em livro em 2008.

de meios de comunicação que são pensados e construídos a partir de relações de poder que regulam e legitimam os discursos.

3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PRODUÇÕES DISCURSIVAS: DEMARCAÇÕES POSSÍVEIS NO *JORNAL PEQUENO* E *O ESTADO DO MARANHÃO* EM 2015

3.1 Conhecendo as estruturas e o modo de apresentação da violência nos impressos maranhenses

Jornal Pequeno e *O Estado do Maranhão* são periódicos que circulam em São Luís desde a década de 1950, diferenciando-se pelo histórico de seus impressos e pelas seções que compõem a página de cada jornal: há partes que são fixas e que portanto, aparecem diariamente nesses veículos de comunicação; e outras que são esporádicas, dependendo do contexto social do mês e/ou ano em que as notícias são divulgadas. Os assuntos que são publicados nestes periódicos variam desde conteúdos voltados ao cenário político do estado até acontecimentos que envolvem outros países, sendo então um meio de comunicação que apresenta experiências diversas e heterogêneas.

O *Jornal Pequeno* apresenta seções que dividem os assuntos noticiados entre: **cidade**, **estado**, **opinião**, **variedades**, **cultura**, **economia**, **geral**, **evangelismo**, **esportes** e **polícia**. Nelas, estão inseridas as notícias sobre os aspectos urbanos da cidade de São Luís; sobre assuntos diversificados que acontecem e/ou envolvem o Estado do Maranhão e textos de editores/as e escritores/as que variam desde conteúdos voltados para os direitos humanos até críticas políticas, respectivamente. Na seção **cultura**, encontram-se matérias sobre música, teatro, festejos e práticas de atividades físicas. Em **evangelismo**, estão dizeres e reflexões bíblicas, seção que está inserida na **página gospel** que aparece em algumas publicações desse periódico. Na seção **polícia** do *Jornal Pequeno* estão os casos apresentados como violência e no canto inferior esquerdo dessa seção diariamente são colocados trechos bíblicos.

As notícias relacionadas à política do Maranhão com textos de editores/as desse periódico, estão inseridas em sua maioria na seção **atos, fatos & baratos**. Os conteúdos sobre esporte geralmente ocupam duas páginas do jornal, enquanto os casos policiais ficam na última página. Mas essas divisões de temas não são permanentes. Embora o *Jornal Pequeno* apresente algumas subdivisões que não encontrei no segundo jornal analisado (como **cultura** e **evangelismo**), ambos destacam em suas publicações assuntos que vão desde especificidades locais como culinária até matérias mais gerais como desastres naturais.

O Estado do Maranhão também é dividido em seções de acordo com os conteúdos que são noticiados: enquanto o **alternativo** elenca assuntos relacionados à música, cultura, cinema, teatro e entretenimento no Maranhão, **cidades** apresenta notícias sobre saneamento básico, saúde e

educação do estado, cabendo também notícias sobre outras localidades. *Opinião* é a seção do jornal em que estão localizados textos, críticas e charges feitas por editores/as do periódico. Há ainda **economia, vida, política e consumidor**, que são subdivisões de assuntos inseridos em **cidades**.

As informações relacionadas a outros países, estão em **o mundo** e a maioria dos casos de violência está inserida na seção **polícia**. Vale ressaltar que essas divisões não são permanentes e independentes umas das outras: *O Estado do Maranhão* assim como o *Jornal Pequeno* mesclam algumas vezes a notícia de uma seção em outra, como em alguns casos de violência que a priori estariam na página policial e aparecem na seção **cidades** ou **estado**.

Penso que essa dinâmica na forma de ajustar as informações pode ser positiva, ao tornar o jornal um meio de comunicação mais fluido e ser uma forma de fazer o/a leitor/a ter interesse em ler todo o material; mas também pode ser confuso ao público desse tipo de informação, ao utilizar seções que nomeiam assuntos específicos mas nem sempre os conteúdos estarem inseridos nelas. Por exemplo: uma leitora que tem o costume de ver as notícias da página policial desses jornais, deixa de ter acesso a alguns casos que são alocados em outros segmentos desse periódico.

Outro aspecto que aproxima o *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* além da alternância de assuntos distribuídos nas seções de cada periódico, é o quantitativo de reportagens de violência de gênero durante o ano de 2015. A frequência de casos noticiados sobre esse tipo de violência varia pouco entre os meses de cada impresso, como mostra o gráfico abaixo:

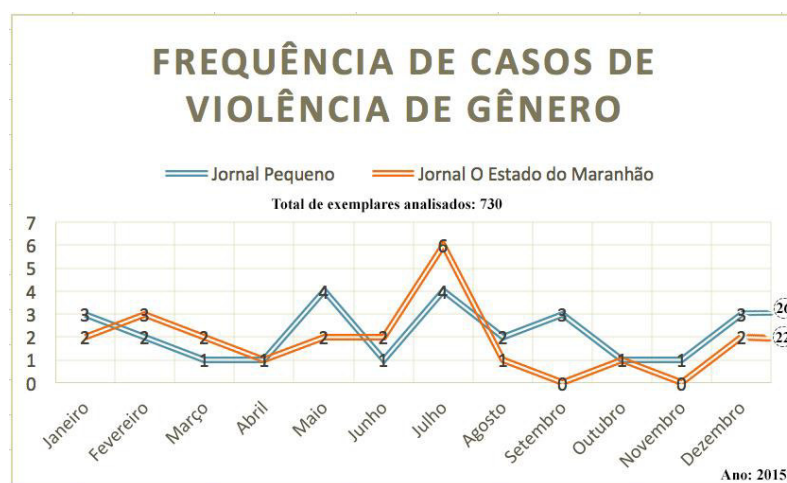


Gráfico 1: Frequência de casos de violência de gênero nos jornais
Fonte: Ribeiro, 2018

Dos 730 exemplares analisados (já que diariamente cada impresso é publicado ao longo do ano) e entre as variações de assuntos publicados, somente 26 casos de violência de gênero foram noticiados no *Jornal Pequeno* e 22 em *O Estado do Maranhão*. Esse quantitativo significativamente baixo, pode sugerir uma certa desqualificação desse tipo de violência. Em contrapartida, mesmo a

diferença do total de reportagens com casos de violência de gênero sendo mínima de um jornal para outro (apenas quatro reportagens a mais do *Jornal Pequeno* em relação a *O Estado do Maranhão*), é possível notar algumas variações ao longo dos meses de cada impresso: enquanto o mês de julho de *O Estado* é o que apresenta maior número de casos classificados como violência de gênero, em setembro e novembro nenhuma matéria foi publicada envolvendo esse tipo de assunto, com mostra o gráfico acima.

Essa alternância pode estar relacionada ao tipo de conteúdo que cada impresso prioriza informar, pois a violência de gênero é pouco noticiada quando comparada a outros tipos de violência que diariamente ocupam as páginas desses jornais; ao contexto em que as violências são publicadas, já que geralmente as disputas políticas abrangem boa parte das notícias apresentadas nesse meio de comunicação e às informações que os/as profissionais de cada periódico conseguem obter, partindo do pressuposto que nem sempre os/as jornalistas têm acesso a todos os casos.

Assim, cada periódico apresenta formas específicas de abordar e expor a violência de gênero. Por isso a importância de analisar criticamente os elementos que compõem esse tipo de mídia: títulos das reportagens, enunciados que compõem cada notícia, imagens utilizadas para reforçar o que está sendo informado, entre outros, entendendo os jornais como tecnologias que podem (re)produzir e naturalizar a violência de gênero. Contudo, é importante ressaltar que as análises feitas neste estudo, são apenas uma possibilidade de interpretação sobre a representação que é dada a violência de gênero nos jornais analisados, entendendo a leitura que faço não como verdade, mas como recurso para problematizar a maneira como as notícias são publicadas nesse espaço midiático.

Nesse sentido, compreendo todos os elementos que compõem as reportagens do *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* como textos que podem ter significados distintos em conjunturas organizacionais diferentes. Conforme assinalou Howard Becker em *Sociologia visual, fotografia documental e fotojornalismo* (2009), as fotos como um dos elementos utilizados nos jornais impressos não são simples ilustrações de notícias que os/as jornalistas redigem, mas são maneiras coordenadas e inter-relacionadas de transmitir informação. Assim, as imagens são também formas de relatar uma história, podendo trazer aspectos que o texto escrito não engloba e/ou apresentar questões que reforcem aquilo que está sendo publicado, como pode ser observado nas reportagens sobre a morte de Tassiane Luize pelo marido (fotos 1 e 2) publicadas no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão*.



Foto 1: Morte de Tassiane dos Santos e Edmilson da Costa

Fonte: Jornal Pequeno, 19 de maio de 2015 (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

Nesta notícia localizada na capa do *Jornal Pequeno* em maio de 2015, alguns elementos são ressaltados na informação resumidamente publicada na primeira página do periódico como uma chamada para os/as leitores/as, entre eles: a foto da rua em que o crime teria acontecido e da pessoa violentada, o bairro em que a violência foi praticada (grifado em azul e posicionado antes do título da matéria) e a página em que a notícia apresenta mais informações (grifado em azul e localizado no final do enunciado sobre a violência).

A imagem que antecede as informações, ganha espaço produzindo a repercussão que o caso teria tido *Após a morte de Tassiane Luize (detalhe), curiosos se aglomeraram nas proximidades do local do crime*, como está na legenda da foto. O destaque dado às pessoas que se posicionam e olham para a mesma direção em que o policial está voltado na foto, pode indicar a casa em que a violência contra Tassiane teria sido consumada, por exemplo. A imagem com dois carros da polícia na porta das residências e do policial falando ao celular, supõe que o crime teria acontecido em um período de tempo próximo ao que a foto foi registrada, o que pode levar o/a leitor/a ter uma credibilidade maior sobre as informações que ali são colocadas, quando associadas as imagens e o texto.

Como já mencionado, para Patrick Charaudeau (2015), o discurso das mídias tenta relacionar dois elementos que embora contraditórios, se complementam: 1) alcançar o maior número possível de receptores do meio de comunicação que é utilizado, e ao mesmo tempo, 2) usar recursos que possam dar credibilidade aquilo que é informado. Sendo assim, a imagem com várias pessoas próximas ao local em que o caso noticiado teria acontecido “confirma” o crime, demonstra a repercussão do assassinato e consequentemente, reforça a “competência” dos jornais para informar: não basta o texto, a imagem é precisamente o que comprova o que está escrito.

O uso do termo *curiosos* na legenda da foto¹⁷ registrada no *Jornal Pequeno* para se referir às pessoas que se encontravam aos arredores da casa em que provavelmente a violência aconteceu, sugere a ideia de um evento rotineiro e íntimo que chama atenção e parece-me também que não teria razão das pessoas estarem ali, desqualificando desse modo, a presença desses/as sujeitos/as e reduzindo seus interesses a questões supostamente desnecessárias. A escolha desse termo, pode estar relacionada ao uso de uma linguagem que frequentemente combina palavras de uso do cotidiano das pessoas, reforçando a ideia de ser um *órgão das multidões*¹⁸, com o emprego de expressões mais sofisticadas como *aglomerados*, dinâmica esta já evidenciada no trabalho desenvolvido por Silva em 2014.

Mayana Silva (2014) observa nas notícias sobre violência entre casais do *Jornal Pequeno*, a utilização constante de termos que aparentemente aproximava o texto jornalístico dos/as leitores/as desse jornal, destacando ainda as modificações no uso da linguagem apresentada no impresso no período de análise escolhido pela autora para realização da pesquisa. “Em sua linguagem, o *Jornal Pequeno* procura se aproximar das multidões, e por isso, a utilização de gírias, vocábulos obscenos e expressões simples são comuns em suas páginas” (SILVA, 2014, p. 44).

Retomando a notícia sobre a morte de Tassiane Luize, é válido ressaltar que a aparente visibilidade ao caso de violência de gênero que os/as jornalistas pretendem validar, passa a ser questionada quando no jornal está exposta a imagem da mulher designada como vítima: mesmo a notícia sendo referida à sua morte, é colocada uma foto desta mulher ainda viva, bem maquiada e sorridente. É esta foto que vai se destacar na página policial deste jornal:



Foto 2: Reportagem sobre morte de Tassiane pelo marido

Fonte: *Jornal Pequeno*, 19 de maio de 2015 (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

¹⁷ “Após a morte de Tassiane Luize (detalhe), curiosos se aglomeraram nas proximidades do local do crime” (JORNAL PEQUENO, 19 de maio de 2015).

¹⁸ Slogan do *Jornal Pequeno*.

A foto selecionada para ser anexada na reportagem do jornal, demarca bem algumas características físicas da mulher assassinada: negra, cabelos cacheados, vestida com roupas de cores fortes, maquiada e com sorriso largo no rosto. O decote da blusa somado ao uso de sombra nos olhos e batom, são atributos que vinculam Tassiane à constituição da feminilidade. Desse modo, o enunciado sobre esse caso na capa do jornal estaria implicitamente nos dizendo “Edmilson não matou só sua esposa, matou acima de tudo, uma mulher cheia de vida, alegre e vaidosa”, reproduzindo assim, padrões que referenciam, delimitam e regulam sujeitos/as.

Há informações que não atendem aos interesses mercadológicos do jornal. Não são atraentes num mercado onde o crime é exposto como algo a ser consumido pelo público leitor. [...] as posturas e gestos existentes nas fotografias, em especial quando são feitas para serem reproduzidas em massa, como no caso dos jornais, não são nada mais do que representações que seguem padrões, estando carregadas de sentido simbólico (COSTA, 2005, p. 36; 42).

Enquanto no *Jornal Pequeno* é destacada a imagem da mulher violentada, em *O Estado* a escolha foi pela foto do responsável pela agressão morto ainda no necrotério (foto 3). No primeiro periódico é colocada a foto da mulher, realçando entre outros fatores, sua jovialidade e experiência. Tassiane é morta pelo marido e como se não bastasse, a imagem que é publicada no jornal contrasta totalmente com o ato de violência que tirou sua vida. Mas Edmilson, mesmo não conseguindo controlar seu “instinto masculino”, deixa de ser o autor de uma violência e passa a ser mais uma pessoa violentada, quando seu corpo é exposto em *O Estado do Maranhão*. A visibilidade é do homem, pois é a imagem dele que pode comover o público, reproduzindo a concepção de ato comandado pela paixão e emoção, contrária à razão. O homem é vitimizado através do ato de acabar com sua própria vida, como na imagem a seguir:



Foto 3: Morte de Tassiane dos Santos

Fonte: O Estado do Maranhão, 19 de maio de 2015 (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

Assim, intencionalmente a notícia toma como foco de atenção o sujeito (homem) que tira a própria vida, colocando a morte da mulher como secundária a esse fato. Mostrar um elemento “novo” (foto do acusado morto) na informação publicada para chamar a atenção do público-alvo desse meio de comunicação parece ser mais interessante do que trazer informações que alertem os/as leitores/as para os discursos que (re)produzem a violência de gênero e naturalizam as relações sociais. Além disso, a forma como os enunciados são organizados e a linguagem utilizada para retratar o caso, também tende a naturalizar esse tipo de violência e/ou responsabilizar a mulher em situação de violência, como pode ser observado no trecho da notícia na capa do *Jornal Pequeno*:

Edmilson de Jesus da Costa assassinou, ontem, a esposa Tassiane Luize Pereira dos Santos, de 23 anos, e em seguida atirou contra a própria cabeça, o incidente aconteceu num conjunto de quitinetes no Bairro de Fátima. Edmilson foi levado para o hospital. Segundo as informações, o autor do crime estaria traindo a esposa com outra mulher, o que poderia ter gerado uma discussão entre o casal (JORNAL PEQUENO, maio de 2015).

Além da combinação de expressões tanto de uma linguagem “cult” quanto de um vocabulário mais coloquial, há outros elementos que podem ser analisados sobre a morte de Tassiane dos Santos pelo marido Edmilson no *Jornal Pequeno*. Apesar da foto evidenciada ser a da mulher, o enunciado sobre o caso visibiliza mais o homem: nome completo, local escolhido para cometer o assassinato, motivo que o teria levado a cometer o crime e o fato de ter atentado contra sua própria vida. É ele, Edmilson, o homem que mesmo tendo relações extraconjugais, discute com a mulher por ela ter descoberto seu adultério e dispara um tiro contra a cabeça de sua esposa. Mas mesmo assim, se tratou de um **incidente** e o fato do acusado pela violência ter tirado a própria vida logo em seguida, reforçaria a ideia de que ele não suportaria viver na ausência da esposa, retirando-lhe parte da responsabilidade pelo crime: a notícia não é unicamente sobre a morte de uma mulher por violência praticada pelo seu esposo, é, também, sobre um **marido que mata a mulher e atira contra a própria cabeça**, como mostra o título da reportagem publicada na capa do *Jornal Pequeno* (foto 1).

O emprego da palavra **incidente** para se referir ao ato de Edmilson ter atirado contra a cabeça de Tassiane, naturaliza a violência de gênero e transfere a responsabilidade do ocorrido para outra pessoa que não seja o autor dessa violência. Como uma pessoa atira na cabeça de outra e não imagina que isso poderia leva-la a óbito? Baseado em que conceito de violência o/a escritor/a da notícia está embasado para relacionar um crime a um episódio que não teria sido premeditado?

Em *O Estado do Maranhão*, a primeira informação colocada no periódico sobre a morte de Tassiane, é que ela era filha de um traficante do bairro onde o crime ocorreu:

A filha do traficante *Negão do Bairro de Fátima*, Tassiane Pereira dos Santos, de 23 anos, foi morta ontem quando amamentava o filho de 3 anos, com um tiro na cabeça, segundo a

polícia, desferido por seu marido, identificado como Edmilson de Jesus da Costa, o *Júnior Queimado*. O fato ocorreu na residência do casal, na Rua José Sarney, nº 47 J, no Bairro de Fátima. Logo após praticar o crime, Júnior Queimado se suicidou, disparando dois tiros na cabeça e morreu antes de ser submetido a tratamento cirúrgico, no Hospital Municipal Socorrão I, no centro, para onde foi levado (O ESTADO DO MARANHÃO, maio de 2015).

O detalhamento de informações em *O Estado do Maranhão* como mostra o trecho acima, pode estar relacionado à tentativa de evidenciar informações que outros jornais não teriam abordado: enquanto esse caso apareceu em duas seções do *Jornal Pequeno* (capa e página policial), em *O Estado do Maranhão* a notícia está localizada somente na seção **polícia**, mas com um texto maior. O apelido do acusado destacado no enunciado (grifo da referência), sugere ainda um vínculo com o pai de Tassiane. Ao ressaltar como primeira informação sobre o caso que a pessoa violentada seria filha de uma pessoa envolvida no tráfico de drogas, o discurso do jornal parece justificar o assassinato da mulher ou desqualificar sua vida, que presumivelmente teria parentesco com uma pessoa considerada criminosa.

Apesar de no *Jornal Pequeno* a primeira informação sobre o crime contra Tassiane dos Santos ser sobre a localidade em que houve o assassinato ***em um conjunto de quitinetes localizado na rua José Sarney, no Bairro de Fátima, Tassiane Luíze Pereira dos Santos, de 23 anos, foi morta a tiros por volta de 13:30 de ontem*** (JORNAL PEQUENO, maio de 2015), a informação sobre ela ser filha de um traficante também é evidenciada:

FILHA DE TRAFICANTE- No local surgiu a informação de que Tassiane Luíze seria filha de um conhecido traficante do B.F, que atende pelo apelido de “Negão”. E que este pertenceria ao mesmo bando de Márcio de Jesus Mendes, o “Márcio Patrão” ou “Carga Torta”, que em 6 de março passado, foi preso por trás do Terminal Rodoviário da capital maranhense, com 66 kg de maconha prensada, pelo Departamento de Combate a Narcotráficos (Denarc) (JORNAL PEQUENO, maio de 2015).

As letras maiúsculas e em negrito (grifo da referência) com a informação sobre o parentesco de Tassiane com um traficante conhecido do bairro em que Edmilson assassinou sua esposa, pode chamar atenção do/a leitor/a para esse caso, pois é essa informação que se sobressai sobre todas as outras: mesmo o título da manchete, o nome do editor que escreveu a matéria e a legenda da foto estando em negrito, somente o trecho que supõe de quem Tassiane seria filha é destacado com letras maiúsculas. Além disso, o enunciado do jornal ressalta ainda a ligação do pai da pessoa violentada com outros traficantes da cidade.

Nesse contexto, “o traficante” enfatizado nas reportagens dos jornais estaria enquadrado dentro da ótica daquele que é desviante, que desestabiliza a ordem e que por isso, o crime pode estar relacionado ao fato da mulher ter sido assassinada pelo marido. Para Butler (2017), o sujeito

*abjeto*¹⁹ seria aquele/a que foge do que é esperado dentro da normatização estruturante que diferencia, opõe e exclui “o outro”, consolidando hierarquias em que socialmente se diz que o que uns podem fazer e outros não. Nos pares binários como homem/mulher, masculino/feminino, normal/anormal, certo/errado, bem/mal, superior/inferior; a crença fantasiosa de que, por exemplo, “ser homem, estar dentro do que é considerado normal e fazer o bem” é o que é aceitável nas relações sociais, acaba patologizando quem se encontra fora dessa aparente coerência.

Com isso, é notório que os enunciados previamente selecionados e organizados nos jornais, podem estrategicamente evidenciar uns assuntos e ocultar outros, daí a importância de serem levados em consideração os diversos elementos que compõem os discursos jornalísticos (uso de imagens, tamanho e disposição das letras, seções apresentadas nos impressos, localização das páginas policiais, tipos de linguagens utilizadas, etc.).

Ao colocar o possível motivo que teria ocasionado a morte de Tassiane, o *Jornal Pequeno* destaca:

Questionado sobre o homicídio, o cabo Lucival, do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM), contou que o marido de Tassiane, identificado como Edmilson de Jesus da Costa, a estaria traindo com outra mulher, sendo que a vítima estaria desconfiando do relacionamento extraconjugal. Sendo assim, ela pode ter discutido intensamente com o marido, devido a uma mensagem surgida no WhatsApp do celular dele, supostamente enviada pela amante (JORNAL PEQUENO, maio de 2015).

Ao descobrir a traição do marido e discutir com ele, Tassiane parece subverter aquilo que é esperado que ela faça. A matriz heteronormativa além de exigir coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, reproduz a naturalização das diferenças sexuais e reforça as hierarquias do gênero em que o homem é relacionado a uma posição de superioridade, força e coragem (inclusive para tirar a vida de sua esposa); e a mulher é associada à passividade, fragilidade, paciência e doçura (quando ela escapam desses estereótipos, é facilmente responsabilizada pela agressão que sofre). Segundo Butler (2017), “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino, em que estes componentes são compreendidos como atributos expressivos de macho e fêmea” (BUTLER, 2017, p. 44).

Enquanto o *Jornal Pequeno* evidencia o fato de Tassiane ter descoberto uma traição e discutido com Edmilson, em *O Estado do Maranhão* é o ciúme da vítima o aspecto acentuado no enunciado do jornal.

Ciúmes- Um dos familiares da mulher, que não se identificou com medo de sofrer represália, falou que *Júnior Queimado* tinha relação extraconjugal com uma mulher, também moradora do Bairro de Fátima. Ainda na manhã de ontem, ele teria recebido uma

¹⁹ Termo utilizado inicialmente pela psicanalista Julia Kristeva que Butler toma emprestado para repensá-lo na problematização do conceito de gênero.

mensagem em seu celular enviada por uma pessoa. Tassiane dos Santos tinha ficado ciente dessa mensagem e teria discutido com o marido. *Júnior Queimado* tinha outra garota, e ela sentia muito ciúme dele. Isso pode ter contribuído para esse fim trágico, explicou um dos familiares da vítima (O ESTADO DO MARANHÃO, maio de 2015, grifo da referência).

Ao destacar o ciúme da vítima (grifo da referência) como principal causa de sua morte, *O Estado do Maranhão* atribui à violência de gênero a aspectos tidos como individuais, podendo reduzir essa questão a um “problema de casal”. O ato de sentir ciúme do esposo após descobrir uma traição parece estranho e deslocado do caso. Tassiane aparece como a responsável pela discussão que culminou em sua morte, já que foi ela quem teria iniciado a discussão com o marido. A escolha do depoimento de um familiar da vítima ao invés de servir para contextualizar a relação do casal e fazer o/a leitor/a entender sob que circunstâncias Tassiane e Edmilson conviviam, acaba reduzindo a violência praticada a um só motivo, dando a entender que esse tenha sido o único momento em que Edmilson agiu com violência.

Assim, as notícias sobre a morte de Tassiane dos Santos no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão* apresentam informações que tendem a responsabilizar a mulher pela violência sofrida (por que Tassiane tinha que discutir com seu marido após descobrir uma traição?) e/ou associá-la a práticas ilícitas (ao reforçar que seu pai tinha envolvimento com tráfico de drogas). Além disso, a falta de informações mais completas sobre a lei que torna agravante o assassinato de mulheres por questões de gênero, também naturaliza e invisibiliza a violência de gênero, como será discutido na próxima subseção.

3.2 Lei do Feminicídio: notícias e informações

Dentro das aproximações na forma de noticiar casos de violência de gênero no *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão*, como mostrado nas reportagens acima sobre o assassinato de Tassiane dos Santos, acentuo o reduzido número de notícias sobre a lei do feminicídio. Por ter sido um avanço significativo na tipificação do crime contra mulheres e pelos jornais se colocarem como *instâncias de denúncia do poder*²⁰ acreditava que essa lei seria assunto destacado em alguns meses desses periódicos.

A primeira notícia sobre a lei do feminicídio publicada no *Jornal Pequeno* está localizada no canto direito da página do periódico, como mostra a imagem abaixo:

²⁰ Termo utilizado por Patrick Charaudeau no livro “Discurso das mídias”.



Foto 4: Reportagem sobre a Lei do Femicídio

Fonte: Jornal Pequeno, 09 de março de 2015 (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

Além de poucas informações sobre a aplicação da lei, a notícia está localizada em um espaço consideravelmente irrelevante da página policial, se comparado à centralidade que outros tipos de notícias ocupam nessa seção dos jornais. O local denominado *últimas notícias* em que está a informação sobre a lei, parece desmerecer a atenção dos/as leitores/as, quando a notícia aparece entre duas outras matérias que são destacadas com o fundo do jornal na cor laranja (grifo da referência).

As primeiras informações na reportagem do *Jornal Pequeno* sobre a lei do feminicídio parece ser mais uma denúncia política do que um destaque para a importância dessa política pública, como pode ser observado no enunciado abaixo:

A presidente Dilma Rousseff anunciou que vai sancionar nesta segunda-feira (9), cerimônia, às 15h, no Palácio do Planalto, a Lei do Femicídio. A assinatura ocorrerá antes de esgotar o prazo estabelecido após a aprovação pelo Congresso Nacional e encaminhamento para a Presidência da República, que é de 15 dias úteis para sanção ou veto. A presidente fez a revelação ontem à noite, em cadeia nacional de rádio e televisão. Este domingo é considerado o Dia Internacional da Mulher (JORNAL PEQUENO, março de 2015).

A repetição de palavras que reforça que a presidente assinou a promulgação da lei perto do prazo encerrar e a informação de que isso aconteceu próximo ao Dia Internacional da Mulher, parece revelar um desinteresse do governo para com a política pública que seria justificado pelo atraso na assinatura para que a lei entrasse em vigor e uma jogada de marketing da então presidente pela escolha da data próximo ao dia 08 de março. Assim, a reportagem sobre a lei do feminicídio se aproxima mais de uma crítica à gestão da presidente do que interesse em informar os/as leitores/as da criação, funcionamento e relevância dessa lei no combate à violência de gênero quando as vítimas são mulheres.

Na reportagem intitulada *Lei do feminicídio é tema do programa na rádio do TJMA* (JORNAL PEQUENO, setembro de 2015), a informação sobre a lei é ainda mais reduzida.



Foto 5: Lei do Feminicídio é tema em rádio

Fonte: Jornal Pequeno, 10 de setembro de 2015 (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

Inserida na seção **geral** do *Jornal Pequeno*, a segunda e última reportagem sobre a lei do feminicídio publicada neste periódico no ano de 2015, está aparentemente mais interessada em convencer o público a ter acesso à rádio do que informar os/as leitores/as sobre a lei. Apesar do título da manchete sugerir que a reportagem abordaria a lei, já que foi tema de uma emissora de rádio, a notícia está mais próxima de um manual para ensinar as pessoas a terem acesso a rádios em diferentes plataformas digitais, como mostra o enunciado abaixo:

O programa Resposta de Direito desta semana, na Rádio Web Justiça do Maranhão, traz entrevista com a juíza Kátia Coelho Dias- titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís- sobre a Lei 13.104/2015, mais conhecida como “lei do feminicídio”, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em março deste ano. O programa é transmitido todos os dias, às 16h e às 21h. A iniciativa altera o código penal, transformando em crime hediondo o assassinato de mulheres, decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero e estabelecendo penas mais severas para os autores dos crimes. Na entrevista, a juíza comenta, também, sobre a importância das políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. A Rádio Web Justiça do Maranhão pode ser acessada pelo celular, por meio do Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), do site www.radios.com.br ou dos aplicativos Tunein e Radiosnet. No sistema multimídia ou aparelho de som compatível com o carro, basta parear o sinal do celular por meio de bluetooth com o equipamento do veículo e selecionar a opção bluetooth no “source”, no qual ficam também as faixas AM e FM (JORNAL PEQUENO, setembro de 2015).

A partir disso e entendendo que o posicionamento de cada enunciado diz muito sobre o tipo de significação que é dado aos conteúdos apresentados nesse meio de comunicação, percebo que apesar dos/as jornalistas darem certa visibilidade a essa política pública, ainda é comum encontrar lacunas na forma de noticiar assuntos relacionados a violência de gênero, sendo a maneira como um assunto é noticiado também uma expressão de violência.

Se no *Jornal Pequeno* a notícia sobre a lei do feminicídio ainda aparece, mesmo que timidamente, no *O Estado do Maranhão* ela é apenas citada no último caso de violência de gênero (todos os outros casos de assassinato de mulheres por seus maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados ainda são classificados como homicídios) publicado no ano de 2015 desse periódico que tem como manchete **Acusado de matar a mulher já está preso**, como mostra a foto e o trecho a seguir:



Foto 6: Homem é preso acusado de matar a mulher

Fonte: O Estado do Maranhão, 23 de dezembro de 2015 (Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite)

Nélcio Neves Pinheiro, acusado de ter cometido um crime de feminicídio contra a sua ex-companheira, Elisângela Viana da Silva Pinheiro, foi encaminhado ontem para o Centro de Triagem de Pedrinhas. A polícia informou que a vítima foi morta a golpes de faca na frente da sua filha de 6 anos, fato ocorrido na sexta-feira, 18, na cidade de São José de Ribamar (O ESTADO DO MARANHÃO, dezembro de 2015).

Ao simplesmente mencionar a lei, sem haver nenhuma informação que a explique ou mesmo que contextualize o fato de Nélcio ter sido acusado de cometer feminicídio, é como se os/as profissionais que trabalham na elaboração do jornal partissem do pressuposto de que os/as leitores já têm conhecimento suficiente sobre essa política pública, generalizando um saber que aparentemente invisibiliza esse tipo de assunto. Pensar que todos as pessoas que têm acesso a esse meio de comunicação compartilham informações afins, universaliza as condições de interpretação desse público e não é levado em consideração as particularidades de cada pessoa ou grupo social que tem acesso a esse jornal.

Essas ausências de informações mais completas sobre a lei do feminicídio, poderia ser explicada por dois fatores: o pretexto de que o acesso à informação tem se tornado cada vez mais comum pela facilidade à obtenção de notícias por meio de sites e redes sociais que podem ser vistos pelo celular; e o fato da conjuntura dos assuntos publicados nos jornais no ano de 2015 acentuar

casos de violência comumente classificada como urbana, sendo frequente matérias sobre linchamentos e assassinato de líderes comunitários. Contudo, nas duas possibilidades de justificativa para a carência de reportagens sobre a lei 13.104/15, a seleção dos conteúdos publicados nos jornais naturaliza, regula e limita a inteligibilidade dos/as leitores/as sobre o que é (ou não) noticiado.

Assim, ao tomar o discurso como forma de interpretar a produção social de sentidos e pensá-lo enquanto prática que sempre está associada a outros espaços de saber, percebo que o jornal é também um lugar de formação de opinião e sujeitos/as que seleciona, regula e limita o que deve ser noticiado e de que forma essa informação deve chegar aos/as leitores/as. Em contrapartida, compreendo também, que o que é colocado nas reportagens dos jornais nunca é uma decisão meramente pessoal, mas resultado de um conjunto complexo e assimétrico de relações de poder. Do mesmo modo, “o autor, não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2013, p. 25).

Para Foucault (2013), supostamente em toda sociedade, a produção do discurso passa por processos de seleção e organização de procedimentos que tendem a reforçar o poder de quem domina esses discursos, legitimando-os como “verdades”. Sendo assim, os enunciados expostos nos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno* ao serem previamente elaborados e direcionados para atingir objetivos específicos (que geralmente é alcançar o maior número possível de leitores/as), podem ao mesmo tempo tornar visível e omitir um assunto, o que pode ser constatado na maneira com que os casos de violência de gênero são apresentados nesses periódicos.

3.3 “Se ela não for minha, não será de mais ninguém”: a violência de gênero contra mulheres no *Jornal Pequeno*

Os discursos expressos nos jornais para retratar casos de violência de gênero em relacionamentos heterossexuais apresentam variações que precisam ser analisadas criticamente, considerando como já mencionado, que os tipos de mídia estão inseridos em espaços constantes e dinâmicos de relações de poder, o que pode influenciar diretamente na maneira como as informações são colocadas nesses periódicos. Um aspecto perceptível nas reportagens do *Jornal Pequeno*, é a diferença considerável entre o quantitativo de notícias em que a mulher é vítima, e em que ela subverte essa “condição” e passa a ser a agressora. Nesta subseção, tentarei expor algumas análises sobre as reportagens desse jornal em que a violência contra as mulheres é evidenciada.

Mesmo sendo ínfimo o número de matérias publicadas no *Jornal Pequeno* sobre casos de mulheres em situação de violência se comparado ao quantitativo de assuntos que retratam outros tipos de violência nesses jornais ao longo do ano de 2015, estes ainda são significativamente mais noticiados do que em contextos em que o homem fica submetido a práticas de agressão, como mostra o gráfico abaixo:

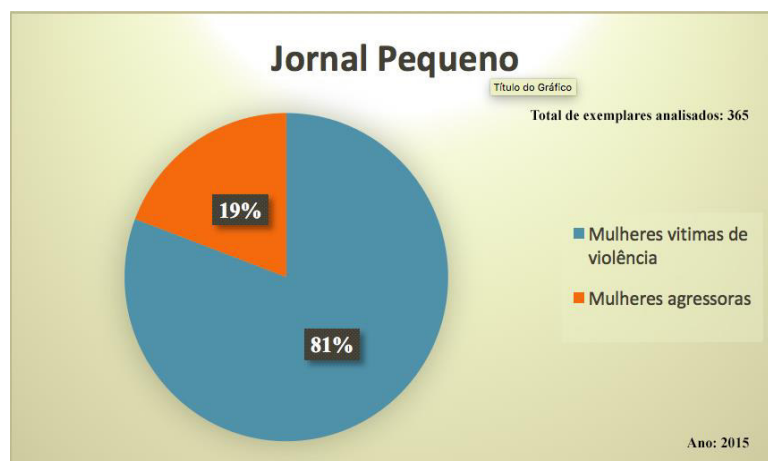


Gráfico 2: Percentual de notícias sobre violência de gênero
Organização: Ribeiro, 2018

Das 26 matérias sobre violência de gênero apresentadas no *Jornal Pequeno* em 2015, 21 são referentes a mulheres em situação de violência, representando 81% dos casos noticiados. Mesmo com esse percentual, é comum encontrar nessas reportagens alguns elementos que ainda minimizam esse tipo de violência, naturalizam as diferenças socialmente impostas sobre homens e mulheres e omitem informações que serviriam para problematizarmos as representações de gênero presentes nos discursos jornalísticos.

Os casos que ganham destaque nesse veículo de comunicação são aqueles que tendem a causar comoção nos/as leitores/as pela forma como o crime foi praticado, o que geralmente é evidenciado já na manchete do jornal. Com isso, é comum ver chamadas como *Homem esfaqueia ex-mulher e enteada e depois se suicida* (março de 2015), *Homem corta cabeça da namorada grávida e posta no facebook* (foto 7), *Maranhense é morta em Teresina pelo marido* (julho de 2015) e *Homem é preso suspeito por agredir mulher com facão* (setembro de 2015).



Foto 7: Homem corta cabeça da namorada

Fonte: *Jornal Pequeno*, 01 de abril de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Um homem que decapitou a namorada grávida na última quinta-feira (26) postou a foto da cabeça dela no Facebook dois dias depois de cometer o crime na Zona Sul de São Paulo. A adolescente tinha 16 anos. [...] a vítima estava grávida de sete meses, mas o assassino desconfiava que o bebê não fosse dele. Então resolveu matá-la, alegando que Shirley revelou que o traiu com um amigo do casal. [...] o assassinato ocorreu na comunidade carente de Pedreira. O desempregado está preso desde a noite do último sábado, quando se entregou no 1º Distrito Policial (DP), na Sé, onde confessou o crime ao abrir a mochila e mostrar a cabeça de Shirley, que guardava com ele. Mas antes de ir até a delegacia, José publicou naquele mesmo dia, na sua página pessoal do Facebook, a foto da cabeça de Shirley com a seguinte descrição: “Traição dá nisso... mentiras...odeio”, escreveu horas depois de saber que os vizinhos haviam encontrado o corpo da adolescente (JORNAL PEQUENO, abril de 2015).

No enunciado acima, é possível perceber a ênfase da reportagem em dois aspectos: o primeiro é sobre o acusado pela violência ter postado uma foto da mulher morta e decapitada em sua rede social, questão previamente destacada na manchete e que poderia explicar o posicionamento da notícia como primeira informação da seção **nacional** do jornal. O segundo, está no motivo que teria levado José a cometer o crime. O termo *então resolveu matá-la* parece simplesmente justificar a forma bárbara com que José matou sua esposa por conta de uma suposta traição.

Henrietta Moore no texto *Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência* (2000), afirma que a violência ou ameaça de violência é o resultado quando o poder e/ou identidade é colocada em questão, como parece ter ocorrido no caso apresentado acima, em que a desconfiança/suposição da traição pela namorada sugere uma justificativa pelo ato cometido: a identidade de homem, macho e viril ao ser minimamente “fragilizada” como é reproduzido em discursos que reforçam a ideia de masculinidade ligada ao poder (inclusive ao poder de decidir sobre a continuidade ou não de uma vida) é usada como aporte para praticar uma violência.

Uma vez mais a violência é a consequência de uma crise na representação, tanto individual como social. A incapacidade de manter a fantasia de poder provoca uma crise na fantasia de identidade, e a violência é um meio de resolver essa crise porque age reafirmando a natureza de uma masculinidade de outra maneira negada (MOORE, 2000, p. 43).

Nesse sentido, a problemática em torno da reportagem publicada no *Jornal Pequeno* não estaria no fato de se tratar de mais um caso de violência de gênero que tira a vida de uma mulher, mas no ato da traição supostamente cometida por Shirley: é como se o jornal estivesse implicitamente dizendo “mulheres, não traiam seus maridos. Olha o que acontece com quem não é fiel” ou “traição dá nisso”. Segundo Maria do Rosário Gregolin (2007)²¹, os discursos veiculados

²¹ Em *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades* (GREGOLIN, 2007).

pelos diferentes tipos de mídia como os jornais impressos, operam em um jogo no qual se constituem identidades que são baseadas na limitação e regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer da sua vida. Assim, as relações assimétricas entre homens e mulheres são reforçadas nesse veículo de comunicação: ao homem é destinado o poder de decisão (o que fazer, como fazer e quando fazer), enquanto à mulher é reservado o espaço da proibição (não pode agir de determinada forma e caso aja, será culpabilizada pela violência que sofre).

Além da responsabilização da mulher em situação de violência, há ainda elementos que tendem a evidenciar o “arrependimento” do acusado, retirando sua responsabilidade pelos crimes cometidos. As poucas vezes em que a imagem do homem é apresentada nas reportagens ou são em fotos do casal expressando felicidade e união que contrastam com a violência apresentada ou quando a foto demonstra “lamentação” pelo ato, como pode ser observado na imagem abaixo:



Foto 8: Responsável pela morte de Maria Cecília Costa

Fonte: *Jornal Pequeno*, 26 de maio de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

O crime- De acordo com explicações do tenente David, o crime aconteceu no assentamento Videl, que fica em Bacabeira. O acusado aguardava a esposa na porta de casa, tendo em vista que ela fora a uma festa, na noite anterior, sem sua companhia. Houve, então, uma discussão entre eles, o que levou Raimundo a estrangulá-la. Em seguida, transportou o corpo a um matagal perto de lá, e, por fim, retalhou a companheira utilizando um facão. Ainda conforme narrou o militar, depois desse ato, o autor do crime colocou os membros inferiores da mulher em um saco de nylon, lançando-o em um riacho. Assim que amanheceu, moradores encontraram os pedaços da vítima, entrando em contato com a polícia (JORNAL PEQUENO, maio de 2015).

Na legenda *Raimundo João teria confessado o crime, mas se disse arrependido* o uso da conjunção adversativa, “mas”, sugere o arrependimento do homem que mesmo *após ter retalhado o corpo de sua esposa com um machado* (JORNAL PEQUENO, 2015), teria lamentado o ocorrido. O detalhamento de informações na matéria sobre a maneira como o crime foi executado por Raimundo João como mostra o trecho acima (grifo da referência), parece demonstrar que o assassinato foi previamente planejado, o que contrasta com a ideia de arrependimento apresentada

na legenda da imagem. Assim, a foto pequena exposta na reportagem, dá espaço para a descrição sobre o modo como Raimundo executou a ação que ocasionou a morte de Maria Costa.

Para Carlos Brandão em *Fotografar, documentar, dizer com a imagem* (2004), a fotografia é um apelo estético e sendo assim, as imagens são feitas, selecionadas e ordenadas no texto para servirem a diferentes apelos e cumprirem diferentes vocações. Nos jornais impressos principalmente, essa relação entre o texto escrito e a imagem publicada é uma das manobras utilizadas para chamar a atenção dos/as leitores/as, tornando a notícia mais dinâmica e, sobretudo, mais atraente. “Diferentemente da palavra, pela qual se diz algo a respeito de alguma coisa, com a fotografia se pretende tornar visível algo tal como, de algum modo e em algum plano da realidade, é” (BRANDÃO, 2004, p. 29).

Dessa forma, parece haver uma necessidade de tornar a violência praticada contra as mulheres um espetáculo: quanto mais “irracional” for o crime cometido, mais espaço esse caso ganha no jornal e quando não há muitas informações para atrair o/a leitor/a, apelam para o uso de imagens que demonstrem minimamente a tragédia noticiada, como é possível observar na reportagem abaixo:



Foto 9: Morte de Anete Santos

Fonte: *Jornal Pequeno*, 24 de julho de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Enquanto a imagem da mulher é exposta em destaque tanto dela em vida como após ser assassinada, a foto do acusado pela violência é timidamente apresentada e o rosto posicionado para baixo aparentando tristeza, ou indicaria um certo arrependimento pelo crime cometido. Esse “arrependimento” implícito na foto, é confirmado em um dos trechos da reportagem:

Miguel Ferreira, que trabalha como crediário, se apresentou no Presídio de Davinópolis e, em seguida, foi levado por policiais militares para o Plantão Central de Polícia Civil de Imperatriz, onde ficará à disposição do Poder Judiciário. Na delegacia, ele teria confessado o crime e dito que estava arrependido, afirmando que matou a mulher por que ela o havia traído com outro homem (JORNAL PEQUENO, julho de 2015).

Neste pequeno enunciado, podemos destacar alguns elementos que tendem a minimizar a responsabilidade de Miguel ou pelo menos justificar sua prática ilícita e ainda responsabilizar a mulher pelo seu próprio assassinato. Miguel, embora autor de um crime, é um homem que tem emprego fixo, se apresentou por livre e espontânea vontade à polícia *se colocando à disposição*, se diz arrependido e afirma que o motivo do crime teria sido uma traição de sua esposa. Anete, apesar de ter sido morta, ao cometer adultério e “não cumprir bem seu papel de esposa”, teria causado sua própria morte.

Com isso, os “crimes em defesa da honra” acabam sendo muitas vezes reproduzidos nesse veículo de comunicação, quando os discursos sobre a violência de gênero estão direcionados em sua maioria para causas relacionadas à traição cometida pela mulher e/ou pela não aceitação dos praticantes da violência pelo término do relacionamento. Para Moore, “os discursos são estruturados pela diferença e assim homens e mulheres assumem diferentes posições de sujeitos dentro do mesmo discurso, ou, melhor, o mesmo discurso os posiciona como sujeitos de maneiras diferentes” (MOORE, 2000, p. 26), como pode ser observado em notícias de *O Estado do Maranhão*.

3.4 “Até que a morte nos separe”: casos de mulheres em situação de violência em *O Estado do Maranhão*

Em *O Estado do Maranhão* em 2015, foram publicadas 22 reportagens sobre casos de violência de gênero ao longo dos meses, sendo que desse total, 20 são referentes a situações em que as mulheres são as mais violentadas, representando 91% do quantitativo de reportagens analisadas, como mostra o gráfico abaixo:

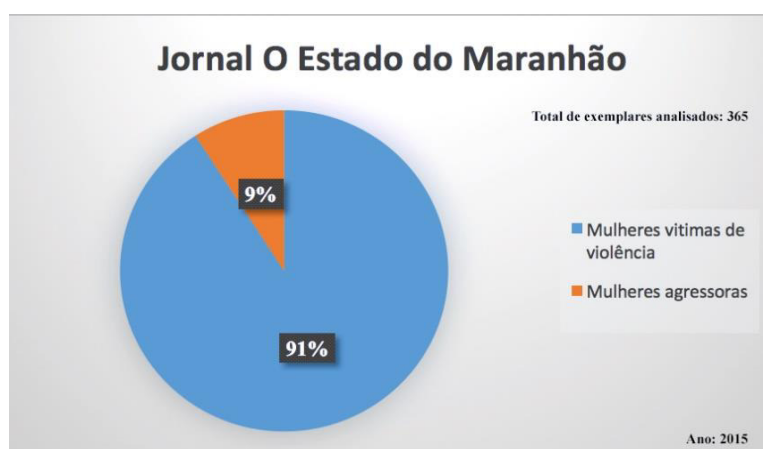


Gráfico 3: Percentual de notícias com casos de violência de gênero
Organização: Ribeiro, 2018

Essa quantidade considerável de notícias que apresentam mulheres sendo violentadas por seus maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados, pode estar relacionada ao aumento da violência de gênero e/ou ao desenvolvimento de leis e políticas públicas que tem facilitado as denúncias contra as agressões sofridas principalmente no ambiente doméstico/familiar. Em contrapartida, essas possibilidades que sugiro não eliminam outras interpretações sobre esse aumento.

É sabido que, no final dos anos 1970, os assassinatos de mulheres cometidos pelos respectivos maridos, ex-maridos e companheiros localizados nos segmentos de classe média, ganharam visibilidade midiática e das autoridades, o que culminou com a mobilização da militância feminista a demandar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Até então, os registros jornalísticos e as práticas jurídicas desses assassinatos assentavam-se no argumento da legítima defesa da honra (BANDEIRA, 2014, p. 456).

O fortalecimento de movimentos sociais como o feminista, tem contribuído significativamente para que os casos de violência sejam pensados e noticiados de forma mais complexa. Contudo, algumas naturalizações ainda permanecem e a violência de gênero contra as mulheres continua ganhando destaque em sua grande maioria, somente quando ocasiona morte e geralmente, os jornais tendem a buscar elementos que chamem a atenção dos/as leitores/as para esse tipo de situação, como na matéria abaixo:



Foto 10: Morte de Ana Lúcia Monteiro

Fonte: *O Estado do Maranhão*, 11 de julho de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Na reportagem acima, dois elementos são destacados: a foto que mostra Ana Lúcia morta no quintal de sua casa e a palavra **tragédia** grifada em negrito em um dos trechos da matéria. Apesar do título da reportagem remeter a morte de duas pessoas, é a imagem da mulher a evidenciada no

jornal. A foto do corpo de Ana Lúcia estirado no chão e de dois policiais no local onde o crime teria acontecido, parece dar veracidade à notícia anunciada na manchete.

A imagem da mulher ainda viva, sobreposta sobre a de seu cadáver, pode ser um elemento utilizado pelo jornal para tentar diferenciar sua matéria da notícia de outro periódico. Mostrar “o novo” representaria um aparente diferencial desse impresso, mesmo que isso acabe expondo muito mais a pessoa violentada do que quem praticou a violência: ainda que o corpo de Edmilson também tenha sido encontrado pelos policiais como diz o trecho abaixo, é a imagem do corpo de Ana Lúcia que aparece evidenciada em *O Estado do Maranhão*.

Brandão (2004) fala de três situações que podem explicar o uso das imagens nos textos: a primeira seria a da foto apenas ilustrar, a segunda possibilidade seria a das fotos serem utilizadas como uma outra fala e uma terceira situação seria a que “as imagens que a seu modo, escrevem um texto visual que as palavras ilustram e acompanham como legendas a uma leitura que é para ser vista, antes de lida” (BRANDÃO, 2004, p. 28). Utilizando essa ideia do autor, acredito que nas fotos utilizadas nos jornais impressos, a situação se enquadraria nesta em que as imagens têm de certa forma, uma escrita a ser vista. Além disso, suponho que a fotografia é também um exercício de fixar uma face visível, como pode ser observado nas imagens expostas no caso destacado acima e nos enunciados que seguem à notícia:

Tragédia- No início da manhã de ontem, em mais uma das brigas do casal, Edmilson Oliveira empunhou uma faca e golpeou várias vezes Ana Lúcia Monteiro. As facadas atingiram principalmente o peito e as costas da vítima, que morreu no quintal de casa. Ao perceber que a companheira estava morta, Edmilson se trancou no quarto, pegou uma espingarda e tirou a própria vida com um tiro na boca. O corpo dele foi encontrado pelos policiais logo depois que localizaram o de Ana Lúcia Monteiro no quintal (O ESTADO DO MARANHÃO, julho de 2015).

O uso da palavra **tragédia** em negrito (grifo da referência), é o terceiro elemento em destaque que pode chamar a atenção do/a leitor/a após a manchete e as imagens. O termo dá ênfase à descrição do crime, especificando, como em um passo a passo, em que circunstâncias a violência de Edmilson ocasionou a morte de sua esposa. O texto do relator do jornal (não especificado na notícia), aparenta uma proximidade com a realidade do casal (da forma como é colocada, parece que o/a jornalista estava presente no momento do crime) e esta é uma característica comum nas reportagens dos jornais, o que está ligada a busca por uma credibilidade e veracidade das informações publicadas nos meios de comunicação, como já ressaltado na primeira subseção deste trabalho.

Os termos “homem” e “mulher” que geralmente marcam as chamadas de *O Estado do Maranhão* para sinalizar situações de violência entre casais e a relação entre os/as envolvidos/as na

reportagem publicada (marido, namorada, ex-mulher), também são elementos frequentemente apresentados neste periódico, como nas manchetes: *Homem mata ex-mulher a golpes de martelo e de faca* (janeiro de 2015), *Homem mata a ex-mulher com 4 tiros em Olho d'Água das Cunhãs* (fevereiro de 2015), *Homem que matou a mulher é preso no ES* (abril de 2015), *Acusado de matar a namorada é condenado* (julho de 2015) etc.

Contudo, quando as expressões que marcam o vínculo entre os cônjuges não aparecem nas manchetes, dificulta a identificação sobre o tipo de violência que está sendo retratada nesse veículo de comunicação e reduz os sujeitos ao sexo/gênero. A aparente universalização das categorias homem/mulher dissocia esses/as sujeitos/as de outros marcadores sociais como raça, classe e etnia, e fixa as identidades dos/as envolvidos/as nas reportagens publicadas a modelos de “masculinidade” e “feminilidade” fundamentados em relações binárias de poder que marcam o imperativo da *heterossexualidade compulsória*.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar esses dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo (BUTLER, 2017, P. 53).

As informações selecionadas para serem apresentadas na manchete do jornal analisado, parecem revelar a todo custo, o que pode ser visto como mais absurdo na forma de violentar uma mulher, como se o fato em si de um marido, ex-marido ou namorado agredir sua companheira não fosse por si só significativo para ser uma notícia publicada nesse espaço e/ou suficiente para atrair o público desse meio de comunicação.

[...] a transformação de nossas vidas em espetáculo está diretamente relacionada a uma série de preconceitos, a uma série de valores e de definições a respeito do que são, por exemplo, determinados grupos na sociedade: as mulheres, os negros, os pobres, os adolescentes de classe média, os trabalhadores, etc. (FISHER, 2002, p. 157).

Dos 20 casos de violência de gênero contra mulheres publicadas em *O Estado do Maranhão*, somente em duas reportagens a agressão noticiada não ocasionou mortes. Na reportagem publicada no dia 22 de junho intitulada *Mulher é agredida e morta pelo marido após discussão* (O ESTADO DO MARANHÃO, junho de 2015), são relatados dois casos de violência de gênero contra a mulher: a notícia que ganha destaque é a que aborda a morte de uma mulher após ser agredida por seu marido; já a que é mostrada no final da reportagem é referente a uma agressão física mas que não ocasionou a morte, como mostra o trecho abaixo:

Mulheres são vítimas de violência pelos seus companheiros em São Luís e também no interior do estado durante o fim de semana. Em Imperatriz (distante aproximadamente 700 km de São Luís), o casal Raimunda Leal Barros e Francisco Tibusio Barros, moradores da

Rua Palmeira, no bairro Bonsucesso, tiveram uma discussão na madrugada de ontem que resultou na morte da mulher. De acordo com testemunhas, o marido, que trabalha de moto-táxi, teria agredido a esposa na cabeça com uma barra de ferro. Em seguida, os dois tiveram uma briga com armas brancas. Francisco Barros desferiu vários golpes de faca contra a sua companheira. Ela reagiu, pegando a faca e o atingindo com outros golpes. A polícia foi acionada, mas ao chegar Raimunda Leal já estava sem vida. Francisco Barros foi levado para o Hospital Municipal de Imperatriz (HMI) por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e seu estado de saúde é considerado grave.

Agressão- Em São Luís, uma mulher identificada como Vilma teve a face lesionada pelo seu companheiro, identificado como Marcos Romel Costa Silva na madrugada de sábado, dia 20. O caso aconteceu na residência deles no bairro Cidade olímpica e a agressão foi registrada no Plantão de Polícia da Cidade Operária (O ESTADO DO MARANHÃO, junho de 2015).

O título da matéria bem como a maioria das informações expostas no enunciado do jornal, são referentes à violência que tira a vida de Raimunda Leal. Apesar da palavra agressão estar destacada em negrito, inicialmente parece se tratar do mesmo caso que a manchete da notícia anuncia. Dessa forma, se o/a leitor/a não estiver atento/a, pode parecer que essa reportagem apresenta um único caso de violência de gênero. A junção de duas notícias em uma matéria, embora se tratando de uma mesma modalidade de violência, acaba visibilizando mais um caso que outro: como se só merecesse detalhes de informações e destaque quando a violência praticada contra uma mulher é fatal. Há ainda notícias em que uma matéria aborda casos diferentes de violência, como na reportagem abaixo:



Foto 11: Mortes em São Luís

Fonte: *O Estado do Maranhão*, 06 de julho de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Nesta matéria, só é possível identificar que há um caso de violência de gênero sendo retratado, se o/a leitor/a ler atentamente à legenda da manchete (que sempre aparece em letras menores e que por vezes contêm informações que não são contempladas no enunciado) e da foto. No entanto, entre os três casos que a reportagem abrange, é a agressão contra uma mulher que tem mais dados na legenda *Crimes ocorreram no bairro Coroadinho e na Vila Sarney Filho, em São*

José de Ribamar; já na cidade de Balsas, uma mulher foi espancada e morta pelo ex-marido, em sua casa, no momento em que ela estava com o namorado (O ESTADO DO MARANHÃO, 2015): local do crime, tipo de violência praticada, relação entre o casal envolvido na situação e o momento em que o caso aconteceu. A imagem de Raimundo e Márcia abraçados e sorrindo *na época em que eram casados* como colocado na legenda da imagem, contradiz com a situação de violência relatada na notícia, o que indicaria que apesar do ocorrido, se tratava de “um casal idealmente feliz e realizado”.

Balsas- Já no município de Balsas, distante 810 km de São Luís, a polícia está investigando o homicídio da professora Márcia Claudete da Silva Queiroz, de 43 anos, que foi espancada e morta pelo ex-marido na sexta-feira, 3. De acordo com a polícia, ela estava em casa com o namorado quando foi surpreendida com a chegada do ex-companheiro, identificado apenas com Raimundo, o *Rai*, que quebrou a janela de um dos cômodos da casa e conseguiu entrar na residência. O namorado da vítima fugiu, deixando-a sozinha com o agressor. A vítima foi espancada pelo suspeito e teve cortes no rosto e lesões na cabeça. A professora foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Após o crime, o suspeito teria seguido para casa, onde trocou de roupa e fugiu para evitar que fosse preso em flagrante delito. O autor do homicídio está sendo procurado pela polícia (O ESTADO DO MARANHÃO, julho de 2015).

No enunciado acima referente à violência de gênero praticada contra Márcia, o destaque no nome da cidade em que o crime aconteceu é o que evidencia a mudança no texto jornalístico do relato de um caso para outro, elemento também encontrado em algumas reportagens do *Jornal Pequeno*. Em contrapartida, quando as análises são feitas sobre reportagens em que a violência de gênero é praticada por mulheres, algumas peculiaridades aparecem, como será discutido na subseção a seguir.

3.5 “Mulher de bigode nem o diabo pode”: a representação da violência de gênero nos impressos maranhenses quando a mulher é autora dos crimes

O quantitativo de reportagens em que são apresentados casos de violência de gênero é mínimo se comparado ao número de reportagens sobre outros tipos de violência que aparecem durante os meses nos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*. Linchamentos, latrocínios, brigas entre facções criminosas, assaltos, acidentes e tráfico de drogas são alguns dos assuntos que cotidianamente ocupam as páginas policiais destes impressos. Notícias em que a mulher sofre agressão de seu marido, ex-marido, namorado ou ex-namorado, aparecem em uma frequência significativamente maior em relação a situações em que a mulher é a autora dos crimes, como já exposto nos gráficos 2 e 3 desse trabalho.

Nesse sentido, pensando que a violência é multidirecionada e compreendendo que as relações de gênero são produzidas e reproduzidas em relações desiguais de poder, destaco as reportagens dos periódicos analisados nos casos em que a mulher é responsabilizada pelas agressões praticadas contra seus companheiros. Enquanto no *Jornal Pequeno* em 2015 apareceram quatro notícias com esse tipo de reportagem, em *O Estado do Maranhão* esse número caiu para um, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Reportagens sobre violência de gênero com autoria de mulheres

JORNAL PEQUENO			
Qt	Número do jornal	Dia/mês	Título da reportagem
1	25.013	03/02	Mulher condenada pela morte de médico volta a cumprir pena em Pedrinhas
2	25.099	03/05	Mulher condenada pela morte de médico é presa em São Luís
3	25.176	20/07	Suspeita de planejar morte do marido nega participação no crime e culpa amante
4	25.239	23/09	Acusada de matar marido em SP, cantora gospel afirma ser inocente
O ESTADO DO MARANHÃO			
1	19.293	10/06	Acusada de mandar assassinar o marido terá novo julgamento

Organização: Ribeiro, 2018

A primeira reportagem que apresenta a autoria de uma mulher em situações de violência no *Jornal Pequeno*, destaca ainda na manchete, três elementos: o primeiro está relacionado ao andamento de um processo jurídico em que a ré é uma mulher, o segundo aspecto é que se trata da responsabilidade dessa mulher pelo assassinato de um médico e o outro, é o local em que a pena deverá ser cumprida, como mostra a imagem:



Foto 12: Morte de Antônio Varão

Fonte: *Jornal Pequeno*, 03 de fevereiro de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

O uso dos termos ***mulher condenada e volta a cumprir pena*** na manchete, remete a uma informação que possivelmente já havia sido noticiada em anos anteriores desse periódico. A substituição do termo “homem” (como era comum em situação de violência em que a mulher era a vulnerável pelas agressões) pela profissão que o homem exercia (médico), denotaria uma distinção entre a responsável pela violência que “antes de tudo era uma mulher” e a pessoa assassinada, que antecipadamente os/as leitores/as precisariam saber que se tratava de um médico. Essa escolha pela mudança na forma de nomear o sujeito que sofre a violência, poderia ser explicada como estratégia para comover os/as leitores/as desse jornal (afinal, uma mulher matou um profissional que lida com a saúde das pessoas) e/ou para estimular o interesse dos/as leitores/as para ler toda a reportagem (quem era esse médico? como essa violência foi praticada? onde esse crime aconteceu?).

A escolha da palavra ***Pedrinhas*** para mencionar o nome da penitenciária em que a acusada seria encaminhada, só é possível ser identificada na manchete do jornal por um/a o/a leitor/a que tenha conhecimento que esse termo se trata de uma abreviação do Complexo Penitenciário localizado em São Luís, pois ainda que todas as pessoas que tivessem acesso a essa chamada fossem naturais ou residentes da capital do Maranhão, não seria garantia de conhecer e associar Pedrinhas a uma cadeia. Contudo, o uso dessa abreviação pode ser também um elemento utilizado para causar curiosidade no público desse meio de comunicação, para que lessem todas as informações dessa reportagem. De toda forma, a maneira como os enunciados são alocados tendem a ser meios de atrair os/as leitores/as do *Jornal Pequeno*, pois como afirmou Patrick Charaudeau (2015, p. 105), “seria atitude ingênua pensar que os conteúdos se constroem independentemente da forma, que a mensagem é o que é independentemente do que lhe serve de suporte”

Ao ler as informações que complementam a manchete da reportagem, é possível perceber a utilização constante de falas que remetem às decisões de um desembargador sobre o andamento do processo a respeito da violência praticada por Salete contra seu marido Antônio Varão, como é possível notar no trecho abaixo.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Raimundo Melo, revogou ontem (2) a prisão domiciliar de Salete Silva Varão, condenada a 16 anos de prisão por ser a mandante do assassinato de seu marido Antônio Lopes Varão, em 11 de dezembro de 2010, no Hospital Municipal de Bom Jardim, onde atuava como médico. Salete terá de voltar a cumprir pena no Presídio Feminino, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A decisão do magistrado foi tomada após analisar habeas corpus ajuizado no plantão judicial do recesso forense. [...] Para o magistrado Melo, o pedido inicial não poderia ter sido analisado pelo TJMA, tendo em vista a inexistência de provas de que o pedido de prisão domiciliar tenha disso feito ao Juiz da 1ª Vara de Execução Criminal de São Luís, sendo inviável qualquer pronunciamento sobre a matéria neste momento, sob pena de incorrer em supressão de instância. Após rejeitar o habeas corpus, o desembargador determinou que fosse expedido mandado de prisão em desfavor de Salete Silva Varão, obrigando-a a retornar ao Complexo Penitenciário, para cumprir a pena pela qual foi condenada. [...] **O CRIME-**

No dia 11 de dezembro de 2010, dois homens se dirigiram ao Hospital Municipal de Bom Jardim se passando por pacientes, e ao serem atendidos pelo médico Antônio Lopes Varão, dispararam dois tiros contra a vítima, que morreu no local. Após o crime, os dois pistoleiros conseguiram escapar em companhia de mais duas outras pessoas em um Ford Fiesta branco. Quando da fuga, o automóvel em que os bandidos estavam capotou na BR-222, em Vitória do Mearim e um deles, identificado como Daniel Oliveira Rodrigues, que seria amante de Salete Silva, morreu (JORNAL PEQUENO, fevereiro de 2015).

O modo como o enunciado é organizado, ressalta o “papel” do magistrado no caso, o que aparentemente substitui o testemunho da agressora e se destaca na reportagem, já que as informações sobre o crime que ocorreu em 11 de dezembro de 2010 são apresentadas somente no final da matéria, tendo a possibilidade de ser percebida como uma mensagem apenas complementar.

O crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da posição do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, de sua representatividade para com o grupo de que é porta-voz, quanto do grau de engajamento que se manifesta com relação à informação transmitida (CHARAUDEAU, 2015, p. 52).

Assim, é o discurso jurídico (apresentado por um magistrado que foi quem determinou que fosse expedido mandado de prisão em desfavor de Salete Silva) o evidenciado na reportagem do *Jornal Pequeno* e isso acontece porque os discursos acionados e localizados nos diferentes tipos de mídia não estão dissociados dos discursos de outras instituições, na medida em que são práticas onde saber e poder estão continuamente articulados. Contudo, como ressalta Michel Foucault (2013), os discursos ao mesmo tempo que se interligam, também se excluem: a decisão por expor na reportagem a fala de um profissional do direito e não o testemunho da agressora (como é comum quando a violência é praticada por homens) para informar sobre o assassinato, não é uma escolha neutra e desinteressada.

[..] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 2013, P. 35).

Dessa forma, a seleção, organização, restrição e controle dos discursos no espaço midiático devem ser entendidos como práticas que compõem e reiteram o tipo de representação que se pretende dar à violência de gênero, apesar dessas estratégias nem sempre alcançarem o efeito esperado: os/as leitores/as têm autonomia para pensar os enunciados dos jornais como “verdades” sobre o que está sendo noticiado e/ou para problematizar a forma como essas informações são alocadas nesses meios de comunicação.

Três meses após a matéria sobre a condenação de Salete Silva, o *Jornal Pequeno* publica outra notícia sobre o caso (foto 13), sendo essa inclusive, a primeira reportagem publicada no mês de maio que envolve situações de violência de gênero. Mesmo apresentando poucas informações

diferentes das que já haviam sido destacadas em fevereiro (foto 12), alguns elementos “novos” aparecem e entre estes, três se destacam: o envolvimento da mulher do médico no crime, a imagem destacada e a ênfase nos cargos que o homem já havia assumido.



Foto 13: Morte do médico Antônio Varão

Fonte: *Jornal Pequeno*, 03 de maio de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Foi presa na manhã de ontem (2), em São Luís, Salette Silva Varão, condenada a 16 anos de prisão por envolvimento na morte do marido, o médico Antônio Lopes Varão. [...] O CASO- O médico Antônio Lopes Varão foi morto com dois tiros no rosto no dia 11 de dezembro de 2010, após dois homens darem entrada no Hospital Municipal de Bom Jardim se passando por pacientes. Ao serem atendidos pelo médico, os homens dispararam dois tiros contra a vítima que morreu no local. Dr. Varão, como era mais conhecido, havia sido vice-prefeito e vereador de Bom Jardim. Raedson Teixeira da Silva e Raimundo Miranda Pires cumprem pena pelo crime (JORNAL PEQUENO, maio de 2015).

A mudança no uso do termo *mandante do assassinato* (exposto na primeira reportagem) para *envolvimento na morte do marido* seria relativa à menção que é feita na reportagem sobre um dos atiradores ser amante de Salette, informação que não aparece na segunda matéria (JORNAL PEQUENO, maio de 2015). A foto da agressora em destaque é um elemento “novo” se comparado aos casos de violência contra mulheres, em que geralmente é a foto da pessoa violentada a evidenciada. Já a menção às atividades profissionais exercidas pela vítima *Dr. Varão, como era mais conhecido, havia sido vice-prefeito e vereador de Bom Jardim* (JORNAL PEQUENO, maio de 2015) denotaria que não foi só um homem que foi morto a mando de sua mulher, mas foi ainda um médico e político (levando em consideração o status que essas profissões oferecem a quem as exercem em nossa sociedade).

Ao expor a identidade da acusada reduzida ao fato dela ser uma mulher e esposa da vítima, enquanto a do homem é associada às suas atividades profissionais, o jornal acaba reforçando as

relações desiguais de poder e reproduzindo modelos de “masculinidade” e “feminilidade”, relacionando a mulher a “papéis” atribuídos ao ambiente doméstico (mesmo ela “subvertendo a ordem” ao encomendar a morte de seu marido) e o homem a atividades públicas e de prestígio social.

Já na reportagem intitulada *Suspeita de planejar morte do marido nega participação do crime e culpa amante* (JORNAL PEQUENO, julho de 2015), os depoimentos da possível responsável pela violência compõem boa parte dos enunciados sobre o assassinato de Luiz Eduardo. Apesar de novamente o homem ser identificado antecipadamente por sua atuação profissão *o executivo Luís Eduardo de Almeida Barreto*, nesta matéria os discursos parecem estar voltados para o protagonismo da mulher no crime pela utilização constante das falas da própria suspeita, como mostra o enunciado a seguir:

Eliana Freitas Barreto, suspeita de planejar a morte do marido, o executivo Luiz Eduardo de Almeida Barreto, negou qualquer envolvimento no crime em entrevista ao “Fantástico” da TV Globo, neste domingo (19). A professora ainda disse que “sente ódio” de seu amante, Marcos Fábio Zeitunsian, por ter planejado o assassinato. “Eu nunca falei para ele, vai lá e mata o meu marido. Nunca”. [...] “eu dei os 7 mil para ele, porque ele falou para mim que os 7.000,00 eram para contratar um detetive, porque ele (Zeitunsian) queria provar para mim que meu marido tinha amante em São Paulo”. [...] “eu não sabia isso, que meu marido tinha seguro no meu nome. Eu nunca soube nada de coisa de dinheiro do meu marido” (JORNAL PEQUENO, julho de 2015).

A forma como o texto da notícia é organizado evidencia dois aspectos: a autoria de Eliana Freitas só aparece quando os fragmentos de suas falas são colocados para reafirmar que a agressora não reconhece a culpa que lhe é atribuída; e o crime teria sido consumado por seu amante para que eles “ficassem com o dinheiro da vítima” (a ela teria sido reservada a função de planejar e pagar os homens para executar a ação). Além disso, a reportagem está localizada no final da página policial do periódico, sem nenhum destaque que possa chamar a atenção dos/as leitores/as para a notícia, mesmo se tratando de um caso que teve repercussão nacional.

Em situações de violência de gênero em que as mulheres são autoras/mandantes dos crimes, as matérias não são “espetacularizadas” como nos casos em que as mulheres são violentadas. É como se isso fosse “só mais um” relato de violência em que uma mulher planeja a morte de seu marido. As informações são menores, tem poucas imagens, há mais explicação sobre o que teria levado a mulher a cometer e/ou planejar o crime do que descrição de como o assassinato ocorreu (como é como nas matérias em que as mulheres estão em situação de violência) e a maioria das reportagens são localizadas nas partes laterais ou inferiores da página, como na imagem abaixo:



Foto 14: Suspeita por morte do marido

Fonte: *Jornal Pequeno*, 20 de julho de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Das reportagens sobre violência de gênero com autoria de mulheres em 2015, somente uma esteve localizada no início da página do jornal. Dessa vez, o destaque foi para a profissão da acusada e não da vítima, que desde a manchete já vem sendo evidenciada. A legenda da foto da possível autora do crime *Tania Levy diz que viu a mão de Deus na prisão* (JORNAL PEQUENO, setembro de 2015) também está relacionada à prática religiosa da acusada, que a todo tempo na reportagem é retomada, mas como uma sátira às afirmações da mulher.



Foto 15: Acusada de matar o marido

Fonte: *Jornal Pequeno*, 23 de setembro de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

ENVOLVIMENTO COM CRIME- A suspeita da polícia de que Tania estaria envolvida na morte do marido surgiu logo depois que o corpo do guarda municipal foi encontrado. A polícia trabalha com a hipótese de que a cantora matou o marido depois de descobrir uma relação extraconjugal. “A relação existiu sim, meu marido teve um caso com uma mulher, mas eu perdooi, eu entendi as razões dele, eu amava meu marido, eu jamais mataria meu marido por qualquer motivo que seja. Eu não merecia estar sendo acusada. Não entendo porque estão me acusando”, afirmou Tania. Além de dizer que é inocente, a cantora gospel afirmou à reportagem que, meses antes da morte do guarda municipal, descobriu o envolvimento dele com criminosos e que isso, segundo ela, pode explicar a morte do marido (JORNAL PEQUENO, setembro de 2015).

A suspeita e/ou descobrimento de uma relação extraconjugal do marido teria sido o que motivou Tania Levy matar seu companheiro (JORNAL PEQUENO, setembro de 2015). Embora

nesta reportagem não se fale em outra pessoa envolvida no assassinato, o testemunho da agressora também é voltado para uma tentativa de explicar sua inocência, como mostra o enunciado acima.

Já em *Acusada de mandar assassinar o marido terá novo julgamento* (foto 17), o depoimento da acusada confirma sua participação como a responsável por *encomendar* a morte de Raimundo Sales e oferece informações de que a mulher teria pago uma boa quantia em dinheiro para que pudessem executar o crime, como mostra a foto e o trecho abaixo:



Foto 16: Acusada de mandar assassinar o marido

Fonte: *O ESTADO DO MARANHÃO*, 22 de junho de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão deu provimento à apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Maranhão para reformar decisão da 1ª Vara da Comarca de Pedrinhas, que absolveu Rocilda de Aguiar Sales, acusada de mandar assassinar seu marido, o motorista Raimundo Sales, o Raimundo da Van. O Ministério Público alega que o Tribunal do Júri decidiu contrário às provas dos autos, que comprovam o envolvimento da acusada como mentora intelectual do crime. De acordo com as investigações, Rocilda de Aguiar Sales teria “encomendado” o assassinato do marido pelo qual pagou 50 mil aos contratados para realizar o crime. A denunciada confessou ter entregue a um dos assassinos a fotografia da vítima para que não houvesse erro no “trabalho” acertado, além do adiantamento de 13 mil. O júri absolveu a mulher, condenando os acusados Francisco Carlos Alves Teixeira e José Newton da Conceição Pereira a penas de 27 e 24 anos de reclusão, respectivamente (O ESTADO DO MARANHÃO, junho de 2015).

O uso de termos técnicos da área jurídica, é uma característica que também pode ser observada no enunciado da reportagem acima. O emprego da expressão *mentora intelectual* para se referir à acusada, indica que ela teria sido responsável por pensar e planejar a morte do marido. Mesmo a autora confessando que havia entregado uma quantia em dinheiro e a foto do homem para os atiradores, a notícia retrata a decisão judicial da absolvição de Rocilda Sales, o que contradiz com o próprio depoimento da acusada. Dessa forma, mesmo quando as mulheres reconhecem a participação do crime de seus companheiros, a “fragilidade feminina” ainda é evidenciada nos discursos jornalísticos: a elas estão reservados a função de planejar até certa medida o crime, mas quem executa são homens.

Nesse sentido, é possível perceber que nas poucas reportagens publicadas no *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* em que a violência de gênero é praticada por mulheres em 2015, não são elas quem de fato executam a ação, mas são responsabilizadas por planejar a morte de seus companheiros. A execução é feita por homens que geralmente são associados às “mandantes dos crimes” ou por terem um relacionamento extraconjugal com a agressora ou por “interesses financeiros”. Assim, a mulher parece continuar coadjuvante em situações de violência, mesmo quando são elas as suspeitas pelas agressões. Em contrapartida, quando Salete, Eliana, Tânia e Rocilda são responsabilizadas por envolvimento na morte de seus maridos, elas de certa forma subvertem a “ordem” socialmente imposta às mulheres (fragilidade, passividade, paciência) e passam a ser (ativas, fortes) as autoras mesmo que indiretamente dos crimes.

4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PRODUÇÕES DISCURSIVAS: OUTRAS DEMARCAÇÕES POSSÍVEIS NO *JORNAL PEQUENO* E NO *JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO* (2016- 2017)

4.1 “As aparências enganam”: as experiências (in)visibilizadas nos jornais

As notícias dos periódicos impressos *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* nos anos de 2016 e 2017 se aproximam em alguns aspectos das discussões levantadas no capítulo anterior, mas também trazem outros elementos, tais como notícias um pouco mais ampliadas, mudanças na configuração das imagens, conteúdos mais extensos sobre os casos noticiados etc. Podem, por vezes, essas notícias expressarem atualizações no modo de representar a violência de gênero, reproduzindo discursos que naturalizam e de certa forma, invisibilizam outras possibilidades de pensar essas experiências.

Segundo Joan Scott em *Invisibilidade da Experiência* (1998), tornar um movimento visível desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades de interpretação. Contudo, a autora ressalta a necessidade das experiências compartilhadas serem pensadas como histórica, política, social e discursivamente constituídas, para que a fantasia de vivências como explicação originária e incontestável sobre o qual determinada análise se baseia, dê lugar às problematizações que deslocam categorias de representação para pensá-las contextualmente. Assim, “experiência nesta definição torna-se, então, não a origem da nossa explanação, não a evidência legitimadora que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar” (SCOTT, 1998, p. 304).

Dessa forma, ao pensar sobre as notícias publicadas nos jornais impressos, percebo que podemos focalizar “experiências” em relações de gênero, exercitando, assim, formas de interpretação e não tomá-las como verdades. Sugiro outras possibilidades de analisar e compreender o que na maior parte das vezes é posto como incontestável. Na notícia publicada em 22 de janeiro de 2016 no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão*, por exemplo, é possível notar que os enunciados são organizados e apresentados evidenciando diferentes aspectos sobre uma mesma situação de violência.



Foto 17: Preso por matar a ex-mulher

Fonte: Jornal Pequeno, 22 de janeiro de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

No *Jornal Pequeno* como mostra a imagem acima, o texto desde a manchete até a legenda da foto e a descrição da notícia está destacando a morte de uma mulher pelo seu ex-marido. O título da notícia ***PM reformado é preso por matar a ex-mulher e ocultar corpo em matagal*** apresenta as pessoas envolvidas diretamente na situação de violência (quem praticou e quem sofreu a ação), a consequência desse acontecimento (a morte de uma mulher) e o porquê da prisão do homem (morte e ocultação de cadáver da ex-mulher). O responsável pela violência apontado na manchete do jornal é referenciado pela sua profissão, já a mulher assassinada é identificada de antemão pela sua relação com o autor do crime. Para Henrieta Moore (2000), os discursos sobre gênero frequentemente constroem mulheres e homens como tipos diferentes de indivíduos, em que

essas pessoas marcadas por gênero corporificam diferentes princípios de agência como no caso de muitas culturas ocidentais, onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas (MOORE, 2000, p. 16).

O motivo que teria ocasionado a violência, é exposto na legenda da foto que afirma que ***Ruy Silva teria assassinado sua ex-mulher, após flagrá-la com outro homem***. O ciúme sugerido pelo enunciado do jornal somado ao destaque que esse assunto ocupa na notícia apresentada, parece algo natural e que confirma a responsabilidade da mulher pela infidelidade supostamente cometida, ***embora Ruy fosse casado com outra pessoa, eles conviveram como cônjuges por 2 anos e 4 meses*** (JORNAL PEQUENO, janeiro de 2016).

MATOU POR CIÚMES- Após o achado cadavérico, o delegado iniciou as investigações e descobriu o relacionamento conturbado entre a vítima e “Ruy”. Este teria assassinado Vandinalva por ciúmes, tendo em vista que havia flagrado ela em momentos íntimos com outro homem, o que despertou a fúria do policial reformado, que ainda chegou a sacar de sua arma de fogo para matar seu rival, mas o ato foi impedido pela própria Nalva, de acordo com explicações da fonte da Polícia Civil” (JORNAL PEQUENO, janeiro de 2016).

A descrição sobre o que teria levado Rui a matar sua ex-mulher acrescida da informação apresentada de que ele já era casado antes mesmo de ter uma relação com Vandinalva, reproduz enunciados repetitivos que confirmam o “poder do homem” de ser o que quiser, agir da forma que lhe convêm e ter quantos relacionamentos forem necessários para satisfazer ao que comumente é designado como o instinto masculino, enquanto à mulher é negada qualquer possibilidade de sair da condição social normativa imposta. Conforme assinala Henrieta Moore (2000), a violência é fortemente sexualizada e a distinção entre quem pratica e quem sofre a violência é com frequência representada como uma diferença marcada pelo gênero, havendo casos em que esta prática é explicada como frustração do resultado esperado de modos particulares de subjetividade legitimada e regulada por gênero.

Em *O Estado do Maranhão* as informações sobre o assassinato de Vandinalva aparecem diluídas em meio ao registro sobre a prisão de Rui, como pode ser visto na matéria abaixo:



Foto 18: Preso por matar a ex-mulher é preso com droga

Fonte: O Estado do Maranhão, 22 de janeiro de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Os enunciados sobre a prisão de Rui enfatizam em primeiro plano que sua prisão foi decorrente dos materiais encontrados com o suspeito como afirmado no título *Ex-militar acusado pela morte da mulher é preso com droga*; no subtítulo da manchete *Cabo Rui Silva Reis, além de ter assassinado a companheira em agosto do ano passado, portava 200 cabeças de crack, uma pistola e munição, ele seria fornecedor de armas para bandidos* e em diversos fragmentos destacados da notícia, em que a informação ressaltada é sobre a prisão de Rui. A acusação do assassinato de sua ex-mulher é minimizada diante do caso de porte de armas e de drogas, como mostra o trecho a seguir:

O cabo reformado da Polícia Militar Rui Silva Reis, de 57 anos, foi preso ontem nas proximidades da Barragem do Bacanga sob acusação de ter assassinado a sua ex-companheira Vandinalva Reis Fonseca, de 27 anos, por asfixia, no dia 6 de agosto do ano

passado. Segundo a polícia, o militar é suspeito ainda de comercializar drogas na área Itaquí-Bacanga e fornecer armas e munição a membros de facções criminosas da capital. Com Rui Silva Reis, os policiais encontraram cerca de 200 cabeças de crack, dois revólveres calibre 38 e aproximadamente 80 munições de pistola ponto 40 (O ESTADO DO MARANHÃO, janeiro de 2016)

Enquanto o título da notícia sugere que o acusado não exerce mais a função na polícia (pelo uso do termo ex-militar) e afirma que ele é suspeito *pela morte da mulher* (o que indica que até ser assassinada Vandinalva ainda era cônjuge de Rui), na descrição do enunciado do jornal as informações divergem: o uso das expressões *cabo reformado da polícia militar* e *ter assassinado sua ex-mulher* contrariam o que é posto na manchete da notícia, podendo confundir o/a leitor/a ou mesmo colocar em risco a “veracidade” das informações publicadas por esse meio de comunicação. Além disso, o emprego da palavra *ainda* na segunda frase do trecho destacado acima, sugere que a suspeita de comercialização de drogas e armamentos é uma notícia complementar à prisão de Rui pela morte de Vandinalva, o que mais uma vez contrasta com a chamada da notícia.

O fragmento destacado no enunciado do jornal *as polícias militar e civil não concordam com condutas criminosas. O cabo Rui abandonou a instituição policial para ficar ao lado dos bandidos e pior: traficantes (O ESTADO DO MARANHÃO, janeiro de 2016)*, sugere um enunciado generalizado sobre a profissão dos policiais, distinguindo entre os bons e os maus servidores nessa profissão. Destaca que Rui primeiro deixou de ser policial para depois vender drogas e armamentos, como se não houvesse possibilidade de exercer a profissão e nesse exercício, cometer práticas ilícitas. Indica, também, que a reprovação por parte da instituição policial está diretamente relacionada a Rui praticar o tráfico de drogas e vendas ilegais de armas. O trecho, assim destacado, não se refere, em nenhum momento, ao assassinato de Vandinalva, o que ressalta a secundarização e banalização desta ocorrência.

Enunciados destacados nos jornais como este, não são escolhas neutras e aleatórias. Ao contrário, são discursos que limitam, regulam e enquadram a conduta de sujeitos/as, em especial aqueles/as que são instituídos como devendo ser cuidadores e mantenedores da “ordem”. Para Butler em *Quadros de Guerra* (2018), os enquadramentos que buscam conter e determinar o que é visto (e a maneira como isso será interpretado) depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito. Contudo, por não ser algo completo e permanente, esses enquadramentos também estão sujeitos à reversão, subversão e críticas.

Assim, sugiro pensar o posicionamento da instituição policial no enunciado do jornal impresso não apenas como uma informação complementar à situação de violência apresentada, mas como discursos que ao mesmo tempo que visibilizam um acontecimento (prisão de um policial)

exclui outros (a morte de uma mulher pelo ex-marido), pois como Butler afirma, as normas reconhecem algumas vidas e rejeita outras, o que também é uma expressão de violência.

As experiências de violência de gênero representadas no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão* podem indicar também (direta ou indiretamente) quais vidas são reconhecidas enquanto tal e quais são consideradas vidas destrutíveis, pois como afirma Butler (2018),

os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Assim, há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente ou, melhor dizendo, nunca são reconhecidas como vidas. (BUTLER, 2018, p. 17).

Desse modo, há vidas que são colocadas social, política e discursivamente como passíveis de compreensão e reconhecimento da mesma forma que há aquelas enquadradas fora dessa possibilidade. Esse reconhecimento ou, melhor, essa falta de reconhecimento, pode ser observada na forma como as notícias sobre violência de gênero são apresentadas nos jornais principalmente quando as mulheres são violentadas, quando a situação retrata pessoas pertencentes a classes sociais menos favorecidas e quando quem pratica e/ou sofre as violências são pessoas que agem fora da “normalidade” esperada, como é possível observar na notícia ***Oito mulheres já foram assassinadas este ano, na cidade de Imperatriz*** publicada na página policial do jornal *O Estado do Maranhão*.

Analisando rapidamente a manchete desta notícia, o/a leitor/a pode pensar inicialmente em duas possibilidades de conteúdo: que a matéria destacada se trata de diferentes modalidades de violência que tiveram como público-alvo mulheres; e que as informações da notícia apresentam situações diferentes de violência de gênero que ocasionaram a morte de oito mulheres. O subtítulo da manchete ***Só este mês, dois casos foram registrados; em um deles, um homem contratou um adolescente, que foi apreendido, para matar a ex-namorada*** (O ESTADO DO MARANHÃO, outubro de 2016), destaca principalmente que a pessoa contratada para assassinar uma mulher era um menor de 18 anos, identificado na notícia como adolescente. Já na descrição da notícia, não há nenhum dado ou menção aos casos que apresentam a morte de oito mulheres no ano como é evidenciado no título. As informações descritas são sobre os dois casos ocorridos no mês de publicação do jornal, como mostra o enunciado a seguir:

oito mulheres já foram mortas com requintes de crueldade na cidade de Imperatriz durante este ano, segundo a polícia. Apenas este mês, dois casos foram registrados. Uma das vítimas foi a ex-presidiária identificada como Francisca de Carvalho e Sá, de 43 anos. Ela esteve presa no ano passado pelo crime de tráfico de entorpecentes. Esses assassinatos estão sendo investigados pela Delegacia de Homicídios de Imperatriz, sob coordenação do delegado Praxisteles Martins. Ele informou que somente ontem o corpo de Francisca Sá foi liberado aos familiares. Ele estava desde a terça-feira no Instituto Médico Legal (IML) da

cidade. O delegado disse ainda que o corpo da vítima foi encontrado em um terreno baldio, nas proximidades do aeroporto, com marcas de violência. O rosto estava deformado e há suspeita de ela ter sido abusada sexualmente antes de ser morta, já que estava despida da cintura para baixo. Também este mês no dia 8, a atendente Nhaira Reis Paixão, de 27 anos, foi assassinada com um tiro no rosto retornava a sua residência, no centro dessa cidade. O delegado declarou que o mandante desse crime foi o ex-namorado da vítima, Jadeon Jeová Cabral Abreu, o *Deon*, que ainda ontem estava foragido. O autor do tiro teria sido um adolescente, de 17 anos, que foi apreendido e no momento está na unidade de ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), em Imperatriz (O ESTADO DO MARANHÃO, outubro de 2016).

Ao ser relatado o caso das violências ocorridas no mês de outubro, logo após ser destacado nome e idade da mulher que foi assassinada, a primeira informação evidenciada é sobre se tratar de uma *ex-presidiária*, informação esta que antecede e parece prevalecer sobre o fato dela ter sido morta. A forma como o enunciado está organizado, sugere uma necessidade do/a leitor/a saber de início, que a violência praticada foi contra uma mulher que já havia sido presa, como se isso retirasse o “peso” pelas práticas que ocasionaram sua morte, constituindo-a como pessoa cuja vida, marcada por desvios e exclusões, não merece ser vivida ou considerada.

Em outra perspectiva, o enunciado do jornal mostra como os/as sujeitos/as podem acionar identidades distintas em diferentes contextos: Francisca que esteve na posição de “culpada” quando foi presa por tráfico de entorpecentes, aparece agora sendo noticiada pelas violências que provocaram sua morte. Como Henrieta Moore (2000) destaca, “indivíduos são sujeitos multiplamente constituídos, e podem assumir múltiplas posições de sujeito dentro de uma gama de discursos e práticas sociais” (MOORE, 2000, p. 23).

Os detalhes sobre o modo como o corpo de Francisca foi encontrado parecem estar diretamente relacionados com o que está sendo considerado, na notícia, *requintes de crueldade: o corpo da vítima foi encontrado com marcas de violência. O rosto estava deformado e há suspeita de ela ter sido abusada sexualmente antes de ser morta* (O ESTADO DO MARANHÃO, outubro de 2016). Tirar a vida de uma pessoa com um tiro, como é relatado no caso de Nhaira Paixão, não se enquadra no enunciado como “crueldade”.

O texto jornalístico além de apresentar poucas informações sobre esse caso, dá mais realce ao sujeito que comete o ato de violência, um adolescente. Assim, matar uma mulher com “requintes de crueldade” da forma como é posta pelo jornal, parece remeter somente às situações em que há violências físicas e/ou sexuais precedentes ao assassinato. Com isso questiono: que concepção de violência os/as jornalistas se baseiam para relatar esses casos? Quais vidas e mortes são reconhecidas por esse meio de comunicação? Quais corpos são visibilizados e sob quais

circunstâncias? Questões como estas me fazem questionar e problematizar as naturalizações discursivas sobre a violência nesse meio de comunicação.

Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do “sexo” excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos, e, para além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o “exterior” necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam (BUTLER, 2000, p. 165).

A tentativa de destacar que uma das mortes do mês foi de uma mulher que já havia sido presa parece se confirmar quando a única foto exibida na notícia é de Francisca na delegacia, informação reafirmada na legenda *Francisca de Carvalho, ex-presidiária, uma das vítimas da violência*, como mostra a imagem abaixo:



Foto 19: Assassinato de mulheres

Fonte: O Estado do Maranhão, 20 de outubro de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Nos jornais impressos aqui analisados, o posicionamento das notícias é outro elemento que sugere como os discursos e/ou normas atribuem reconhecimento de forma diferenciada (dependendo da situação retratada e de quem é a experiência apresentada), como pode ser observado na notícia abaixo:

Em julgamento ocorrido na Comarca de Sucupira do Norte, um homem acusado de matar a ex-companheira foi condenado a 21 anos e nove meses de reclusão. Raimundo Nonato Oliveira estava sendo acusado de feminicídio praticado contra sua ex-companheira, Jhona Martins da Silva, e ainda tentado matar Domingas Martins da Silva, mãe de Jhona. Consta no relatório do Ministério Público que o crime ocorreu em março de 2015, no povoado Feira da Várzea. Raimundo Nonato teria desferido dois tiros de revólver em Jhona, sendo um no braço e outro na cabeça. Na mesma oportunidade, ele ainda teria atirado em Antônia, errando o disparo. De acordo com o MP, Raimundo não queria aceitar o término do relacionamento de três anos que mantinha com Jhona. Na denúncia, o MP pediu a condenação de Raimundo por prática de crime por motivo fútil e mediante dissimulação e surpresa, dificultando a defesa da vítima. Ele foi considerado culpado pelos dois crimes,

resultando na pena total de 21 anos e nove meses de reclusão. Ele vai cumprir a pena em regime fechado. Raimundo Nonato teve, ainda, agravante por porte ilegal de arma de fogo com enumeração raspada, o que influenciou no somatório das penas (JORNAL PEQUENO, abril de 2016).

Foto 20: Condenação de homem que matou ex-companheira

Fonte: Jornal Pequeno, 14 de abril de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Mesmo se tratando de uma violência que em sua grande maioria é evidenciada na página policial dos jornais de modo a chamar a atenção dos/as leitores/as para experiências enquadradas no que foge à “normalidade” e que, portanto, pode ser relacionado a um “caso de polícia”, a notícia intitulada *Homem que matou a ex-companheira é condenado em Sucupira do Norte* está localizada na seção **estado** do *Jornal Pequeno*. Embora não seja a primeira vez que esse deslocamento de informações aparece no impresso²², considero importante destacar alguns elementos que diferem essa notícia de outras discutidas neste trabalho.

O primeiro aspecto que destaco é por se tratar de um caso que aconteceu em um município do Maranhão e está localizado na seção **estado**: as notícias de violência de gênero apresentadas nos jornais nessa seção geralmente são situações ocorridas em outros estados, o que de certa forma, dá visibilidade às informações apresentadas. Além das informações estarem alocadas no final da página, se o/a leitor/a não estiver atento/a, essa notícia passa despercebida, já que junto a ela é colocada uma propaganda que ocupa a maior parte da matéria. Como pode ser visto na imagem acima, os enunciados sobre a morte de uma mulher pelo ex-marido são organizados de modo a se

²² Como mostrado no início do capítulo anterior.

“adaptarem” ao espaço que resta da propaganda anunciada: as imagens, cores e letras evidenciadas na propaganda desvia a atenção dos/as leitores/as, parecendo noticiar o caso de violência de gênero mais para preencher espaço na folha do jornal do que propriamente realçar a ocorrência de violência.

A diferença na forma de relatar e de situar casos de violência é ainda mais notória quando os/as sujeitos/as envolvidos são pessoas que, na hierarquização social, são consideradas de nível mais privilegiado em termos de recursos financeiros e poder, como está registrado na notícia a seguir:



Foto 21: Condenação por morte da ex-mulher

Fonte: O Estado do Maranhão, 24 de novembro de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Por se tratar de um caso que teve grande repercussão nas mídias (locais, estaduais e nacionais) não necessariamente por ser mais um caso de violência de gênero que ocasiona a morte de uma mulher, mas sobretudo pela pessoa violentada ser parente de um influente político no estado do Maranhão, as notícias relacionadas a esse acontecimento além de circularem em diferentes dias e meses do ano de 2016, ganham grande destaque nas páginas dos jornais, como pode ser observado na imagem acima. As informações sobre o julgamento do acusado pela morte de Mariana Costa

(sobrinha-neta de José Sarney²³) ocupa mais da metade da página policial do jornal *O Estado do Maranhão*, destaque este que não consegui identificar em nenhum outro caso de violência de gênero registrado neste trabalho.

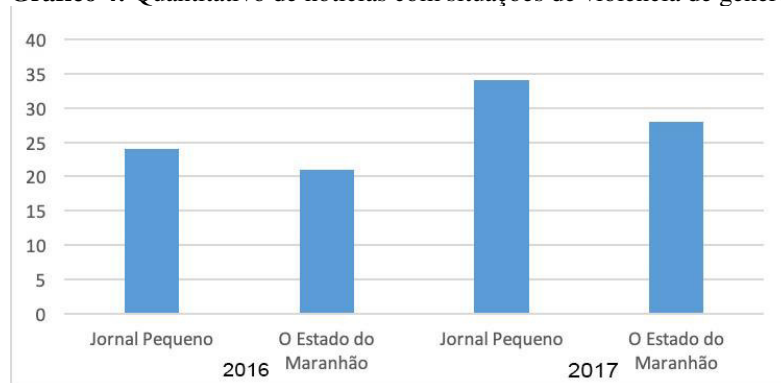
Sendo assim, é notório que essas distinções na forma de noticiar os casos variam muito de um jornal para outro e sobre quem está se falando: o local das informações na página policial é diferente, a quantidade de vezes em que as notícias são apresentadas sobre um mesmo acontecimento varia, o destaque à manchete aumenta ou diminui, os enunciados são evidenciados de forma a chamar mais atenção dos/as leitores/as, etc. Em contrapartida, isso não ocorre só quando as pessoas envolvidas na situação de violência são de classes sociais mais elevadas, mas também quando as marcações de gênero dos/as sujeitos/as são referentes a homens (autores das violências) e mulheres (que sofrem as práticas), como já discutido em seções anteriores.

Segundo Butler (2018), isso ocorre porque “vidas são, por definição, precárias: podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental; sua persistência não está, de modo algum, garantida” (BUTLER, 2018, p. 46). Nesse sentido, há vidas que são repetidamente invisibilizadas nas publicações dos jornais impressos aqui analisados, regulando e limitando as marcações de gênero, classe e raça de quem está sendo noticiado/a.

4.2 “Um olho no peixe, outro no gato”: as variações na representação da violência de gênero

O quantitativo de notícias sobre violência de gênero publicadas em 2017 no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão* aumentou, se comparado aos registros de 2015 e 2016 como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 4: Quantitativo de notícias com situações de violência de gênero



Organização: Ribeiro, 2018

²³ José Sarney de Araújo Costa é considerado um dos principais nomes da política do Maranhão. Já foi presidente da república, senador e governador do estado.

Embora esse aumento não tenha sido exorbitante, é interessante pensá-lo enquanto resultado das lutas de movimentos sociais (como o feminismo) que tem discutido a violência de gênero como problemática que ultrapassa os limites de uma “relação de casal”. Os jornais como meios de comunicação que precisam acompanhar todas essas mudanças na forma de abordar e representar essa modalidade de violência, utilizam os recursos que lhe são disponíveis para “atualizar” o modo de apresentar os casos de violência de gênero, mesmo que boa parte das naturalizações persistam de uma forma ou de outra nos enunciados.

Vale ressaltar ainda, que houve um aumento significativo de notícias publicadas em diferentes dias e meses dos jornais que informavam o andamento dos casos de violências de gênero, o que de certa forma dá maior visibilidade a essa expressão de violência (já que em cada notícia é retomada mesmo que brevemente, o acontecimento) e permite ao/a leitor/a saber quais procedimentos foram tomados pelos órgãos competentes em relação aos/as responsáveis pelas violências e às pessoas que foram violentadas (Tabela 2). Embora esse elemento já tenha sido percebido em publicações dos periódicos nos anos de 2015 e 2016, em 2017 esse aspecto apareceu em uma frequência bem maior, o que pode explicar o aumento de notícias publicadas nesse meio de comunicação em situações de violência de gênero.

Tabela 2: Notícias que apresentam prosseguimento dos casos de violência em 2017

JORNAL PEQUENO	
Título da notícia	Dia/mês de publicação
“Foragido por matar sua ex-mulher em Balsas é localizado em Brasília”	04 de abril
“Decretada prisão preventiva de tenente do Exército que matou maranhense”	22 de junho
“Tenente-coronel e esposa são sepultados no mesmo cemitério em São Luís”	20 de junho
“Homem que matou a esposa na Paraíba é localizado em Santa Luzia”	23 de agosto
“Julgamento de mulher acusada da morte do ex-marido está marcada para hoje”	18 de setembro
“Pedreiro que matou ex-mulher com golpes de facão é ouvido em audiência”	09 de outubro
“Homem que matou namorada no Maranhão é preso em Mato Grosso”	25 de outubro
O ESTADO DO MARANHÃO	
“Suspeito de matar a mulher a golpes de facão é procurado”	17 de maio
“Acusada pela morte do marido vai ser julgada”	06 e 07 de maio
“MP do Piauí denuncia oficial do exército que matou a namorada”	19 de julho
“Inquérito de lesão em advogada vai a justiça em 10 dias”	14 de novembro
“Justiça nega habeas corpus a acusado de agredir a ex-mulher”	21 de dezembro

Organização: Ribeiro, 2018

Se por um lado o aumento do quantitativo de casos sobre violência de gênero publicados nos jornais impressos podem simbolizar mudanças na maneira como os/as jornalistas desses periódicos visualizam esse problema, ou melhor dizendo, na forma como é pretendido que os/as leitores/as interpretem cada informação noticiada, por outro lado, pode indicar apenas mais um meio dos

impressos serem vendidos e/ou acessados. Apesar dessas possibilidades de explicação pelo aumento de casos apresentados nos jornais impressos no ano de 2017 não se esgotarem nas sugestões que aqui levanto, vale ressaltar que em qualquer uma delas, o discurso não é um simples reflexo de um acontecimento: ele é o próprio acontecimento; a prática, pensada, situada, regulada e limitada dentro de condições específicas de existência.

Quando tratamos da concepção de discurso em Foucault, talvez a dificuldade maior seja o fato de estarmos diante de um pensador que se recusou, desde seus primeiros escritos, a isolar, uns dos outros, os diferentes campos de pensamento; da mesma forma, mostrou-nos reiteradamente que não existem invariantes históricas, muito menos essências ou objetos naturais. Pelo contrário, para ele, qualquer objeto, na sua materialidade, existe sempre sob condições muito específicas de tempo e espaço, e é inseparável dos quadros formais no interior dos quais se constituiu, pelos quais foi nomeado e, assim, se tornou uma coisa dita deste e não daquele modo, incluindo-se aí todas as variações possíveis em certo período histórico e em certo lugar (FISCHER, 2013).

Nesse sentido, é através dos discursos que os/as sujeitos/as são posicionados/as e suas experiências são compartilhadas. Considerando esse caráter discursivo da experiência, destaco a matéria *Ex-candidato a vereador em SL e promotor de eventos evangélicos agride a mulher a socos* publicada em agosto de 2017 no *Jornal Pequeno*.



Foto 22: Agressão contra uma mulher

Fonte: Jornal Pequeno, 31 de agosto de 2017 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

A notícia apresentada, mostra pela primeira vez nos três anos pesquisados do *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão* a foto da pessoa que sofreu a violência com marcas da agressão: em 2015 e 2016 além de ter sido mínimo o quantitativo de notícias sobre violências que não ocasionaram a morte de uma mulher, o local em que as informações foram alocadas na página dos jornais era discreto e essas notícias estavam geralmente apresentadas dentro de uma manchete que se referia a outras modalidades de violência. Além disso, a fala da mulher violentada é destacada nos enunciados do jornal, ainda que interpelada pelo/a jornalista responsável pela escrita da matéria, como pode ser observado no trecho a seguir:

O ex-candidato a vereador em São Luís pelo PSL Davi Bayma, promotor de eventos de eventos evangélicos, agrediu a socos, essa semana, em sua residência, no Maiobão, a própria companheira de 22 anos. O caso veio à tona agora, o JP online tendo acesso a um vídeo gravado pela própria vítima. Davi praticou a agressão depois de suspeitar que a mulher estava tendo um caso com um pequeno comerciante do bairro, identificado como Rony. No vídeo, gravado na delegacia do Maiobão, onde a denúncia foi feita e para onde o autor da agressão foi levado, a vítima acusou Davi de ser usuário de drogas e viciado em cerveja. A jovem agredida sofreu lesões no rosto e foi submetida a exame de corpo de delito que confirmou a agressão. A polícia teve informação inicial de que Davi Baima era pastor protestante, mas depois confirmou que o ex-vereador apenas promove shows em igrejas evangélicas (JORNAL PEQUENO, agosto de 2017).

É interessante analisar as características atribuídas aos sujeitos do caso de violência apresentado e à ordem em que essas informações são organizadas no texto jornalístico. De antemão, é evidenciado duas atividades exercidas pelo suspeito de agredir a esposa. A primeira profissão pode explicar o posicionamento em destaque da notícia na página policial do impresso, se tratando de uma pessoa que já exerceu um cargo público e que supostamente é esperado que suas práticas estejam dentro do que é considerado “correto”.

A segunda atividade relatada nos enunciados, ao mesmo tempo que parece evidenciar uma contradição entre uma pessoa que promove eventos de grupos com determinada prática religiosa e um homem que agride sua esposa, sugere confiança e certa “veracidade” nas informações dadas pela polícia, já que em um dos trechos da notícia é afirmado que *a polícia teve informação inicial de que Davi Baima era pastor protestante, mas depois confirmou que o ex-vereador apenas promove shows em igrejas evangélicas* (JORNAL PEQUENO, agosto de 2017). Assim, os enunciados jornalísticos parecem se apropriar dos discursos da instituição policial para reafirmar o que é publicado nos periódicos, sendo apresentados como discursos supostamente autênticos, imediatos e reais. Segundo Rosa Fischer na obra *Estudo do discurso: perspectivas teóricas* (2013, p. 143), isso acontece porque “não há um espaço homogêneo para os enunciados de um determinado discurso, justamente porque há um incessante movimento das coisas ditas, dos saberes, dos discursos, mesmo que estejamos falando de dentro de um certo campo discursivo”.

Enquanto o responsável pela agressão tem nome e profissões evidenciadas nas informações publicadas pelo *Jornal Pequeno*, quem sofre a violência é apenas identificada como “mulher” de Davi Baima e tem sua idade revelada, aparentemente para chamar atenção dos/as leitores/as de que se tratava de uma pessoa considerada nova. A ocultação de maiores informações sobre a mulher que é violentada (como nome e profissão) parece reduzir sua identidade à relação afetiva/amorosa com o acusado, naturalizando as diferenças e constituindo os/as sujeitos/as com estigmas aparentemente fixos e estáveis, em que o gênero parece um modelo substancial de identidade. O não-dito também

diz muito sobre o tipo de representação que é dada a violência de gênero pelos jornais quando as mulheres são violentadas, já que os discursos também são constituídos por essas ausências.

Em contrapartida, quando as mulheres são responsabilizadas pela morte de seus companheiros e/ou ex-companheiros, geralmente além do quantitativo de casos noticiados serem mínimos (Tabela 3), as informações sobre elas também não se estendem às suas profissões como acontece quando os homens são os autores da violência.

Tabela 3: Notícias sobre violências praticadas por mulheres

Qt	JORNAL PEQUENO	O ESTADO DO MARANHÃO
	2016	2016
1	“Ex-mulher do microempresário confessa ser autora de homicídio”	“Caso Ventura sem data para o júri”
2	“Acusada de homicídio vai a júri na comarca de Estreito”	“Polícia procura suspeita de mandar matar o marido”
3	“Mulher é presa depois de tentar matar o marido com uma faca”	-
	2017	2017
4	“Julgamento de mulher acusada da morte do ex-marido está marcada para hoje”	“Mulher tenta matar ex-companheiro”
5	“Mulher atira contra o marido e mata amiga durante festa no litoral de SP”	“Acusada pela morte do marido vai ser julgada”
6	-	“Homem é morto por mulher em Brejo”

Organização: Ribeiro, 2018

Essa redução de informações sobre as identidades das mulheres (estejam elas na posição de autoras ou não da violência), pode ser observada na notícia intitulada ***Homem é morto por mulher em Brejo*** publicada em 21 de julho de 2017 no jornal *O Estado do Maranhão*.

Foi presa ontem Vasty Sousa Marinho, idade não revelada, acusada de ter assassinado a golpes de faca Ivan Nunes Maciel, no bairro São José, na cidade de Brejo. Segundo a polícia, o crime teria sido motivado por ciúmes. A acusada foi presa em flagrante ainda nas proximidades do local do crime e apresentada na delegacia de Polícia Civil de Brejo. Ela declarou que cometeu o homicídio por ciúmes de sua filha, que estava em um bar com um grupo de amigos. Segundo ela, que também fazia parte do grupo, todos só prestavam atenção em sua filha, inclusive Ivan Maciel. Vasty Sousa teria ido para a sua residência em companhia da vítima, onde acabaram discutindo. Durante a briga, a mulher desferiu uma facada na perna de Ivan Maciel, que ainda foi levado para o hospital da cidade, mas chegou sem vida (O ESTADO DO MARANHÃO, julho de 2017).

As informações relatadas na notícia apresentam apenas os nomes das pessoas envolvidas diretamente na situação de violência *Vasty* e *Ivan*, destaca que a acusada tinha uma filha e evidencia o motivo da prática. É interessante ressaltar que dentre os casos registrados nos dois jornais analisados nos anos de 2015 a 2017, este é o primeiro em que se afirma que foi a própria mulher quem praticou a violência e não somente planejou a morte de seu companheiro como

colocado nos enunciados das notícias discutidas na seção anterior. Contudo, o espaço de fala da mulher continua sendo interferido pelas afirmações da polícia e não é relevado no texto jornalístico quem forneceu essas informações para a instituição policial, como se a versão de quem vivenciou e/ou participou de alguma forma da situação não fosse validada a ponto de ser registrada nos periódicos. Parece que a veracidade pretendida pelos jornais só se confirma quando os relatos da polícia são destacados.

Judith Butler no texto *Vida Precária* (2011), sugere que seja repensada a relação existente entre modos de discursos e autoridade moral (isto é, quem profere os discursos), no sentido de problematizar a concepção desse discurso como inquestionável ou como algo que esteja mais próximo de uma verdade absoluta. Assim, analiso os enunciados expressos nas notícias sobre violência de gênero dos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno* como discursos pensados, selecionados e evidenciados (ou não) de modo a sugerir uma interpretação específica aos/as leitores/as, seja para romper com as naturalizações que constituem essa modalidade de violência ou para reproduzi-las. Entretanto, os/as sujeitos/as são receptores/as, mas também são construtores das informações publicadas nesse meio de comunicação. Desse modo,

não podemos simplesmente crer que o sujeito social seja apenas resultado da repressão/manipulação, mas, sim, construtor dela, em permanente disputa pelo poder. Podemos inferir, também, que a tecnologia informacional não tem poder por si mesma. O que parece acontecer é que sujeito/grupos organizados, na disputa pelo poder, cria(m) entidades às quais delega(m) legitimidade/autoridade de discurso, ou seja, a mídia se atualiza como algo independente e regulador do comportamento social, cada vez mais atenta às possibilidades de reação/fuga do jeito (SÓLIO, 2010, p. 31).

Levando em consideração que os/as leitores/as não são acríticos, mas que a forma como os enunciados dos jornais são organizados e apresentados pode induzir os/as sujeitos/as a interpretar a violência de modo a pensar esse meio de comunicação como ferramenta transparente e verdadeira, proponho a análise também das notícias sobre leis e políticas públicas apresentadas nos anos de 2016 e 2017, para pensar a relação dessas notícias com o aumento do quantitativo dos casos de violência de gênero.

4.3 Informação pra que(m)? : notícias sobre leis e políticas públicas nos jornais

Partindo da concepção de que os discursos apresentados nos jornais não são verdades sobre as experiências compartilhadas, mas sim possibilidades de interpretação, penso que a frequência e maneira com que as leis e políticas públicas são apresentadas também pode expressar o grau de visibilidade que é dada a estas notícias. É notório de antemão, que o quantitativo desse tipo de

notícia é mínimo (Tabela 4) se comparado ao número de casos apresentados nos jornais com situações de violência entre casais que mantêm e/ou mantiveram relações afetivas/amorosas.

Tabela 4: Notícias sobre leis e/ou políticas públicas de combate à violência de gênero em 2016

Qt	Seção	JORNAL PEQUENO	O ESTADO DO MARANHÃO	Seção
1	Estado	“MPMA requer instalação de reabilitação de agressores de mulher”	“Dados mostram crescimento de morte de mulheres no país”	Policial
2	Policial	“Crime contra as mulheres caem 63% na região metropolitana de São Luís”	“Cai índices de denúncias de violência contra as mulheres”	Cidades
3	Atos, fatos & baratos	“Projeto de Adriano Sarney obriga ensino de Lei Maria da Penha em escolas”	“Magistradas debatem ações da Semana de Valorização da Mulher”	Cidades
	Geral	“Lei Maria da Penha”	“Nem com a Lei Maria da Penha”	Opinião
4	Política	“As vítimas da violência e do erotismo sexual”	“Imperatriz encerra Campanha 10 anos da lei Maria da Penha”	Cidades
5	Geral	“Mulheres buscam a rede de proteção da mulher e da criança a fim de garantir Segurança Pública”	“Carreta da Mulher atende cidades”	Cidades
6	-	-	“12 mulheres são vítimas de violência por dia em São Luís”	Cidades
7	-	-	“A violência contra a mulher”	Opinião
8	-	-	“Violência contra a mulher ainda é preocupante em Imperatriz”	Cidades

Organização: Ribeiro, 2018

Como mostra a tabela acima, as notícias com informações sobre leis e/ou políticas públicas em 2016 estão alocadas em diferentes seções dos periódicos maranhenses. Enquanto no *Jornal Pequeno* há uma dinâmica maior nos espaços em que essas notícias estão organizadas, em *O Estado do Maranhão* a maioria está inserida na seção **cidades**.

Levando em consideração o tipo de conteúdo que geralmente abrange as matérias de cada seção dos jornais impressos aqui analisados, essa diferença na maneira de organizar as informações pode sugerir a pretensão do *Jornal Pequeno* em fazer os/as leitores/as perceberem que as leis e políticas públicas de combate à violência de gênero perpassam as diversas temáticas que um meio de comunicação pode abordar e de os/as jornalistas de *O Estado do Maranhão* quererem (direta ou indiretamente) visibilizar esse assunto como uma responsabilidade coletiva, já que a seção **cidades** engloba notícias de interesse e participação dos/as maranhenses. Por outro lado, essa dinamicidade

não impede a reprodução de naturalizações na forma de apresentar a violência, como pode ser observado na notícia abaixo.



Foto 23: Notícia sobre violência contra mulheres

Fonte: Jornal Pequeno, 12 de setembro de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

A crônica policial dos jornais impressos, o noticiário de televisão, os registros das delegacias de costumes, expõem um crescimento permanente da ocorrência de crimes de abuso sexual cometidos contra mulheres, em São Luís, no Maranhão, no nosso País. Basta ler as manchetes dos jornais da cidade, para constatar essa triste realidade, que atenta contra as famílias, contra a dignidade da pessoa humana, contra a honra de todos nós. Ela vai crescendo, na medida em que vão crescendo as vítimas e os agressores, sem que consigamos estabelecer políticas públicas de prevenção desses crimes, que sejam eficazes como ações mitigadoras. O sexo é instintivo, em todas as espécies da vida que Deus criou. Ele é um impulso primitivo, que une o ser masculino ao feminino, na tarefa de perpetuação das espécies. Essa união só é possível por interferência de complexos mecanismos biológicos, com componentes hormonais, formais, cromáticos, odoríferos, visuais, táteis, que funcionam como verdadeiros imãs, atraindo corpos e envolvendo almas. Essas forças constituem a energia sexual, tão definitivamente importante na existência, de todas as formas de seres vivos, por permitir nossa multiplicação, nossa perpetuação, nossa perenidade, como espécies. [...] os fatores biológicos vão nos acompanhar por toda nossa vida, desde a concepção. Trazem nosso código genético, nossas características como espécie, nossos impulsos de vida. Os fatores culturais vão constituir o acervo de nossos conhecimentos, pelo uso de nossa razão crítica, de nosso livre arbítrio. Eles são frutos da educação na família, na escola, no meio em que vivemos. Os fatores culturais funcionam como um freio para os impulsos de nossos atos, dizendo não a certos desejos, pelo fato desses desejos serem rejeitados, repelidos e punidos pela sociedade em que vivemos. [...] tenho uma desconfiança, muito grande, que a erotização do corpo, através de certas danças, da forma de vestir as crianças (imitando as minissaias dos adultos), sempre valorizando aspectos sensuais do corpo; as letras das músicas de duplo sentido; os programas de televisão que veiculam todas essas coisas, valorizando-as como a beleza plástica daquelas que as expõem, podem estar contribuindo para o aumento e a diversificação dos crimes de abuso sexual contra menores. [...] os veículos de comunicação de massa deveriam ter um código de ética, moral e social, para orientar os programas que veiculam, estabelecendo mais rigorosas faixas de horário para suas exibições. As crianças, as meninas e as mulheres não podem continuar sendo vítimas dos abusos sexuais que as estão vitimando e que, a despeito de nossa indignação, continuam crescendo (JORNAL PEQUENO, setembro de 2016).

O início do texto sugere como na manchete *As vítimas da violência e do erotismo sexual* que as informações da notícia serão direcionadas para problematizações de políticas e leis que

possam atender às pessoas que sofrem e/ou sofreram violências físicas e/ou sexuais. Contudo, os enunciados são organizados logo em seguida, trazendo para a discussão o conceito de sexo, fortemente ligado ao binarismo natureza/cultura. O discurso do sexo como elemento natural dos seres humanos e que serve sobretudo para reprodução, é repetidamente acionado, confirmando as diferenças socialmente impostas sobre homens e mulheres e sugerindo que a violência é decorrência desses “impulsos”, pensados e justificados pela biologia.

Em outras palavras, uma sedimentação de normas de gênero produz o fenômeno peculiar de um sexo natural, ou de uma verdadeira mulher, ou de uma série de ficções sociais prevalentes e imperativas, uma sedimentação que, ao longo do tempo, produz um conjunto de estilos corporais que, de maneira reificada, tomam a forma de uma configuração natural de corpos em sexos que existem em uma relação binária uns com os outros (BUTLER, p. 8, 2018).

O discurso “científico” pautado nos determinismos biológicos, é combinado frequentemente com o discurso religioso, sugerindo se tratar de formas de pensamento que convergem e se complementam, excluindo outras formas de explicar as complexidades das relações sociais. A heteronormatividade compulsória reproduzida em trechos como *o sexo é instintivo, em todas as espécies da vida que Deus criou. Ele é um impulso primitivo, que une o ser masculino ao feminino, na tarefa de perpetuação das espécies*, é usada como pressuposto para que os/as sujeitos/as sejam enquadrados/as dentro do que é considerado “normal” e aceitável pelos saberes científicos e religiosos ressaltados na notícia. Pois como afirma Judith Butler no texto *Os atos performativos e a constituição do gênero* (2018, p. 9), “uma das maneiras de reproduzir e ocultar esse sistema de heterossexualidade compulsória é cultivar os corpos em sexos distintos, dotados de aparências naturais e disposições heterossexuais naturais”.

O trecho final da notícia sugere como forma de prevenção à violência física e/ou sexual, uma espécie de controle e proibição dos conteúdos noticiados nos diferentes tipos de mídia, como se as pessoas que sofrem essas violências precisassem a todo tempo, serem vigiadas para evitar essas práticas, ou melhor dizendo, como se a responsabilidade pelas violências que sofrem ou deixam de sofrer fossem única e exclusivamente das mulheres. Além disso, o texto ao ser mencionado às pessoas do *gênero feminino*, sugere que a violência física e/ou sexual atinge somente esse público, reduzindo e simplificando a violência como uma prática unilateral e homogênea.

Dessa forma, a notícia ao invés de ser uma ferramenta que põe em questão o funcionamento e a aplicabilidade de leis e políticas públicas que pretensamente são colocadas como formas de combate à violência de gênero (como sugere a manchete e o início da notícia), acaba sendo uma

forma mais direta de reproduzir naturalizações que limitam e regulam o comportamento humano, sobretudo, o comportamento de mulheres, meninas e crianças, passíveis de serem controladas pelos *impulsos masculinos*.

O destaque à identidade do responsável pela escrita do texto antes do título da notícia ***Ivan Sarney é procurador federal, político e escritor, membro da Academia Maranhense de Letras*** (JORNAL PEQUENO, setembro de 2016) também é um aspecto que deve ser analisado criticamente. Ao mencionar a posição do sujeito dentro de espaços e atividades socialmente reconhecidos e privilegiados, os/as jornalistas responsáveis por esse meio de comunicação pretendem validar e reforçar a veracidade do que está sendo publicado.

O jogo de responsabilidade pelas situações de violência de gênero, aparece tanto direcionado às pessoas violentadas (como observado na notícia destacada acima) quanto aos órgãos que trabalham no fortalecimento de políticas públicas, como pode ser percebido na notícia ***Dados mostram crescimento de morte de mulheres no país*** publicada pelo jornal *O Estado do Maranhão* em março de 2016. No subtítulo ***Lei do Feminicídio, em vigor há um ano, criou a nova tipificação, mas na prática nada alterou: no Maranhão, este ano, mulheres já foram mortas com requintes de crueldade e poucos são os acusados presos pela polícia***, a ineficácia da lei parece estar atrelada ao não exercício do trabalho policial, como se a violência de gênero fosse uma problemática que dependesse exclusivamente dessa instituição. Ademais, a maioria dos discursos apresentados nas notícias de 2016 excluem aparentemente qualquer possibilidade de responsabilidade desse meio de comunicação com o aumento e/ou permanência da violência de gênero.

Em 2017, apesar do quantitativo de notícias sobre leis e políticas públicas ter aumentado (*Jornal Pequeno* 10 e *O Estado do Maranhão* 13 notícias), nenhuma matéria traz informações sobre A Casa da Mulher Brasileira, que tomo como marco para analisar as notícias publicadas no ano em que essa política foi iniciada no Maranhão. Assim, apesar de ter matérias sobre os 10 anos de Lei Maria da Penha e sobre a lei do feminicídio, como em ***CNJ pede aos tribunais informações sobre processos de Feminicídio*** (JORNAL PEQUENO, março de 2017); ***Lei Maria da Penha: 11 anos de combate a violência contra a mulher*** (JORNAL PEQUENO, julho de 2017) e ***Lei Maria da Penha: 11 anos de luta*** (O ESTADO DO MARANHÃO, agosto de 2017), essas informações continuam deslocadas dos casos noticiados de violência de gênero e o desenvolvimento dessas políticas públicas de modo geral, parece não ter impacto na forma como os discursos são elaborados e apresentados nos jornais impressos.

5. PRODUÇÕES DISCURSIVAS DO GÊNERO: PERMANÊNCIAS E DESCONTINUIDADES

5.1 Dia Internacional da Mulher: representações discursivas nos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*

As produções discursivas do gênero também estão representadas nos jornais impressos em notícias sobre datas comemorativas, principalmente nas alusivas ao Dia Internacional da Mulher comemorado em 8 de março. Mesmo com narrativas distintas sobre a escolha dessa data, em todas é possível encontrar explicações relacionadas a tentativas de maior reconhecimento e valorização da mulher, como mostrado no trecho abaixo:

Elas eram obrigadas a quase tudo e tinham direitos minguantes, até que num dia 8 de março operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque resolveram cruzar os braços, ocupar os espaços e reivindicar melhorias nas condições de trabalho, como redução da carga diária para 10 horas de trabalho, pois trabalhavam 16, e equiparação de salários com os homens – elas recebiam até um terço do que eles para executar as mesmas tarefas. Não deu outra: a manifestação foi reprimida com total violência e elas foram trancadas dentro da fábrica que foi incendiada, com o resultado macabro de 130 tecelãs mortas carbonizadas. Associado a outros atos de violência contra a mulher, este ocorrido nos Estados Unidos motivou, em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, que 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher. A Organização das Nações Unidas só oficializou a data em 1975 (JORNAL PEQUENO, março de 2016).

O trecho apresentado na seção **notícias** do *Jornal Pequeno* informa aos/as leitores/as uma das versões que explica a escolha do dia 08 de março como Dia Internacional da Mulher. A linguagem utilizada no texto jornalístico parece compor uma narrativa dramática que descreve enfaticamente a luta das operárias por melhorias nas condições de trabalho. A violência, aspecto também destacado no fragmento acima, é demarcada como um dos elementos que contribuiu para o reconhecimento dessa resistência das mulheres. Apesar da forma como o texto está organizado sugerir que esse acontecimento histórico é verdadeiro e incontestável sobre o 08 de março, não direcionando para outras possibilidades de explicação sobre o período comemorativo, as informações apresentadas podem ajudar os/as leitores/as a terem uma visão mais crítica e não meramente mercadológica sobre o Dia Internacional da Mulher, fator proporcionado pelas mudanças culturais, políticas e econômicas advindas dos movimentos sociais.

Durante muito tempo às mulheres era reservado e permitido somente o espaço doméstico, ficando à elas a responsabilidade de cuidar dos afazeres do lar e da criação dos/as filhos/as. Segundo Carla Pinsky (2012, p. 471), ainda na primeira metade do século XX persistia a ideia de que o “instinto materno e fraternal e a dependência eram características femininas”, enquanto aos

homens pertenciam os espaços públicos e suas características pairavam sobre a força e a racionalidade.

Homem e mulher eram vistos como seres opostos, com palcos de atuação bem delimitados. O horizonte feminino não deveria ir além do mundo doméstico, o masculino estendia-se aos espaços públicos, ao mercado de trabalho, à política institucional. Embora considerados imprescindíveis, o certo é que a papéis femininos e a masculinos eram atribuídos valores desiguais, levando o homem a ter mais poder (PINSKY, 2012, p. 487).

Em contrapartida, por mais que a crença na superioridade masculina tenha sido utilizada para justificar as desigualdades entre homens e mulheres pautada no determinismo biológico, como se as diferenças corporais por si só explicassem a desproporcional atribuição de valores e papéis sociais, essa perspectiva tem sido frequentemente problematizada por sua forma generalizada e homogênea de entender as relações sociais, principalmente com o surgimento dos movimentos feministas a partir dos anos de 1960.

Lentamente, algumas mudanças de cunho social, econômico e político foram possibilitando mudanças na vida das mulheres, dando a elas maiores possibilidades de participação em assuntos que externavam o ambiente doméstico (PINSKY, 2012). O aumento da escolaridade, o direito ao voto, a participação feminina na política, a criação do divórcio, a invenção da pílula anticoncepcional, as oportunidades de ingresso nas universidades e de trabalho assalariado, entre outras modificações, permitiram desestabilizar algumas barreiras que definiam e legitimavam as diferenças de participação na sociedade entre o que comumente designamos como homens e mulheres.

Todas essas transformações permitidas pelo desenvolvimento e fortalecimento de movimentos sociais como o feminismo, contribuíram para que as identidades fossem sendo reconhecidas como cada vez mais plurais, embora a dicotomia homem/mulher ainda seja tomada como parâmetro para pensar as dimensões de gênero, como pode ser observado em outras notícias sobre o Dia Internacional da Mulher no *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão*.

Dia Internacional da Mulher

Pela primeira vez na história
Uma mulher negra nordestina
Do Estado do Maranhão
Irá representar na ONU
A mulher brasileira
Que no momento é vítima
De crimes hediondos.
Ela se chama Filó de Madalena
E é filha do casal João e Maria
Ela é o verbo da poesia! Penso eu.
Vi e li seu texto,
A negra Filó é sábia e leva jeito
Ela é brilhante, fascinante,
Atuante, relevante e interessante.
Precavida e sem preconceito
Não deve pretexto
A Deputados ou Prefeitos

Só escreve o que é de direito
A nossa Filó é digna de respeito.
Formada em Jornalismo
Já publicou vários livros
E fala outros idiomas.
A mais bela negra de São Luís
Mãe de um casal de gêmeos.
Será a nossa voz na ONU
No Dia Internacional da Mulher
Onde irá clamar por segurança
Contra a violência e a maldade
Dos homens pervertidos
No país da impunidade.

A todas as mulheres de coração
Em especial: D. Hilda Bogéa

Chico da Ladeira
Autodidata, poeta e compositor
Contato: 98726 7600

Foto 24: 08 de março

Fonte: Jornal Pequeno, 06 de março de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

O poema expresso na imagem acima publicada na seção **notícias** do *Jornal Pequeno*, fala e é dedicado a uma mulher, uma homenagem ao dia em que é comemorado **Dia Internacional da Mulher** como está destacado no título. Em contrapartida, a imagem que visualmente se sobrepõe ao texto, é a do autor do poema, que tem seu nome, profissão e contato tão destacados quanto a manchete da notícia. Este contraponto sugere como em muitos outros enunciados dos jornais, que o reconhecimento da mulher está diretamente relacionado ao que um homem visibiliza ou silencia, já que as contribuições de **Filó** descritas no poema, são pensadas e evidenciadas por um discurso de alguém que não vivenciou suas violências. Assim, mesmo se tratando de uma notícia que pretende enaltecer uma mulher pelas conquistas alcançadas, é a imagem e a identidade de um homem que ganha destaque.

Para Rachel Soihet em *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas* (1997), as normas enunciadas por discursos masculinos também são uma manifestação de violência contra as mulheres, reforçando a estigmatização de estereótipos que as enquadram em posições de submissão sob o predomínio das faculdades intelectuais dos homens. Desse modo,

tais teorias construídas e instauradas por homens que estabelecem um duplo discurso, do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher, restritivas da liberdade e autonomia feminina, que convertem uma relação de diferença numa hierarquia de desigualdade, configuram uma forma de violência (SOIHET, 1997, p. 10)

Em *O Estado do Maranhão* as notícias sobre o Dia Internacional da Mulher além de aparecerem com mais frequência nas capas do periódico, trazem elementos que de certa forma, problematizam os estereótipos comumente reproduzidos e naturalizados sobre as mulheres.



Foto 25: O dia delas

Fonte: O Estado do Maranhão, 08 de março de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

A publicação acima reforça sistemas classificatórios que fazem analogias entre o “feminino” e características deste gênero. Aparentemente, as determinações exaltadas pelo jornal para contemplar o Dia Internacional da Mulher são formas desconstruídas de representar o feminino. Todavia, alguns elementos apresentados reforçam as naturalizações socialmente operacionalizadas sobre a construção do “ser mulher”.

O predomínio de cores específicas, as imagens das mulheres destacadas na notícia e a permanência da exaltação por um padrão de beleza, são aspectos que tendem a justificar as diferenças entre homens e mulheres. O uso das cores vermelho e rosa para ilustrar a data comemorativa apresentada no impresso, remete a características que se colocam como inerente às mulheres, representando sentimento de paixão, sedução e mistério. A imagem de uma mulher com duas cabeças saindo fogo e a figura de um explosivo no canto esquerdo da letra “D” sugere uma reação oposta e possível de ser vivida pelas mulheres, remetendo a ideia de fúria, loucura e descontrole. Além disso, a imagem de uma mulher negra e de outra que pode ser considerada fora dos padrões de beleza, está em oposição com a mulher referida na parte de baixo da notícia, que é exaltada pela sua aparência que por sinal tem cor, corpo e postura específica.

O corpo feminino também é destacado na capa de *O Estado do Maranhão* em 2016. Desta vez, não só para enaltecer uma beleza que precisa parecer natural e ser mantida pelas mulheres, mas para chamar atenção para os limites socialmente impostos a elas.



Foto 26: Elas podem?

Fonte: O Estado do Maranhão, 08 de março de 2016 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

O título da notícia acima faria mais sentido se a afirmação fosse substituída por um questionamento, na medida em que a foto de uma mulher nua é caracterizada no periódico como um *assunto polêmico*.

No Dia Internacional da Mulher **O Estado** aborda a luta pela conquista dos direitos femininos e assuntos polêmicos como os nudes nas redes sociais e a adultização cada vez mais cedo das meninas. Destaque ainda para a prática de esportes antes considerados de meninos. Mulheres praticam cada vez mais lutas marciais e futebol. Um em cada três empresários é do sexo feminino (O ESTADO DO MARANHÃO, março de 2016).

A foto de uma mulher identificada como *Nathalia Ferro, cantora que foi censurada por postar nudes* parece contradizer com a afirmação *Sim, elas podem!* O “poder” de decisão sobre mostrar seu próprio corpo em uma rede social é classificado pelo jornal *O Estado do Maranhão* como algo que foge da normalidade; de um ideal de comportamento. As flores em tons de rosa claro utilizadas para cobrir determinadas regiões do corpo da cantora reafirmam que essa exibição está ligada a uma proibição, definindo o que pode ou não ser mostrado. O uso das flores e das cores para esconder o que não deve ser visto também não é uma escolha aleatória. As flores são comumente relacionadas e direcionadas às mulheres como sinônimo de suavidade, gentileza, doçura, sensibilidade e fragilidade; enquanto a cor no tom rosa é referida socialmente a “coisas de meninas”.

As classificações que definem e limitam o comportamento humano em pares aparentemente opostos e distintos que se dividem entre mulher/homem, heterossexualidade/homossexualidade, normal/patológico, certo/errado, legitimam as relações sociais dentro de padrões excludentes e discriminatórios. Essa rejeição socialmente marcada pelo gênero pensado e reproduzido como uma “diferença sexual”, nomeia comportamentos e reproduz a materialização dos corpos como natural e binária.

Para Judith Butler (2018), os atos que constituem o gênero não são anteriores ao indivíduo, mas são constituídos nele e por ele, problematizando a crença ilusória de que o gênero é um modelo substancial de identidade. Ela ressalta que são pelas práticas reiterativas e citacionais que o discurso produz os efeitos que ele nomeia, sendo o gênero um ato performativo representado pela materialização dos corpos. Essa materialização não deve ser pensada sob a ótica da anatomia, pois corre o risco de estigmatizá-la em explicações naturalistas e binárias. Desse modo, “como materialidade intencionalmente organizada, o corpo é sempre uma corporificação de possibilidades tanto condicionadas quanto circunscritas por convenções históricas” (BUTLER, 2018, p. 5).

Desse modo, Butler em *Corpos que pesam* (2000), afirma que a materialidade do corpo não pode ser pensada separada da materialização das normas regulatórias, pois o “sexo” não é uma

substância ou uma simples descrição estática do que alguém é, e sim uma norma que qualifica e torna os corpos inteligíveis dentro de contextos sociais, políticos e culturais específicos. Nesse sentido, a performatividade do gênero é sempre uma reiteração de um conjunto de normas reforçadas pelos discursos das diferentes instâncias de poder como a midiática.

A representação do corpo como definidor do gênero, é também um elemento reforçado na publicação de *O Estado do Maranhão* em 2017.



Foto 27: Elas podem ser o que quiserem

Fonte: O Estado do Maranhão, 08 de março de 2017 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

Embora a publicação do jornal tente mostrar a imagem da mulher em diferentes espaços sociais (possibilidade que por muito tempo foi negada às mulheres) na tentativa de mostrar que *Elas podem ser o que quiserem* como é destacado na notícia, é notório que nas ilustrações a mulher é representada por um padrão de beleza: todas as imagens retratam mulheres magras e com posturas consideradas sensuais. Até mesmo na imagem de uma mulher fazendo várias atividades ao mesmo tempo como cozinhar, tomar conta do/a filho/a e fazer compras, o cuidado com a aparência parece prevalecer. É como se a mulher além de ter que ser multifuncional nas tarefas domésticas precisasse garantir também que seu cabelo esteja arrumado e sua roupa esteja impecável.

Desse modo, o trajeto cada vez mais homogêneo para onde caminham os ideais de beleza da sociedade brasileira, cria uma espécie de “tipo ideal” de mulher que é majoritariamente magra, branca e de classe média alta. Em contrapartida, a decisão de ser ou se manter magra e a de se vestir

de determinada maneira, por exemplo, acaba não sendo uma decisão própria da mulher, mas resultado de uma pressão social evidenciada e estimulada pelos meios de comunicação que enaltecem certos padrões de beleza. Assim, os jornais que poderiam se apropriar de discursos para desconstruir esses paradigmas, acabam sendo mais um meio que reproduz um corpo feminino normatizado, gerando desconforto, discriminação e violência para quem está fora desse enquadramento.

É prudente que se olhe para uma empresa jornalística como uma organização na qual a comunicação será resultado complexo do embate e da disputa permanente de poder e, simultaneamente, palco onde a disputa se renova/revigora. [...] As notícias, dessa forma, são resultado de um processo de produção, definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (a notícia) (SÓLIO, 2010, p. 43).

Para Rachel Soihet (1997), a violência simbólica se manifesta por diferentes canais e recorre a variados argumentos sem que necessariamente, os/as envolvidos/as tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo. A padronização e reprodução da beleza como atributo do gênero feminino nesses jornais impressos, tornam restritivas a liberdade e autonomia das mulheres, convertendo uma relação de diferença de gênero, raça e classe numa desigualdade na ocupação de espaços nesses meios de comunicação, o que configura uma forma de violência. “Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina” (SOIHET, 1997, p. 10).

5.2 A violência simbólica no discurso religioso do *Jornal Pequeno*

Dentre as diferenças de linguagem, formato e notícias observadas nos periódicos aqui analisados, destaco a seção **evangelismo** publicada em alguns exemplares do *Jornal Pequeno*. Além da seção em que são apresentados textos e escritos bíblicos, na capa de todos os exemplares do periódico aparece a frase **Louvado seja Deus** e no final das páginas policiais são apresentados versículos bíblicos, como pode ser observado na imagem abaixo.

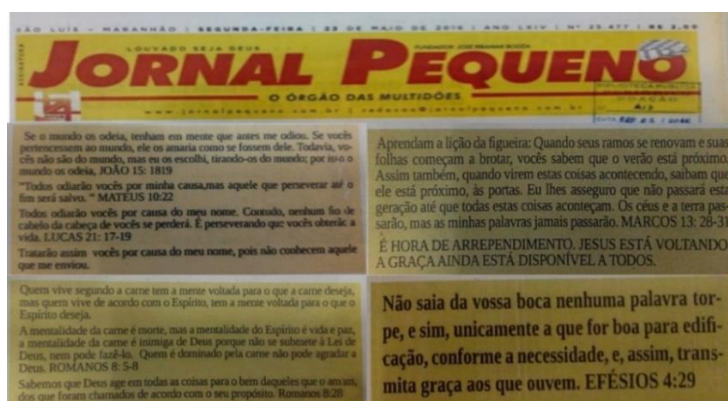


Foto 28: Dizeres bíblicos**Fonte:** Jornal Pequeno (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

A aproximação do discurso midiático que pretensamente se coloca como imparcial e democrático com o discurso religioso que se diferencia de outras formas discursivas pela argumentação e intuito de persuasão, justifica as naturalizações das desigualdades nas relações de gênero, como pode ser observado na notícia a seguir:

**Foto 29: Página Gospel****Fonte:** Jornal Pequeno, 30 de novembro de 2015 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

[...] Existem mulheres por sua vez que simplesmente ignoram a ordem bíblica, ou mesmo preferem nem conhecer o seu real significado, não dando a mínima importância para essa tal “submissão”, que parece mais algo machista que algum homem colocou na Bíblia. O fato das mulheres terem adquirido mais espaço e de quererem estar de igual para igual com os homens, tem um grande peso para essa imposição de não querer e não aceitar ser submissa ao marido. A verdade é que para os cristãos nenhuma ordem bíblica é prejudicial se obedecidas com seu real significado e não, entendidas como o “seu eu” querer. Então se ambos conhecerem o real significado dessa expressão e colocá-la em prática, será de grande benção para o casal e para a família. [...] O marido assim como Cristo diante de Sua igreja, deve ser o sacerdote do lar. Deve ser amável, atencioso, respeitoso, protetor, sustentador, conselheiro e principalmente abençoador com sua submissa esposa andando lado a lado. [...] A mulher foi feita da costela do homem, não dos pés para ser pisada, nem da cabeça para ser superior, mas sim ao lado para ser igual, abaixo do braço para ser protegida e do lado do coração para ser amada. [...] A submissão da esposa é uma realidade abençoada para o bom andamento do relacionamento e do lar, mas para isso precisa também de um posicionamento e comprometimento firme do marido no direcionamento do casamento. O termo não sugere uma relação de obediência cega e à força, mas de boa vontade, voluntariamente e para o bem comum do casal. Assim, a submissão bíblica da mulher nada tem a ver com se inferiorizar e nem com o homem ser “O Cara” no relacionamento, tratando sua esposa de qualquer maneira como um objeto ou uma marionete. Antes, significa dar e receber, amar e ser amado ou simplesmente estarem prontos para atender um ao outro em amor e humildade; cada um em seu papel para o bem comum, que é a edificação do lar de cada um em amor (JORNAL PEQUENO, novembro de 2015).

Os fragmentos destacados no enunciado acima, compõem um texto publicado na página gospel do Jornal Pequeno em 2015. A manchete intitulada *Mulher submissa ao marido e não escrava* remete de antemão a uma diferença entre os conceitos de submissão e escravidão, distinção

esta explicada com base em preceitos bíblicos e justificada pelas diferenças “sexuais” entre homens e mulheres. Embora não seja identificado/a o/a autor/a do escrito, a organização dos enunciados reporta a alguém que respalda todas as suas afirmações em convencer o/a leitor/a de que se tratam de verdades universais e “salvadoras” da humanidade, extinguindo qualquer possibilidade de contestação. Isto é, o/a autor/a do texto se coloca como alguém que tem o poder da palavra; um/a mensageiro/a divino, que por se apropriar de um discurso religioso (confirmado pela referência de passagens bíblicas), dispensa comprovações para ser validado.

A frase que inicia o fragmento destacado, é marcada por certa ironia e desprezo às mulheres que relacionam a submissão feminina à uma imposição machista. A suposição arbitrária e dual de que as mulheres ou ignoram ou não conhecem o que está na bíblia, impede quaisquer outras possibilidades de explicação para o não cumprimento dessas ações. Aqui, a subordinação por ser pensada como uma responsabilidade natural e feminina, quando contestada, é vista como uma afronta à *ordem bíblica* e diretamente relacionada à busca pela igualdade de direitos entre os gêneros, reproduzida no texto como um *grande peso* na decisão de mulheres que não aceitam ser submissas ao marido. Dessa forma, as mulheres que fogem à “norma” de submissão, são completamente responsabilizadas pelo fracasso no âmbito doméstico e familiar, tornando-se estranhas; fora da lei; aberrações; perturbadoras de uma ordem divina; abjetas.

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000, p. 153).

O mal-estar físico, emocional e espiritual da família é outra consequência desse não exercício do “papel feminino” no âmbito privado. O casamento reproduzido no texto como um matrimônio exclusivamente heterossexual, só é possível ser mantido dentro do que é regido pelo livro considerado sagrado pelos/as cristãos/as *se ambos conhecerem o real significado dessa expressão e colocá-la em prática*. Contraditoriamente, as mulheres são as responsabilizadas pelos desvios das normas, na medida em que ao homem, comparado a um ser divino e consequentemente superior, cabe-lhe apenas desempenhar seu papel de marido. Ser esposa e obediente, aparecem como características inatas às mulheres cristãs, elemento também reforçado na publicação de janeiro de 2017 do *Jornal Pequeno*.



Foto 30: Esposa x submissão

Fonte: Jornal Pequeno, 30 de janeiro de 2017 (Acervo da biblioteca pública Benedito Leite)

[...] Submissão é sujeitar-se a uma instância superior. Isso nada tem a ver com discriminação. Pelo contrário, representa o mecanismo na dinâmica do relacionamento. [...] Na família, as mulheres devem submeter-se a seus maridos e os filhos aos pais. Esses princípios bíblicos foram dados por Deus para nosso próprio Deus. Quando os seguimos, o casamento funciona, a família é funcional e a igreja também convive em harmonia. Isso acontece porque os princípios e mandamentos correspondem Aquele que os inventou. [...] Na carta ao Efésios, Paulo escreve: “sujeitando-vos uns aos outros no temor de Cristo. As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido”. [...] Na família, primeiramente o marido sujeita-se a Cristo. A mulher é instada a sujeitar-se ao marido, e os filhos, por sua vez, obedecem aos pais. Quando lemos atentamente as passagens bíblicas citadas percebemos que existem mais exigências voltadas ao comportamento do marido do que ao da mulher! O esposo é instado a amar sua esposa, a sacrificar-se por ela, a respeitá-la e a valorizá-la, não criticando-a nem tratando-a rudemente. O marido deve amar sua esposa de forma que Cristo ama Sua Igreja (JORNAL PEQUENO, janeiro de 2017).

Embora o título *A esposa deve mesmo submeter-se ao marido?* induza a um texto que pode problematizar a ideia de submissão das mulheres, se trata de mais uma notícia publicada na página gospel do *Jornal Pequeno* em que o autor, dessa vez identificado como Samuel Rindlissacher, justifica essa subordinação das mulheres pautado em concepções bíblicas. Desta vez, o autor utiliza com mais frequência passagens da bíblia para enfatizar seu posicionamento sobre o assunto, posicionamento este que não é referido como uma opinião particular, mas como uma decisão divina registrada em um livro que deve ser a todo custo, seguido por todos/as, para que a família viva de forma harmoniosa e saudável.

O entendimento de submissão enquanto uma forma de sujeitar-se a uma instância superior, reforça de forma discriminatória e violenta as diferenças socialmente impostas sobre homens e mulheres. Distinções entre funções no seio familiar que parecem justificar de forma naturalizada e

legitimadora as desigualdades de gênero, além de recusar qualquer outra forma de relação que não seja especificamente heterossexual e cristã, conceito de família idealizado pelas pessoas e/ou instituições que direta ou indiretamente pregam a manutenção fantasiosa de uma família tradicional brasileira. Os jornais, enquanto espaço de formular e propagar informações, se tornam meios que reproduzem um tipo específico de pessoa, instituição e valores sociais, apresentando-se como mais um instrumento de prática da violência simbólica.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal (SOIHET, 1997, p. 10).

Dessa forma, questiono: até que ponto as notícias publicadas nesse meio de comunicação são influenciadas por essa concepção religiosa? Como essas manifestações discursivas constroem o gênero? As representações discursivas construídas pelas recomendações de caráter religioso, reforçam a concepção do gênero como atributo diretamente estabelecido pelas diferenças “sexuais”, em que os papéis sociais entre homens e mulheres são definidos por “capacidades” distintas, legitimando a institucionalização de discursos conservadores e hierárquicos que defendem a submissão feminina e impõem às mulheres a responsabilização pelo equilíbrio familiar e pela socialização dos/as filhos/as. Para Butler, “somos forçados a viver em um mundo no qual os gêneros constituem significantes unívocos, no qual o gênero é estabilizado, polarizado, diferenciado e instável”, que serve a uma política de regulação e controle das relações sociais (BUTLER, 2018, p. 13).

Nesse contexto, mesmo quando a forma de representar as relações de gênero no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão* parece desconstruir paradigmas, acabam contribuindo para a reprodução de estereótipos que recaem principalmente sobre quem não se encontra dentro dos padrões estabelecidos pelos discursos reforçados nesse meio de comunicação, o que justifica as violências praticadas nas relações afetivas/amorosas entre homens e mulheres.

5.3 Comparativo das notícias no *Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão*

As diferenças e aproximações na maneira de noticiar os assuntos publicados nos impressos maranhenses são constantes. Se eles se diferenciam pelo fato de no *Jornal Pequeno* as notícias relacionadas à violência de gênero aparecerem em maior destaque (tamanho da fonte e das imagens aumentadas) e por esses casos serem anunciados com mais frequência na capa desse periódico (geralmente são feitas chamadas com manchetes e informações breves, sinalizando a página em que

a reportagem está localizada) do que em *O Estado do Maranhão*; se aproximam pelo quantitativo de notícias sobre violência de gênero, pela ausência quase completa de informações sobre leis e políticas públicas de combate a essa violência e pelos discursos que direta ou indiretamente reproduzem as “diferenças sexuais” entre homens e mulheres.

Uma característica comum e reiterada nas reportagens dos jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno*, é a revelação do discurso dos responsáveis pelas violências que variam entre dois aspectos que estão intrinsecamente relacionados: o ciúme e a não aceitação pelo término do relacionamento como causas que os teria levado a cometer o crime, o que aparece na maioria das reportagens como em *Homem tem ataque de ciúmes e mata ex-esposa e mais três pessoas no Piauí* (JORNAL PEQUENO, outubro de 2015); *Homem mata a ex-mulher na frente da filha do casal em Timon* (JORNAL PEQUENO, fevereiro de 2016); *Homem mata ex-mulher dentro de viatura da OM* (JORNAL PEQUENO, outubro de 2017); *Homem mantém jovem em cárcere privado por mais de 20 horas* (O ESTADO DO MARANHÃO, julho de 2015); *Homem é preso após matar esposa na frente dos filhos* (O ESTADO DO MARANHÃO, dezembro de 2016) e *Namorado mata jovem de 16 anos na Cidade Olímpica* (O ESTADO DO MARANHÃO, fevereiro de 2017).

Nas notícias destacadas acima como nas reportagens já analisadas em outras subseções, os discursos sobre a violência de gênero nas situações em que as mulheres são as vítimas estão direcionados para uma justificativa da agressão cometida, o que consequentemente ameniza a responsabilidade dos acusados e acaba direta ou indiretamente responsabilizando a mulher pela prática violenta que sofre. A forma naturalizada com que o ciúme e o inconformismo com a separação do casal são apresentados nesses jornais, pode estar relacionada à (re)produção das diferenças “sexuais” em que o binômio homem/mulher é atravessado por outras dicotomias como razão/emoção e mente/corpo, fundamentando a desconfiança e o descontrole dos homens.

Assim, a responsabilização da mulher em situação de violência (física, psicológica, moral, patrimonial, institucional e/ou simbólica), é repetidamente associada ao não cumprimento de funções que lhes são socialmente atribuídas e que acabam sendo reforçadas nos discursos jornalísticos: tanto em notícias sobre casos de violência de gênero, quanto em publicações sobre datas comemorativas e/ou em discursos de caráter religioso. Ou seja, a mulher é diversas vezes responsabilizada pelas violências que sofre: pelos homens com quem mantém e/ou mantiveram relações afetivas/amorosas e pelos jornais que reproduzem discursos que limitam e regulam as relações sociais de gênero.

Para Lourdes Bandeira em *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação* (2014, p. 457), “as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas”. Desse modo, é possível perceber nas representações que os jornais *O Estado do Maranhão* e *Jornal Pequeno* fazem da violência de gênero, a reprodução de discursos que tendem a atribuir a responsabilidade da violência sofrida pelas mulheres a elas mesmas.

Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros. [...] A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal (BANDEIRA, 2014, p. 457- 459).

A mulher se torna uma espécie de objeto e propriedade, que deve aceitar o que é imposto por seus companheiros: é como se pertencesse a eles o poder de decidir o que fazer (que tipo de violência praticar) quando elas não agem como o esperado. Então, se a mulher nega o pedido do marido para reatar o casamento ou se ela passa a ter um relacionamento extraconjugal, ele “está respaldado” para violentá-la. Afinal, “se ela não for dele não será de mais ninguém” como é o ditado popular frequentemente pronunciado para justificar práticas que violentam, limitam e regulam a vida de muitas mulheres cotidianamente.

5.4 “Mimimi?”: as discriminações de gênero reproduzidas em diferentes espaços de saber

A produção e reprodução de estereótipos que tendem a marcar ou mesmo legitimar corpos ditos masculinos ou femininos ainda persistem, mesmo sabendo que essa dicotomia já não dá mais conta das diversidades culturais, éticas, raciais e de gênero que cada sociedade apresenta. Essas marcas de masculinidade e/ou feminilidade podem estar estritamente relacionadas à tentativa constante de universalizar os direitos: são criadas leis, políticas públicas e ações que englobam pessoas e grupos distintos em uma mesma situação, como se todos/as estivessem inseridos em uma mesma realidade e demandando necessidades semelhantes. Em contrapartida, os grupos socialmente marginalizados são dinâmicos e distintos. Segundo Beatriz Lins em *Diferentes, não desiguais* (2016), as diferenças percebidas entre homens e mulheres são transformadas em desigualdades por processos históricos e culturais que naturalizam os estereótipos de masculinidade e feminilidade.

Para além dessas diferenças, as dicotomias entre feminilidade e masculinidade criam desigualdades: articulado com noções de hierarquias e poder, o gênero é também uma forma social de produzir posições de desigualdades entre pessoas, coisas, espaços ou emoções. No terreno da desigualdade de gênero encontramos desvalorização salarial, repressões, discriminações e violências, temas que historicamente têm mobilizado movimentos reivindicatórios, lutas e disputas por igualdade (LINS, 2016, p. 24).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a generalização de alguns direitos, por exemplo, ainda reforça a permanência de uma sociedade desigual e excludente. De acordo com a UNIC (2009, p.5) no artigo II da Declaração Universal, “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de cor, raça, sexo, idioma, religião”. Já no segundo parágrafo do artigo XV tem-se: “todo homem tem direito a uma nacionalidade” (UNIC, 2009, p. 9).

A universalização da categoria homem não condiz com as diversidades expostas no segundo artigo, por se tratar de um termo bastante complexo e heterogêneo. Existem homens brancos, negros, indígenas, quilombolas, pobres, ricos, entre outras tantas possibilidades, pluralidade esta que não é representada nessa categoria. Além disso, como está posto no artigo XV, todas outras configurações possíveis ao gênero que não se enquadram nos padrões do que se pensa por masculinidade, ficam completamente fora desse “direito a uma nacionalidade”, como mulheres, travestis, transexuais etc.

No artigo XII está posto que “ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem ataque à sua honra e reputação” (UNIC, 2009, p. 8). Esse direito assegurado por lei à não interferência nos assuntos privados garante a preservação da vida de quem? Se uma mulher é violentada por seu companheiro ela deve resolver com ele, já que se trata de um “problema familiar”? É justificável então continuar reproduzindo o ditado popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher”?

A permanência desses marcos legais pode ser usada como justificativa para explicar as situações de violência que diariamente são publicadas nos diferentes meios de comunicação, embora algumas mudanças tenham acontecido: até 2005, o artigo 16 do código penal brasileiro previa reclusão para quem induzisse “mulher honesta a praticar ou permitir com que ela se pratique ato libidinoso”. A honestidade destacada na lei, condiciona a aplicabilidade de um direito humano por um julgamento de valor. A mulher, dentro dessa instância judicial, tem um direito como concessão a partir de sua “honestidade”. Este adjetivo, dentro do texto jurídico, pode ter seu sentido relacionado ao comportamento “feminino” nas relações sociais, especificamente nas relações afetivas e/ou amorosas, em que comumente a honestidade é sinônimo de cumprimento das

atividades entendidas como “naturais” da mulher que variam entre obedecer ao marido (sendo-lhe fiel) e cuidar dos/as filhos/as. O cuidado com os/as filhos/as, é pretensamente justificado pela ideia de uma “vocação materna”.

[...] A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; consequentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei (BUTLER, 2017, p. 20).

Nesse sentido, a honestidade pode ser interpretada como uma percepção da mulher a partir de suas funcionalidades sexuais, o que a torna uma objetificação pensada e autorizada pelo Estado por meio do discurso jurídico. Em contrapartida, a mudança no artigo do código penal com a retirada do termo *honesto* não apaga todas essas possibilidades de reprodução das normas e estereótipos de gênero, pois outros espaços de saber mantêm os paradigmas que convertem as diferenças socialmente privilegiadas entre homens e mulheres em desigualdades de gênero, elemento também reforçado em alguns ditados populares.

É fácil encontrar alguém que já tenha ouvido e/ou reproduzido frases como “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, “se ela não for minha não será de mais ninguém”, “a casa é das mulheres e a rua é dos homens”, “à mulher casada o marido lhe basta”, entre outros. A apropriação desses discursos é muitas vezes justificada como uma brincadeira; forma descontraída de explicar uma situação específica, não apresentando, portanto, o mesmo risco que outras manifestações discursivas legitimadas pelo caráter “científico” apresentam. Contudo, tem ocorrido um esforço constante dos movimentos sociais, como o feminismo, para problematizar esses discursos do senso comum, entendendo que o pensamento que os compõem são formas veladas de naturalizar as discriminações de gênero e propagar diferentes manifestações de violência.

Em uma cultura que pressupõe o falso universal do “homem”, na maior parte do tempo, como co-extensivo à própria humanidade, a teoria feminista teve êxito ao dar visibilidade à especificidade feminina e reescrever a história da cultura em termos que reconhecem a presença e a influência das mulheres, bem como a opressão sofrida por elas (BUTLER, 2018, p. 8).

As mulheres são insistentemente cobradas em suas relações sociais: se já é adulta e nunca teve um relacionamento “deve ser lésbica”, se opta por não ter compromisso com ninguém “não vale nada”, se tem um relacionamento duradouro “tem que casar”, depois que casa “tem que ter filho/a” e assim por diante. Aos homens são reservados o incentivo a iniciação da vida sexual e a cobrança para ter sua independência financeira ao atingir a maioridade, para garantir sua “vocação”

em ser o provedor da casa. Essas diferenças de atribuições entre os gêneros são fundamentadas discursivamente pelas distinções anátomo-fisiológicas, pelas quais é socialmente delegada às mulheres as funções de dona de casa, mãe e cuidadora do lar; e aos homens o poder de decisão e controle sobre sua vida e de sua família que *a priori*, tem a mulher como sua propriedade que precisa ser protegida do mundo afora, naturalizando a ideia de que “a casa é das mulheres e a rua dos homens” e violentando quem age fora desse contexto.

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p. 22).

Todas essas demarcações de masculinidade e feminilidade, começam a ser reveladas quando a mulher descobre uma gravidez. Ao saber o “sexo” da criança, a família imediatamente começa a comprar os utensílios do bebê. Se for menina, é comum que o guarda-roupa fique cheio de bonecas e laços para o cabelo e que as roupas assim como a decoração do quarto sejam majoritariamente na cor rosa ou outra tonalidade que transmita suavidade e calma. Se for menino, o pai da criança compra uma camisa do seu time de futebol para presentear seu filho e o azul se torna a cor predominante. Ao nascer, a menina é imediatamente levada para ter sua orelha furada, afinal, os/as pais/mães não podem correr o risco de precisar responder à pergunta “é menino ou menina?”. Esse questionamento parece ferir a dignidade dos responsáveis pela criança.

Quando generalizações como essas são repetidas em casa, na igreja, na televisão, na escola ou nas diversas situações do dia a dia, reafirmam-se normas de gênero. Toda vez que uma pessoa diz “isso é coisa de menina”, “mulher é assim” ou “homem não faz isso”, não está apenas justificando comportamentos a partir da diferença entre os sexos, mas também está ensinando como ela e toda a sociedade esperam que homens, mulheres, meninas e meninos se comportem e limitando suas possibilidades de existir no mundo. Além de serem regras restritivas, que tentam encaixar as pessoas em estereótipos sociais, as normas de gênero são também a base para muitas situações de desigualdade (LINS, 2016, p. 16)

Com isso, as diferenças vão sendo transformadas em desigualdades ainda cedo, quando para as meninas são compradas bonecas e brinquedos que as ensinam a desenvolver atividades domésticas como cozinhar, passar roupa e limpar a casa; e quando os meninos recebem de presente bonecos de super-heróis e brinquedos que representam profissões que socialmente são relacionadas ao uso da força e agilidade como bonecos de bombeiros, policiais, militares etc. Todas essas representações comumente naturalizadas, além de demarcarem discriminatoriamente quem pertence ao “sexo frágil” e, portanto, tem que seguir as determinações impostas a este gênero, tornam abjetos

quem não está nessa limitação binária. Para Butler (2014), quem não efetua a sua distinção de gênero de modo “adequado”, é regularmente punido, expelido e descartado.

A permanência e reprodução de alguns ditados populares é um dos instrumentos que limita as relações de gênero, transformando-as em convivências sociais restritivas e excludentes. A frase “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” é geralmente usada para justificar a não intervenção em assuntos considerados do âmbito privado, reforçando a ideia de que cada um/a deve cuidar da sua vida, que é um bem próprio e particular. Por outro lado, esse mesmo pensamento tem naturalizado a violência de gênero: por ser falsamente entendida como um problema do casal, as diferentes modalidades de violência praticadas majoritariamente contra as mulheres, são invisibilizadas pelas diversas instâncias de poder, como já discutido em outras seções deste trabalho.

As violências física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, institucional e simbólica não são necessariamente percebidas enquanto tal. A repetição da frase “até que a morte nos separe” pronunciada por líderes religiosos e confirmadas pelos casais nas cerimônias de casamento, também deve ser analisada criticamente. A ideia implícita de que a única razão que pode ocasionar uma separação seja a morte, tem sido a justificativa utilizada por muitos homens que violentam suas namoradas, esposas e/ou ex-namoradas até a morte, sendo reproduzida ainda nos discursos dos jornais. As mulheres que muitas vezes vivenciam um longo histórico de violências, e que, portanto, se encontram emocionalmente fragilizadas, acreditam que devem manter o relacionamento a todo custo.

Assim, a concepção de que “à mulher casada o marido lhe basta”, acaba confirmando o paradigma socialmente imposto às mulheres de que qualquer possibilidade de um relacionamento fora do matrimônio, posiciona-a como uma pessoa que não merece ser respeitada e que de uma forma ou de outra, deve ser punida. Ao homem, essa possibilidade é histórica e discursivamente garantida, sendo inclusive uma prova de virilidade e uma forma de justificar a violência que ele pratica quando sua companheira coloca em risco sua masculinidade, como observado nas notícias²⁴ sobre a morte de Tassiane dos Santos que por ter desconfiado que o marido estava lhe traindo e ir conversar com ele sobre esse assunto, foi morta (JORNAL PEQUENO, maio de 2015); assassinato de Anete dos Santos justificada pelo marido por suspeita de traição (JORNAL PEQUENO, julho de 2015); morte de Vandinalva também justificada por uma suposta infidelidade por parte da mulher, embora o responsável pela violência fosse casado (JORNAL PEQUENO, janeiro de 2016), etc.

²⁴ Casos publicados nos jornais impressos analisados ao longo desta dissertação.

A ideologia de que a mulher é propriedade do homem produzida e reproduzida em diferentes espaços de saber, legitima as violências de gênero, em que o ciúme é compreendido como um sentimento que prova cuidado, zelo e proteção dos homens para com as mulheres. A preservação de uma masculinidade intocável, também é um elemento que naturaliza essas violências: manter o poder de decisão sobre a vida de uma esposa parece antes de tudo, garantir que sua honra não seja questionada em nenhum momento. Assim, a traição masculina é justificada pelos “instintos sexuais”, enquanto a praticada pelas mulheres é relacionada à falta de caráter, honestidade e sobretudo, subversão aos papéis sociais que lhes são atribuídos, justificando a concepção de que “se ela não for minha, não será de mais ninguém”, naturalizando a violência de gênero e invisibilizando a desigualdade de poder que justifica a morte de muitas mulheres.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova face das telecomunicações proporcionada pelos avanços tecnológicos, resultou na separação entre espaço e tempo, na medida em que a propagação de notícias sobre diferentes aspectos da vida social não depende mais da presença física das pessoas. Antes da criação e do desenvolvimento dos meios de comunicação que conhecemos hoje como a televisão, o rádio, os jornais e a internet, a compreensão que muitos tinham de lugares distantes era possibilitada somente através das interações pessoais, isto é, os indivíduos só conheciam os contextos sociais das quais faziam parte. Com a crescente disponibilidade de veículos que noticiam e informam em tempo cada vez mais real, a maneira como as pessoas compreendem o mundo fora do alcance de suas próprias experiências têm sido gradualmente alteradas. Sendo assim, os meios de comunicação têm ocupado um lugar central nas representações sobre os/as sujeitos/as e as diversas relações sociais.

O Jornal Pequeno e *O Estado do Maranhão* como tecnologias que produzem informações que abrangem desde aspectos locais até assuntos sobre diferentes regiões do mundo e que não se limitam mais somente ao papel impresso, são meios de comunicação que formam opiniões e criam “verdades” sobre os assuntos por eles veiculados. Os discursos utilizados nestes periódicos, embora englobem diferentes formatos e linguagens, ainda reproduzem muitas naturalizações. Nos casos noticiados de violência de gênero nos anos de 2015 a 2017 entre casais heterossexuais que mantêm e/ou mantiveram relações afetivas/amorosas, os estereótipos que regulam, limitam e legitimam corpos diferenciados pelo gênero, ainda é constantemente reforçado.

Mesmo o quantitativo de casos sobre esse tipo de violência sendo bem menor, se comparado a outras modalidades de violência, foi possível perceber a disparidade de notícias publicadas em que as mulheres estão em situação de violência e em casos em que elas são as responsabilizadas pelos crimes. No primeiro contexto, os enunciados jornalísticos tendem a silenciar a voz das mulheres violentadas, transformando suas experiências em espetáculos trágicos, em que suas imagens parecem ter mais importância que a contextualização dessas violências, responsabilizando-as pelas agressões que sofrem, utilizando discursos ainda enraizados em perspectivas estruturalistas reducionistas, que legitimam a masculinidade e justificam a violência praticada contra as mulheres, amenizando a responsabilidade dos agressores e, ainda, justificando os atos de violência, na maioria das vezes, com o registro dos seus discursos de “arrependimento” e “tristeza”.

No segundo contexto, em que os jornais apresentam notícias de situações em que as mulheres são autoras e/ou participantes das agressões, os destaques no texto, nas imagens e nos discursos ainda assim são voltadas para os homens, que têm suas identidades antecipadamente

marcadas pelas profissões que ocupam, o que também foi evidenciado nos casos em que as mulheres estão em situação de vulnerabilidade.

Além das matérias que evidenciam o ciúme e a não aceitação pelo fim do relacionamento no *Jornal Pequeno* e em *O Estado do Maranhão*, há ainda reportagens em que uma mesma notícia engloba casos diferentes de violência, o que pode ser explicado: como estratégia pela limitada informação que os/as profissionais do jornal conseguiram coletar sobre um dos acontecimentos, já que nesse amontoado de notícias há umas em que o texto informativo é muito reduzido; e, também, como forma de chamar atenção dos/as leitores/as por serem colocadas informações sobre diferentes casos, a reportagem é aparentemente repleta de informação, podendo ser associada à credibilidade que esses jornais possuem.

Apesar de ser comum a junção de notícias em uma mesma matéria nos dois impressos pesquisados, no *Jornal Pequeno* geralmente são colocados em uma só chamada acontecimentos que envolvem modalidades de atos de violências que parecem terem afinidades, casos em que uma única manchete abrange dois ou três casos de violência de gênero. Já em *O Estado do Maranhão* é mais frequente observar casos em que tipos variados de violência (violência urbana, de gênero, entre facções criminosas, etc) estão relacionados a uma mesma manchete. A questão é que o modo de organizar os casos publicados nestes periódicos acaba visibilizando mais um acontecimento que outro, como se o tipo de agressão praticado contra as mulheres apresentasse uma escala em que se classifica qual “merece” mais destaque.

Nesse sentido, ao perceber que a maioria dos casos de violência de gênero abordada nos impressos maranhenses retrata situações em que as mulheres são vítimas fatais e que aparentemente ganham destaques nas capas destes periódicos não por se tratar de um tipo específico de violência, mas pela forma considerada “brutal” em que essas agressões ocorreram e por notar que nas poucas vezes em que uma agressão não provocou a morte de uma mulher a maneira como essa reportagem é publicada desqualifica ainda mais essa modalidade de violência, compreendo a mídia entre outros fatores, como espaço de conservação e naturalização da violência de gênero. Além disso, noto que as leis e políticas públicas que tomo como marcadores para o recorte temporal desta dissertação, são notícias publicadas em formatos que parecem irrelevantes nos impressos. Deste modo, não interferem na forma homogênea e essencialista pelas quais as relações sociais de gênero em situações de violência são apresentadas.

Dessa forma, mesmo com as mudanças de caráter social, econômico e político que tem proporcionado uma maior equidade nas relações de gênero, possibilitamos neste estudo a

constatação de que, se comparado a outros períodos e contextos sociais, muitos discursos que naturalizam as diferenças nas relações de gênero e ocultam diferentes formas de violência, ou, pelo menos, não conduzem a questionamentos e problematizações destas, ainda são persistentes nos diferentes espaços de produção de saberes, reforçando desigualdades e discriminações, como é o caso dos discursos midiáticos.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Revista Sociedade e Estado**- volume 29, n 2 p. 449-469, 2014.
- BECKER, Howard. Sociologia visual, fotografia documental e telejornalismo. In: **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Tradução: Maria Luiza X. Borges; Karina Kuschir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 185- 200.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Fotografar, documentar, dizer com a imagem**. Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, 18 (1): 27- 54, 2004.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. SPM. Disponível em: www.spm.gov.br. 12/12/15 as 18:41.
- BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero**: um ensaio sobre fenomenologia e a teoria feminista. Trad: Jamille Pinheiro Dias, 2018.
- _____. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. LOURO, Guacira. Trad: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad: Renato Aguiar. 13ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- _____. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **Vida Precária**. Contemporânea- Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 13- 33.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad: Angela M. S. Corrêa. 2. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- COSTA, Yuri Michael Pereira. **Atos de justiça coletiva**: representações da violência na mídia. 2005. 194 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.
- DERRIDA, Jacques. **A Estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas**. In: A Escritura e a Diferença. Trad: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Pedro Leite Lopes e Pérola Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.
- DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa, nº 114, 2001, p. 197-223.

_____. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n 1, p. 151-162, 2002.

_____. Foucault. In: **Estudo do discurso: perspectivas teóricas**. Organização: Luciano Amaral Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, p. 124-151, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **Gênero e corpo na cultura brasileira**. Revista Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, vol.17, nº 2, 2005, p.65 – 80.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: **Revista Comunicação Mídia e Consumo**. São Paulo: v. 4, n.11, p. 11-25, 2007.

HISTÓRICO. **O Estado do Maranhão**, 2009. Disponível em <http://imirante.com/oestadoma>.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. Tradução: Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 206-241.

LINZ, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós- identitária para a educação. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2001, p. 541- 553.

MARANHÃO. Cartilha (2014). **Aprendendo com a lei Maria da Penha no cotidiano**: o que você precisa saber.

MOORE, Henrietta. **Fantasias de poder e fantasias de identidade**: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu, p. 13-44, 2000.

MUSUMECI, Bárbara. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

O JORNAL. **Jornal Pequeno**. Disponível em <https://jornalpequeno.com.br>. Acesso em janeiro de 2018.

PINSKY, Carla. A Era dos modelos rígidos. A Era dos modelos flexíveis. In: **Nova História das mulheres**. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 469-543.

PITANGA, Carolina Vasconcelos. **Produções discursivas em campanhas publicitárias: gênero e interseccionalidades**. 2017. 193 f. Tese (Doutorado)- Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

RIBEIRO, Geysa Fernandes. **Mulher na mídia: uma análise crítica das abordagens sobre casos de violência contra mulher em jornais do Maranhão**. 2016. 62f. Monografia (Graduação)- Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Trad: Guacira Lopes Louro. Ed: 1ª; 4. Reimp.-Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 9-28.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal: a folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCOTT, Joan. **A invisibilidade da experiência**. Trad: Lúcia Haddad. Proj, História, São Paulo, p. 297- 325, 1998.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: Scott, Joan. *Gender and the politics of history*. New York, Colombia University Press. 1989.

SILVA, Mayana Hellen. **Do riso fez-se o pranto: técnicas de produção do gênero nas notícias de violência em relações afetivas e sexuais do Jornal Pequeno**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: IFCS, vol.5, n.1, 1997, p. 7-29.

SÓLIO, Marlene Branca. **Violência: um discurso que a mídia cala**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

UNIC. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 2009, p. 1-17. Disponível em <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>.

VASCONCELOS, José Antônio. **O que é a desconstrução?** Revista de Filosofia, Curitiba, v. 15 n.17, p. 73-78, jul./dez. 2003.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** Tradução de Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Trad: Caio Liudvik. 2. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 13-45.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. **Violência e gênero em notícias no oeste Paranaense (1960-1990)**. 2010. 178f. Tese (Doutorado)- Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

APÊNDICES

TABELA COM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO REGISTRADAS NO JORNAL PEQUENO EM 2015

Qt	Dia	Seção do jornal	Número do Jornal	Título da notícia	Quem escreveu?
1	04/01	Capa e polícia	24.983	Capturado homem que matou mulher a golpes de machado em Santa Rita	
2	09/01	Capa e estado	24.988	Adolescente de 15 anos está desaparecida há mais de 8 dias	
3	15/01	Polícia	24.994	Três pessoas são assassinadas pouco mais de 6 horas na capital	Foto Francisco Silva
4	03/02	Estado	25.013	Mulher condenada pela morte de médico volta a cumprir pena em Pedrinhas	
5	09/02	Capa e polícia	25.019	Polícia apura assassinato de duas mulheres na cidade de Santa Inês	
6	24/03	Polícia	25.061	Homem esfaqueia ex-mulher e enteada e depois se suicidas	
7	01/04	Nacional	25.069	Homem corta cabeça de namorada grávida e posta foto no facebook	
8	03/05	Polícia	25.099	Mulher condenada pela morte de médico é presa em São Luís	
9	19/05	Capa e polícia	25.115	“Marido mata a mulher e atira contra a própria cabeça” “Marido mata a mulher e depois tenta suicídio no bairro de Fátima”	
10	19/05	Capa e estado	25.115	Acusado de matar ex-namorada é condenado em tribunal do Júri	
11	26/05	Capa e polícia	25.122	Preso no anil homem que matou e esquartejou esposa em Bacabeira	
12	15/06	Polícia	25.141	Após fim de namoro, homem atira em família de ex-namorada e mata criança	
13	13/07	Polícia	25.169	Maranhense é morta em Teresina pelo ex-marido	
14	20/07	Polícia	25.176	Suspeita de planejar morte do marido nega participação no crime e culpa amante	
15	24/07	Capa e polícia	25.180	Mulher é morta pelo ex-marido com golpes de faca no abdômen	
16	31/07	Polícia	25.186	Preso no Maranhão carreteiro suspeito de matar a esposa	
17	14/08	Estado	25.200	Homem sequestra mulher pela segunda vez e caso acaba com três mortes	Oswaldo Viviani
18	29/08	Polícia	25.215	Preso homem que tentou matar mulher a golpes de facão	
19	09/09	Polícia	25.225	Homem é preso suspeito por agredir mulher com facão	
20	12/09	Polícia	25.228	Procurado por matar mulher em Teresina é preso no MA	

21	23/09	Nacional	25.239	Acusada de matar marido em SP, cantora gospel afirma ser inocente	
22	05/10	Polícia	25.251	Homem tem ataque de ciúmes e mata ex-esposa e mais três pessoas no PI	
23	03/11	Polícia	25.279	Polícia procura marido suspeito de matar a esposa em Bacabal	
24	10/12	Polícia	25..316	Preso suspeito por agredir namorada em Imperatriz	
25	19/12	Polícia	25.325	Mulher é morta dentro de casa após discutir com o marido	Nelson Melo
26	23/12	Capa e polícia	25.329	Preso homem suspeito por matar a própria mulher por ciúmes	Nelson Melo

TABELA COM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO REGISTRADAS NO JORNAL PEQUENO EM 2016

Qt	Dia	Seção do jornal	Número do Jornal	Título da notícia	Quem escreveu?
1	22/01	Polícia	25.357	PM reformado é preso por matar a ex-mulher e ocultar corpo em matagal	Nelson Melo
2	30/01	Polícia	25.360	Prefeito de Santa Inês é preso por suspeita de estuprar missionária	Nelson Melo
3	04/02	Polícia	25.370	Ex-mulher do microempresário confessa ser autora do homicídio	Alan Jorge
4	13/02	Polícia	25.378	Casal é encontrado morto dentro da própria casa em povoado de Balsas	Alan Jorge
5	16/02	Polícia	25.381	Homem mata a ex-mulher na frente da filha do casal em Timon	Alan Jorge
6	14/04	Estado	25.438	Homem que matou a ex-companheira é condenado em Sucupira do Norte	
7	10/05	Polícia	25.464	Polícia prende homem suspeito por tentar matar sua ex-mulher	
8	11/05	Polícia	25.465	Polícia captura ex-namorado de jovem achada morta em Imperatriz	
9	23/05	Capa e polícia	25.477	Policial mata a esposa a tiros e comete suicídio na Vila Passos	
10	13/07	Polícia	25.524	Ex-marido de Lidianne leite é preso por tentativa de homicídio	Luciene Vieira
11	10/08	Polícia	25.553	Homem é preso quando se deslocava para matar sua esposa	
12	05/08	Estado	25.548	Acusada de homicídio vai a júri na comarca de Estreito	
13	22/09	Capa e polícia	25.594	Suspeito por matar sua ex-mulher no Mato Grosso é preso no MA	Nelson Melo
14	14/10	Polícia	25.615	Homem é capturado por desrespeitar medida protetiva	Nelson Melo
15	10/10	Polícia	25.612	Adolescente preso em Imperatriz diz que matou atendente a mando do ex	Oswaldo Viviani

16	04/11	Polícia	25.635	Homem tortura sua mulher com choque e espancamento	Nelson Melo
17	23/11	Estado	25.652	Acusado de matar a própria mulher é condenado	
18	28/11	Polícia	25.650	Agente penitenciário recorre ao homicídio após discussão com namorada	Nelson Melo
19	28/11	Polícia	25.650	Empresário que agrediu Miss Piauí é procurado pela polícia bahiana	Oswaldo Viviani
20	21/12	Polícia	25.679	Polícia reprime crime contra mulher em Ribamar	
21	21/12	Polícia	25.679	Homem suspeito de sequestrar ex-mulher é preso em Bacabal	Luciene Vieira
22	27/12	Polícia	25.684	Mulher é presa depois de tentar matar o marido com uma faca	
23	27/12	Capa e polícia	25.684	Bancária é morta a bala em quarto de hotel e ex-marido é principal suspeito	Luciene Vieira
24	29/12	Polícia	25.686	Justiça decreta prisão preventiva de suspeito de matar ex-mulher	Nelson Melo

TABELA COM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO REGISTRADAS NO JORNAL PEQUENO EM 2017

Qt	Dia	Seção do jornal	Número do Jornal	Título da notícia	Quem escreveu?
1	04/01	Nacional	25.691	Ex-mulher de autor da chacina de Campinas registrou cinco queixas contra ele na polícia	
2	26/04	Polícia	25.800	Homem é espancado até a morte após agredir sua esposa	Nelson Melo
3	04/04	Polícia	25.780	Foragido por matar sua ex-mulher em Balsas é localizado em Brasília	Nelson Melo
4	26/05	Polícia	25.829	Homem espanca e tenta cortar a língua da própria esposa	Nelson Melo
5	22/05	Polícia (destaque)	25.825	Preso acusado de matar ex-mulher a tiros dentro de casa em Imperatriz	
6	10/05	Polícia	25.813	Polícia procura homem que matou a esposa a tiros durante almoço	Nelson Melo
7	29/06	Capa e polícia	25.862	Homem sequestra e mantém a ex-namorada em cárcere privado dentro do motel Le Baron	Nelson Melo
8	26/06	Polícia	25.859	Dentista é preso acusado de matar a ex-namorada, grávida de três meses	
9	23/06	Polícia	25.856	Mulher que trabalhava no Fórum é morta pelo marido a golpes de faca	Nelson Melo
10	22/06	Polícia	25.855	Decretada prisão preventiva de tenente do Exército que matou maranhense	Nelson Melo
11	20/06	Capa e polícia (destaque)	25.853	Tenente mata namorada maranhense com 4 tiros em Teresina	
12	13/06	Polícia (destaque)	25.847	Tenente-coronel e esposa são sepultados no mesmo cemitério em São Luís	Nelson Melo
13	12/06	Capa e polícia (destaque)	25.846	Tenente-coronel da PM mata a esposa e comete suicídio	
14	28/07	Polícia	25.890	Marido mata a esposa e acaba preso quando foge para o Piauí	Nelson Melo
15	16/08	Polícia	25.908	Homem é preso por ameaçar a esposa com arma de fogo em residência	
16	23/08	Polícia	25.915	Homem que matou a esposa na Paraíba é localizado em Santa Luzia	Nelson Melo
17	23/08	Polícia	25.915	Homem é detido após agredir a esposa com socos e ameaça-la de morte	Nelson Melo

18	31/08	Polícia	25.923	Ex-candidato a vereador em SL e promotor de eventos evangélicos agride a mulher a socos	
19	05/09	Polícia	25.928	Duas mulheres são vítimas de crimes em Viana em menos de 2 horas	Nelson Melo
20	11/09	Polícia (destaque)	25.933	Homem mata esposa a facadas na frente dos 3 filhos	Oswaldo Viviani
21	18/09	Polícia	25.940	Julgamento de mulher acusada da morte do ex-marido está marcada para hoje	
22	06/10	Polícia	25.958	Feirante mata idoso em motel ao flagrar esposa com amante	Nelson Melo
23	09/10	Polícia	25.961	Pedreiro que matou ex-mulher com golpes de facão é ouvido em audiência	Nelson Melo
24	09/10	Polícia “últimas notícias”	25.961	Homem mata ex-mulher dentro de viatura da OM	
25	12/10	Polícia	25.964	Homem é capturado após ameaçar a ex-mulher na frente das três filhas dela	Nelson Melo
26	17/10	Polícia (destaque)	26.968	Permanece internada mulher que foi queimada pelo marido em quitinete	Nelson Melo
27	25/10	Capa e polícia	25.976	Homem que matou namorada do Maranhão é preso em Mato Grosso	Nelson Melo
28	30/10	Polícia	25.981	Mulher atira contra marido e mata amiga durante festa no litoral de SP	
29	27/10	Polícia	25.978	Acusado de atear fogo na casa da ex-mulher é preso	
30	14/11	Capa e Polícia (destaque)	25.995	Irmão do prefeito de Pinheiro tem prisão decretada por espancar a ex-mulher	
31	17/11	Polícia	25.997	Mulher é morta com diversos golpes de faca no Bom Jesus	
32	21/11	Capa e Polícia	26.001	Polícia prende homem acusado de matar ex-mulher a golpes de faca	Nelson Melo
33	28/11	Polícia	26.008	Sumiço misterioso de mulher leva marido à prisão em Alcântara	Oswaldo Viviani
34	18/12	Polícia (destaque)	26.028	Sumiço de camareira em Alcântara completa um mês sem elucidação	Oswaldo Viviani

TABELA COM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO REGISTRADAS EM O ESTADO DO MARANHÃO EM 2015

Qt	Dia	Seção do jornal	Número do Jornal	Título da notícia	Quem escreveu?
1	04/01	Polícia	19.136	Matou a mulher por ciúmes	
2	31/01	Polícia	19.163	Homem mata ex-mulher a golpes de martelo e de faca	
3	04/02	Polícia	19.167	Preso suspeito de matar e enterrar jovem em cova rasa na estrada do Gapara	Foto- Douglas Júnior
4	06/02	Polícia	19.169	Homem mata a ex-mulher com 4 tiros em Olho d'Água das Cunhãs	
5	09/02	Polícia	19.172	Polícia registra a morte de duas mulheres na cidade de Santa Inês	
6	17/03	Polícia	19.208	Polícia investiga morte de duas mulheres no bairro Sol e Mar	
7	19/03	Polícia	19.210	“DEM prende acusados de crimes contra mulheres”	
8	04/04	Polícia	19.226	Homem que matou a mulher é preso no ES	
9	19/05	Polícia	19.271	Homem mata a mulher com tiro na cabeça e depois se suicida	Ismael Araújo
10	26/05	Polícia	19.278	Homem mata e esquarteja a mulher em Bacabeira	Foto: Flora Dolores
11	10/06	Polícia	19.293	Acusada de mandar assassinar o marido terá novo julgamento	
12	22/06	Polícia	19.305	Mulher é agredida e morta pelo marido após uma discussão	
13	01/07	Polícia	19.314	Acusado de matar a namorada é condenado	
14	04/07	Polícia	19.317	Homem mantém jovem em cárcere privado por mais de 20 horas	
15	06/07	Polícia	19.319	Dois mortos no fim de semana na Região Metropolitana de São Luís	
16	11/07	Polícia	19.324	Homem mata a mulher e depois se suicida com tiro na boca	
17	24/07	Polícia	19.337	Homem mata a ex mulher e se entrega a polícia	
18	31/07	Polícia	19.344	Polícia prende acusado de mandar matar a mulher em PE	
19	14/08	Polícia	19.358	Homem mata a ex-mulher após sequestra-la pela segunda vez	
20	05/10	Polícia	19.410	Suspeita de homicídio é presa pela polícia em Ferry-boat	
21	15/12	Polícia	19.481	Vereador é preso por agredir sua mulher	
22	23/12	Polícia	19.489	Acusado de matar a mulher está preso	

TABELA COM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO REGISTRADAS EM O ESTADO DO MARANHÃO EM 2016

Qt	Dia	Seção do jornal	Número do Jornal	Título da notícia	Quem escreveu?
1	22/01	Capa e polícia	19.519	Ex-militar acusado pela morte da mulher é preso com droga	Ismael Araújo
2	15/03	Polícia	19.571	Menor é apreendido acusado de estupro	
3	16/03	Capa e geral	19.572	“Pai surta e faz filhos reféns por mais de 6 horas” “Após 6 horas, pai libera dois filhos e a mulher feitos refém”	
4	14/04	Polícia	19.597	Homem que matou a ex-mulher é condenado em Sucupira	
5	05/05	Polícia	19.615	Homem acusado de matar a mulher é preso em Caxias	
6	28/06	Polícia	19.661	Maranhense é morta no Pará a golpes de faca	
7	17/06	Polícia	19.652	Duas mulheres são assassinadas por seus ex-namorados	
8	15/06	Polícia	19.650	Em Tuntum, homem mata a namorada	
9	18/07	Polícia	19.678	Homem agride pai e esposa na cidade de Rosário	
10	27/07	Polícia	19.686	Homem é detido acusado de agredir esposa em São Luís	
11	03/08	Polícia	19.692	Caso Ventura sem data para o júri	
12	11/08	Polícia	19.699	Mulher é morta a golpes de canivete	
13	24/08	Polícia	19.710	Acusado de cárcere é preso pela polícia em Caxias	
14	22/09	Polícia	19.735	Preso no MA acusado de matar a mulher em Cuiabá	
15	20/10	Polícia	19.759	Oito mulheres já foram assassinadas este ano, na cidade de Imperatriz	
16	25/10	Capa e polícia	19.763	Homem briga com a mulher e mata o filho por vingança	Ismael Araújo
17	10/11	Polícia	19.777	Mulher é morta ao se envolver em briga de traficantes	
18	30/12	Capa e polícia	19.820	Home é preso após matar esposa na frente dos filhos	
19	29/12	Polícia	19.819	Polícia procura suspeita de mandar matar o marido	
20	27/12	Polícia	19.817	Homem mata a ex-mulher com tiro na cabeça em Imperatriz	Leandro Santos
21	20/12	Polícia	19.811	Polícia procura homem que matou a companheira	

TABELA COM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO REGISTRADAS EM O ESTADO DO MARANHÃO EM 2017

Qt	Dia	Seção do jornal	Número do Jornal	Título da notícia	Quem escreveu?
1	05/01	Polícia	19.825	Preso suspeito pela morte da namorada	
2	06/01	Polícia	19.826	Mulher tenta matar ex-companheiro	
3	22/02	Polícia	19.866	Namorado mata jovem de 16 anos na Cidade Olímpica	
4	16/03	Capa e polícia	19.885	“Homem mata a ex-mulher e tenta suicídio” “No interior, homem mata a ex-mulher e tenta suicídio”	Leandro Santos
5	04 e 05	Polícia	19.875	Casal é achado morto em Trizidela do Vale	
6	26/04	Capa e polícia	19.920	Homem é linchado após espancar a mulher	Leandro Santos
7	30/05	Polícia	19.949	Homem recorre ao suicídio após matar a namorada	
8	22/05	Polícia	19.942	Homem mata ex-mulher e comete suicídio	
9	22/05	Polícia	19.942	Homem é preso acusado de matar a ex-esposa	
10	17/05	Polícia	19.938	Suspeito de matar a mulher a golpes de facão é procurado	
11	06 e 07	Polícia	19.929	Acusada pela morte do marido vai ser julgada	
12	29/06	Polícia	19.975	Polícia civil autua em flagrante sequestrador da ex-namorada	
13	28/06	Polícia	19.974	Mulher é morta pelo amante em arraial em Aldeias Altas	Ismael Araújo
14	12/06	Polícia	19.960	Tenente coronel da PM atira em esposa e comete suicídio	
15	06/06	Polícia	19.955	Mulher é morta a tiros pelo ex-marido	
16	21/07	Polícia	19.994	Homem é morto por mulher em Brejo	
17	19/07	Polícia	19.992	MP do Piauí denuncia oficial do exército que matou a namorada	
18	14/07	Capa e polícia	19.988	“Homem mata a mulher e se suicida em Timbiras” “Homem mata a mulher a golpe de martelo e se suicida em Timbiras”	Leandro Santos
19	11/09	Polícia	20.037	Decretada a prisão preventiva de acusado de matar a mulher	Ismael Araújo
20	19/09	Polícia	20.045	Disputa por mulher acaba com 2 mortos	
21	07 e 08/10	Polícia	20.061	Ex-presidiário é procurado por manter namorada em cativeiro	

22	07/11	Polícia	20.086	Maranhense é morta a facadas em Pradópolis pelo ex-namorado	
23	14/11	Capa e polícia	20.092	“Caso Ludmila Rosa: agressor de advogada é considerado foragido pela justiça” “Inquérito de lesão em advogada vai a justiça em 10 dias”	
24	17/11	Polícia	20.095	Agente de segurança é acusado de assassinar ex-companheira em São Luís	
25	21/11	Polícia	20.098	Acusado de executar a ex-companheira é preso	
26	20/12	Polícia	20.023	Preso suspeito de estupro e cárcere privado em São Luís	
27	21/12	Polícia	20.024	Justiça nega habeas corpus a acusado de agredir a ex-mulher	
28	25/12	Polícia	20.127	Preso pela PM suspeito de agredir mulher no Anel Viário, em São Luís	

FOTOS SOBRE HISTÓRICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE

[illegible]

HISTÓRIA

Criada e aberta ao público em 03 de maio de 1831, com a denominação de Livraria Pública. Seu patrono foi o membro do Conselho de Governo da Província do Maranhão, Antonio Pedro da Costa Ferreira, que, desde 1826, se esforçou por sua criação. Nesse ano, apesar de todos os esforços, seu intento não foi possível. Contudo, a partir de 1829 sua ideia prosperou, não obstante as dificuldades por falta de recursos financeiros da Província. Com efeito, coletaram-se, através de subscrição pública, os recursos desde aquele ano e por todo 1830, até que, enfim, a livraria foi aberta.

Ela foi criada para atender aos filhos da aristocracia maranhense que estudavam as primeiras letras em São Luís, assim como aos autodidatas e bacharéis que detinham conhecimentos e deles faziam uso para viverem. Seu acervo era abrangente, cujas obras eram editadas em português, francês, latim, inglês e, algumas poucas, em alemão, espanhol e italiano. A instituição, originalmente, foi concebida para servir de livraria, museu e arquivo. E assim foi ao longo do tempo, até que, no Século 20, suas três funções foram desmembradas em Biblioteca Pública do Maranhão, Arquivo Público do Estado do Maranhão e Museu Público do Maranhão.



INFORMAÇÃO COM ACESSIBILIDADE



SALÃO DE REFERÊNCIA



BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE
 Praça do Panteon s/n Centro – São Luís/MA
 Horário de funcionamento – Segunda a sexta-feira, das 08:30 às 19:00h
 Fones: 98 3218 9960/9961
www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl